

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO

RELATORIO DE GESTAO EXERCICIO 2012



MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO

RELATORIO DE GESTAO DO EXERCICIO 2012

Relatório de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 124/2012 e 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e Portaria CGU nº 133/2013.

SUMÁRIO

Item/ Subitem	Descrição						
	Sumário	02					
1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	05					
1.1	Identificação da Unidade	05					
1.2	Finalidade e competência institucional	06					
1.3	Organograma funcional	06					
1.4	Macro processos finalísticos	07					
1.5	Macro processos de apoio	08					
1.6	Principais Parceiros	08					
	Introdução	09					
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	12					
2.1	Planejamento das ações	12					
2.1.1	Objetivos estratégicos	12					
2.1.2	Missão e visão do futuro	13					
2.1.2	Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos	13					
2.2.1	Análise do plano estratégico	13					
2.2.3	Execução do plano de metas ou de ações						
2.2.4	Indicadores de desempenho						
3	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTO CONTROLE DA GESTAO	20					
3.1	Estrutura De Governança	20					
3.2	Avaliação do Funcionamento Dos Controles Internos	21					
3.4	Sistema de Correição	22					
3.5	Cumprimento pela Instancia de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	22					
4	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	23					
4.1	Informações sobre programa do PPA de responsabilidade da SFA-ES	23					
4.1.4	Informações sobre ações de programas temáticos	23					
4.2	Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa	66					
4.2.1	Identificação da Unidade orçamentária da UJ	66					
4.2.2	Programação de Despesas	66					
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	66					
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Credito de Movimentação	66					
4.2.4.2.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Credito por Movimentação	67					
42.4.2.3	Analise Critica	68					
5	5 – PARTE A – ITEM 5 – TOPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	68					
5.1	Reconhecimento de Passivos						

7 1 1		60
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	69
5.1.2	Análise crítica	69
5.2	Pagamentos e cancelamentos de repasse de restos a pagar de exercícios anteriores	69
5.2.1	Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	69
5.2.2	Análise crítica	69
5.3	Transferência de Recursos	70
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercicio	70
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	70
5.3.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.	71
5.34	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contratos de Repasses	71
5.3.5	Informações sobre a Analise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasses.	72
5.3.6	Analise Critica	72
5.4	Suprimentos de Fundos	73
5.5	Renuncia Tributaria sob a Gestão da UJ	73
6	6 – PARTE A – ITEM 6 – GESTAO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MAO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	73
6.1	Composição do quadro de servidores ativos	73
6.1.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ	73
6.1.1.1	Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ	74
6.1.2	Qualificação da força de trabalho	75
6.1.2.1	Qualificação do quadro de pessoal segundo a idade	75
6.1.2.2	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade	76
6.1.3	Demonstração do custo de pessoal da UJ	76
6.1.4	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	77
6.1.4.2	Demonstração das origens das pensões pagas	78
6.1.7	Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação	78
6.1.7.1	Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	78
6.1.7.2	Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico	79
6.1.7.3	Informação da atuação dos OCI sobre os atos	79
6.1.8	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	79
6.2	Terceirização de Mão Obra empregada e contratação de estagiários	80
6.2.4	Informações sobre a contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância ostensiva	80
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiarios	80
7	7 – PARTE A – ITEM 7 – GESTAO DO PATRIMONIO MOBILIARIO E IMOBILIARIO	81
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de terceiros	81
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	88
7.2.1	Distribuição Espacial dos Imóveis de uso especial	89
	•	•

7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	89
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da SFA-ES	90
8	8 – PARTE A – ITEM 8 – GESTAO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTAO DO CONHECIMENTO	90
8.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	90
8.2	Análise Crítica	92
9	9 – PARTE A – ITEM 9 – GESTAO DO USO DOS RECURSOS RENOVAVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	92
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	92
9.2	Consumo de Papel, Energia elétrica e Água	94
10	10 – PARTE A – ITEM 10 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVOS	94
10.1	Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício	94
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	95
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de atendimento ao Final do exercício	96
10.1.3	Recomendação do OCI atendida no exercicio	97
10.1.4	Recomendação do OCI pendente de atendimento no exercício	103
10.3	Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93	104
10.3.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	104
10.3.1.1	Análise Crítica	104
10.4	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	105
11	11 – PARTE A – ITEM 11 – DECLARAÇÕES CONTABEIS	105
11.1	Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	105
11.1.1	Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos	105
11.2	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	105
11.2.2	Declaração com ressalva	105
12	12- PARTE A – ITEM 12- ANEXO II DA DN TCU 119/2012	107
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTAO	107
21	PARTE B – ITEM 21 DO ANEXO II DA DN TCU 119/2012 – CONTEUDO ESPECIFICO POR UJ	107

1 - PARTE A, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

1.1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1.1 – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação							
Poder: Executivo							
Órgão de Vinculaçã	o: Ministério o	la Agricultura, Pec. A	bastecimento	Código SIORG: 14			
Identificação da Uni	idade Jurisdio	cionada					
Denominação comp	leta: Superinte	endência Federal de A	gricultura, Pecuári	ia e Abastecimento			
Denominação abrev	iada: SFA-ES						
Código SIORG: 14		Código LOA: 2210	1	Código SIAFI: 130060			
Situação: Ativa							
		inistração Direta do F					
Principal Atividad econômicas na agricu	_	ntação e fiscalizaçã estadual, municipal	ío das questões	Código CNAE: 8413-2			
Telefones/Fax de co	ntato: (27)	3137-2742	(27) 3137-2700	(27) 3137-2719			
Endereço eletrônico	: agricultura.g	gov.br					
Página da Internet: Endereço Postal: A Enseada do Suá – Ce	venida Nossa	Senhora dos Naveg	gantes, n°. 495 –	- Edifício Centro Empresarial Enseada, 8º			
Normas relacionada	is à Unidade J	Jurisdicionada					
		Unidade Jurisdicion	nada				
Decreto nº. 1784 de 1	1/01/96 (D.O.	U. de 12/01/96);					
	_	onadas à gestão e est					
	de 24/01/05);	e Portaria MAPA no		e 29/12/98), alterado pelo Decreto nº. 5.351 5 (D.O.U. de 20/06/05), Portaria nº 428 de			
•		las às atividades da l	U nidade Jurisdici	ionada			
A informação será fo	rnecida pela U	nidade Orçamentária					
Unidades Gestoras	e Gestões rela	cionadas à Unidade	Jurisdicionada -	NÃO SE APLICA			
Unidades Gestoras	relacionadas à	unidade Jurisdicio	nada				
Código SIAFI	NÃO SE API	ICA	Nome NÃ(O SE APLICA			
Gestões relacionada	Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada						
Código SIAFI	NÃO SE API	ICA	Nome NÃ(O SE APLICA			
Relacionamento ent	Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões						
Código SIAFI da Ui	Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI da Gestão						
NÃO SE APLICA NÃO SE APLICA							

1.2 - FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL:

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Unidade descentralizada, consoante Estrutura do MAPA (Decreto 7.127 de 04.03.2010) e Regimento Interno (Portaria nº 428 de 09.07.2010) e orientações técnicas específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete executar atividades e ações de:

I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de açúcar, açúcar e álcool;

VI – administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim os serviços gerais;

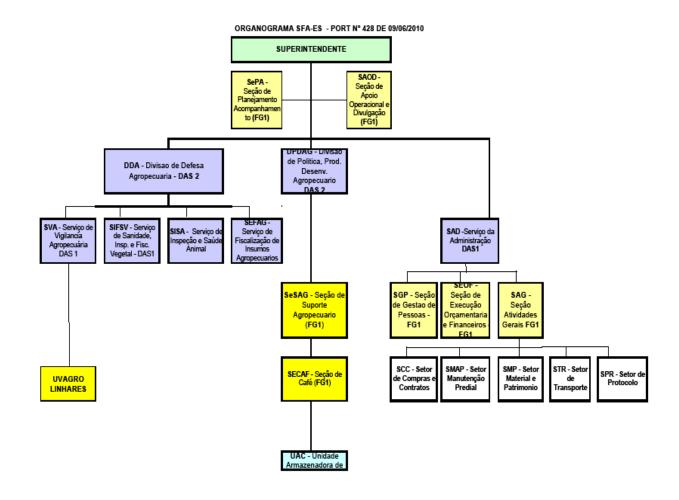
VII – planejamento estratégico e operacional;

VIII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

IX – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

X – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

Cooperativismo e Associativismo Rural

Defesa Agropecuária

Desenvolvimento Agropecuário

Execução do Plano da Lavoura Cacaueira

Meteorologia e Climatologia

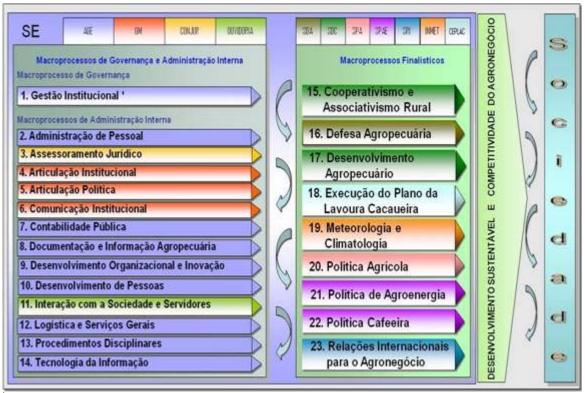
Política Agrícola

Política de Agroenergia

Política Cafeeira

Relações Internacionais para o Agronegócio

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



⁹ Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:

SE – Secretaria-Executiva

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

GM – Gabinete do Ministro

CONJUR – Consultoria Jurídica

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO:

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

Administração de Pessoal
Assessoramento Jurídico
Articulação Institucional
Articulação Política
Comunicação Institucional
Contabilidade Pública
Documentação e Informação Agropecuária
Desenvolvimento Organizacional e Inovação
Desenvolvimento de Pessoas
Interação com a Sociedade e Servidores
Logística e Serviços Gerais
Procedimentos Disciplinares
Tecnologia da Informação

1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS:

O Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de agricultura, seus órgãos vinculados – IDAF/ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, INCAPER / Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, tem se constituído no principal parceiro para a execução das políticas de defesa sanitária animal e vegetal e desenvolvimento.

O SEBRAE, IEMA INPI e INPH são parceiros destacados na implementação do Programa de Orgânicos e de Indicadores Geográficos.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório foi elaborado em consonância com as disposições Normativa e Portarias do TCU e mostra de forma clara os resultados da Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES no exercício de 2012.

Alguns itens não foram contemplados em razão das peculiaridades e por não se enquadrarem a realidade desta Unidade e outros, apesar de se enquadrarem a realidade da unidade, não há conteúdo a ser declarados, conforme abaixo:

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 11/2012 – CONTEUDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Item 1:

- 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado;
- 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado;
- 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado;

Item 3:

- 3.3 Remuneração Pagas a Administradores;
- 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos;
- 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos;
 - 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores;

Item 4:

- 4.1.1 Informações sobre Programas temáticos;
- 4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos;
- 4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas temáticos;
- 4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Item 5:

- 5.6 Gestões de Precatórios
- 5.6.1 Requisições de Precatórios da Administração direta
- 5.6.2 requisições e Precatórios da Administração Indireta
- 5.6.3 Análise Crítica

Item 10:

10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Item 11:

- 11.2.1 Declaração Plena
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas na Lei nº 6.404/19
- 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
- 11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida
- 11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
- 11.6 Parecer da Auditoria Independente

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 Identificação da UJ Relatório de Gestão individual
- Quadro A.3.1 Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ
- Quadro A.4.4 Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.6 Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de

responsabilidades da UJ.

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por grupo de despesa

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar der exercícios anteriores

Quadro A.5.3 -0 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A. 5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela Uj nos três últimos exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Uj na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse

Quadro A.5.7 – visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho – Situação em 31/12

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho – situação em 31/12

Quadro A.6.3 – detalhamento da estrutura de cargos em comissão e função gratificadas

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores por faixa etária

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade

Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação 31/12

Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A. 6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Quadro A.6.17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sobre responsabilidade da UJ

Quadro A.8.1 – Gestão da tecnologia da Informação

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações sustentáveis

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétricas e Água

Quadro A.10.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.2 – situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Quadro A.10.5 – demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Quadro A.10.6 – Modelo de Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.

Quadro A.11.1- Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AAPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Meio Produtor Agropecuário **ADMSEDE** – Administração Sede

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

APOIOAGRIC - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

APOIOPEC - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

CAPACITA - Capacitação de Servidores

CERTORGAN – Certificação de Produtos Orgânicos

DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro Orgânico

FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa

FICONTRATO – Fiscalização de Contratos de Repasses

FISAGROTOX - Fiscalização de Agrotóxicos Afins

FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas

FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudas

FISCANIMAL – Fiscalização Internacional de Animais

FISCGENE - Fiscalização de Material Genético Animal

FISCINAN - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal

FISCORGEN - Fiscalização da Atividade com Organismos Geneticamente Modificados

FISCPLANTA - Fiscalização Internacional de Plantas

FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

FISPROVET - Fiscalização de Produtos Veterinários

GAPSDC – Gestão e Administração de Programas Secretaria Desenvolvimento Cooperativismo

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal

INATPEN – Inativos e Pensionistas

INDIGRAF - Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG

INOVAGRO - Fomento a Inovação no Agronegócio

INSPANIMAL – Inspeção de Produtos de Origem Animal

IPVEGETAL - Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

MANUTSFA - Manutenção da Superintendência Federal de Agricultura

PADCLASSIF - Padronização e Classificação Vegetal

PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Dos Animais

ERPPANIMAL -

PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

RASTREAB – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar

RESIDUO - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal E Animal

SAD - Serviço de Apoio Administração

SAG – Seção de Atividades Gerais

SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira

PROMOAGRO - Promoção do Agronegócio no Exterior

SGP - Seção de Gestão de Pessoal

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária

SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária

SISV - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal

SISA – Serviço de Inspeção de Saúde Animal

SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

SESAG – Seção de Suporte Agropecuário

SECAF – Seção de café

SFA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo

SEOF - Seção de Orçamento e Finanças

SIPAG - Serviço de Inspeção Agropecuária

SRH - Seção de Recursos Humanos

VIGIAGRO - Vigilância Agropecuária Internacional

VIGIFITO - Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais

2 - PARTE A, ITEM 2

2.1 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

2.1.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos Estratégicos foram definidos e alinhados à **Missão** e **Visão de Futuro** do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** – MAPA, indicando como pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro, conforme colocado na Visão da instituição.

Os títulos e as descrições dos objetivos estratégicos são apresentados a seguir:

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Aumentar a produção de produtos Agropecuários Não Alimentares e Não Energéticos;

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio;

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética;

Garantir a Segurança Alimentar;

PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS

Ser Referência em informações estratégicas para o agronegócio;

Ser excelente na implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio;

Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio;

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

INFORMAÇÃO

Melhorar a Qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio;

Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio;

Ampliar a oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação;

PRODUTOS E SERVIÇOS

Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implantação das Políticas Públicas para o Agronegócio;

Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;

Desenvolver e Garantir o acesso a Tecnologia;

Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária;

ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO

Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA;

Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA;

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas;

EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA;

Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira;

Melhorar Continuamente a Infra – estrutura e os Processos de Trabalho;

PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

AMBIENTE DE TRABALHO

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em equipes Interdisciplinares;

Desenvolver cultura orientada a resultados;

Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

PESSOAS

Desenvolver e Reter Competência do Corpo Funcional

2.1.2. – MISSÃO E VISÃO DE FUTURO.

Missão

"Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em beneficio da sociedade brasileira."

"As Superintendências Federais Agropecuárias, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, têm como competência a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal."

Visão de Futuro

"Ser Reconhecido pela qualidade e Agilidade na Implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio."

2.2-ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.2.1 – ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO:

As estratégias do MAPA/ SFA-ES, constantes no seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2012 – 2015 por meio de Objetivos Setoriais, Programas e Ações. Os Objetivos Setoriais do MAPA/ SFA-ES, que coincidem com os objetivos estratégicos, são:

1 – Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não alimentares e não energéticos:

A SFA, amparada na legislação, executou Ações de Fiscalização e Supervisão de estabelecimentos e produtos, contribuindo assim para o aumento da oferta de matérias primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos disponibilizados no mercado, conforme informações contidas no corpo deste relatório.

2- Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética:

A SFA participou do esforço governamental de ampliar a produção da Agroenergia na matriz energética, através de Ações de Fomento e Apoio a projetos de produção de matérias primas para o uso e comercio do bicombustível.

3 – Garantir a Segurança Alimentar:

Para este objetivo a SFA contribui de forma positiva, fiscalizando, supervisionando a conformidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

4 – Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

Esta SFA-ES contribuiu com este objetivo através dos trabalhos da inspeção e certificação fitossanitária executados pelos Fiscais Federais Agropecuários.

Outra contribuição significativa desta Superintendência para o impulsionamento deste objetivo foi os levantamentos fitossanitários na área de sanidade vegetal, que mantém o Estado do Espírito Santo livre de diversas pragas quarentenárias A2.

Em relação às exportações brasileiras é possível verificar que as ações desenvolvidas pela Superintendência Federal de Agricultura, em relação à cultura do mamão, por exemplo, no que se refere à sanidade das lavouras, monitoramento da ocorrência das moscas-das-frutas e nas inspeções e fiscalizações relacionadas ao programa de exportação de mamão para os Estados Unidos da América, foram relevantes, pois possibilitaram a exportação de aproximadamente 12.500 da fruta para diversos mercados o que representou 47% do volume de mamão *in natura* exportado pelo País.

Esse volume significou divisas de aproximadamente 18.600.000,00 de dólares em exportações da frutas.

Foram emitidos, no decorrer do ano, 1028 certificados fitossanitários pela fiscalização do MAPA em Linhares-ES.

2.3 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.

Visando consolidar a estratégia, o Mapa/SFA-ES alinhou seu PPA 2012-2015 com as suas estratégias, de modo a garantir sua execução até pelo menos em 2014.

Ao longo destes 3 anos de execução e acompanhamento da estratégia, alguns resultados importantes estão sendo alcançados, gerando mudanças na organização. Alguns exemplos destas mudanças são:

- 1 melhoria da gestão operacional por meio do mapeamento e melhoria de processos de trabalho:
- 2 construção de um plano estratégico da defesa agropecuária alinhado às estratégias corporativas;
- 3 implantação visando à valorização do servidor e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- 4 definição do Plano de Capacitação do servidor alinhado à estratégia;
- 5 implantação de canais de comunicação interna.

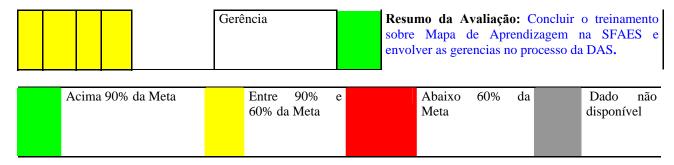
2.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTAO ESTRATEGICA

Os indicadores de desempenho para o exercício de 2012, estabelecidos pela equipe da Gestão estratégica do MAPA, foram consolidados e estão demonstrados a seguir, representados graficamente pelos objetivos estratégicos contidos nas quatro diferentes perspectivas: sociedade, agronegócio e parceiros, processos internos, aprendizado e crescimento a seguir demonstrados:

A - Unidade: Gabinete do Superintendente

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
					Desempenho		
				GM. R1 – Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	1		Produtos Gerados: Divulgação na mídia local, de noticias sobre as ações da SFAES no Estado. Pontos de Atenção: Falta de divulgação das ações por falta de profissional na área de jornalismo. Resumo da Avaliação: A indicação de responsável pelas ações do SAOD — Seção de Apoio Operacional e Divulgação —, no final do exercício 2012, possibilitará a divulgação das ações. Desempenho prejudicado em razão da falta de assessor na área de jornalismo.
					Grau de Conhecimento da Gestão Estratégica por parte da	3,8	Produtos Gerados: Nível de conhecimento das gerencias sobre GE. Pontos de Atenção: Gerencias e servidores necessitando de maior envolvimento na GE.



B - Unidade: Divisão Administrativa

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
				SE.R1 – Gestão por competência Implantada	Desempenho Índice de Capacitação em Competências		Produtos Gerados: Horas de capacitação por servidor Pontos de Atenção: Grande parte dos servidores estão com tempo ou estão próximos de completar o tempo para requer a aposentadoria, o que leva a falta de interesse em participar de treinamento. Alguns servidores possuem falta de conhecimento e habilidade para executar determinada tarefa. Número de adesão ao treinamentos a distancia muito baixo. Resumo da Avaliação: Necessário desenvolver um plano de capacitação para os servidores de forma a melhorar o conhecimento a habilidades e aptidão – CHA, para que cada unidade possa trabalhar as suas necessidades, com mais autonomia
	Acima	90% da M	leta	Entre da M	e 90% e 60% Ieta		Abaixo Dado não 60% da disponível Meta

Formula: Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA 600x2/53 = 22,64 (52%)

								•		
Unidade d	e Medida			Frequên	Frequência de Mensuração					
hora/servidor				Trimestra	Trimestral					
Polaridado	e			Critério	de Acompai	nhamento				
MAIOR É	MELHOR			Acumula	Acumulado					
Hist Hist Meta Meta 2004 2005 2006 2007			Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012			
	7	12	30	8	10	30	40	50		

Percentual	Resultado	Indicadore	s de desempenho	Avalia	ção d	de desempenho até	o per	íodo
			-		seg	erado: 60,0% dos uros e conformes).		
77%	SDA R4a Qualidade dos produ de orig vegetal assegurada (conformes seguros)	índice de produtos de	conformidade de origem vegetal	demand redução conting Classifi recursos	la de na encia icaçã s; Pr	Atenção: Setor de e trabalho e gerencia força de trabalho amento de recurso ão Vegetal: Co rogramação de trein e atuam na área não	amnto o por s. ntinge	o de processos ; aposentadoria; Setor de enciamento de to para fiscais e
Status		Acima 90% da Meta	Entre 90% e da Meta	60%		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Serviço de Inspeção Animal

Indicador - Índice de conformidade de produtos de origem animal Resultado Estratégico – Sistema de inspeção animal revisado e implantado Formula

A (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal):

IASIF = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIF (número de estabelecimentos com processo sob controle/número total de estabelecimentos).

Unidade de Medida				Frequên	Frequência de Mensuração					
Número	Número Absoluto			Trimestral						
Polarida	Polaridade			Critério de Acompanhamento						
Maior é Melhor			Acumulado ao ano							
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008				Meta 2012		
						0,70	0,73	0,76		

	D - Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Animal – SISA/DDA/SFA-ES Resultados dos Indicadores									
T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período			
				DAS.R1a – Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização		Produto gerado: 100,0% de de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização			
							Pontos de Atenção: Verificação quanto ao lançamentos corretos dos cadastros de propriedades pelos funcionários do IDAF.			
							Necessidade de reforço dessa verificação junto a Diretoria do árgão a em supervições			

				a campo.
		Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	60%	Produto gerado: 88,0% de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação. Pontos de Atenção: Manter a supervisão do órgão executor.
		Erradicação e Prevenção da	89%	Produto gerado: 100,0% de bovinos livres de febre aftosa, reconhecidos pela OIE
		Febre Aftosa	0770	Pontos de Atenção: Manter a supervisão do órgão executor.
				Produto gerado: 69,0% das supervisões realizadas e produtos de origem animal analisados conformes.
	DAS.R5a – Sistema de inspeção animal revisado e implantado	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	70%	Pontos de Atenção: Atenção para a necessidade de cumprimento do cronograma mensal de supervisão e de colheita de amostras. Necessidade urgente de alocação de maior quantitativo de pessoal técnico para as atividades de inspeção, bem como o aumento do do numero de diárias autorizadas para as ações externas de fiscalização.
A	acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Dado não Meta disponível

E - Unidade: Serviço de Fiscalização Agropecuária

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
_				DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de material genético animal	> 90 %	Produto gerado: 100% de material genética animal conforme. Pontos de Atenção: Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
_				DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de produtos de uso veterinário	> 90	Produto gerado: 100% produtos de uso veterinário conforme Pontos de Atenção: Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
				DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários	Índice de conformidade de produto para alimentação animal	/ 411	Produto gerado: 67% de insumos pecuários conforme

				assegurada					Pontos de Atenção: Nada a declarar.					
						de conformidad os agrícolas	le dos	86%	Produto gerado: 78,5% de insuragrícolas conformes (3° trimestre Fertilizantes e Sementes e Mudas) Pontos de Atenção: Necessidade revisão dos índices aplicados à fórm tendo em vista a diretriz da fiscalização focar produtos com suspeita ou histórico resultados analíticos e qualitativos conformes.					
	_	cima Meta				Entre 90% e 6 Meta	0% da	Aba Met	1					
<u>E -</u>	Unid	lade:	Divi	são de Política	e Dese	nvolvimento Ag	ropecuá	rio						
		1		I		Indicadores		T	_					
T1	T2	Т3	T4	Resultado		de	Metas	Avali	iação do Desempenho até o Período					
						Desempenho								
									lutos Gerados: 143 Unidades Controlada stradas na SFA-ES (127% da meta).					
				SDC.R1.T1	_			Pontos de Atenção: 1) Fucionamento do SIGOr						
				Sistemas	de			2) Provisão de recursos para desempenho						
							função de Estado de fiscalização. 3) Capacitado							
			1	Produção		Unidade		funçã						
	_			Agropecuária		Unidade Controlada		de té	ão de Estado de fiscalização. 3) Capacitaçã écnicos das áreas de fiscalização, inspeção					
								de té defes	ão de Estado de fiscalização. 3) Capacitaçã					

			Agropecuaria Sustentáveis Implantados	Controlada		de técnicos das áreas de fiscalização, inspeção, defesa e vigilância da Superintendência para aplicação da legislação de orgânicos em suas atividades de rotina. ão de orgânicos em suas atividades de rotina.
			SDC.R1.T5 - Fomento ao desenvolvimento da agricultura orgânica	previsto e o		Produtos Gerados: 666 pessoas beneficiadas (42% da meta). Pontos de Atenção: Solução dos problemas de contingenciamento de recursos da SDC.
			SDC.R2 - Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas		Produtos Gerados: 25 % dos projetos potenciais Igs apoiados (83% da meta). Pontos de Atenção: Capacitação do corpo técnico dos DPDAGs e outros setores relacionados na SFA sobre IG e marcas coletivas, com ênfase para esta última.
			SDC.R4 Minimizar os problemas de infraestrutura logística	contratos de repasse		Produtos Gerados: Foram sorteados pela DIEL 11(onze) contratos de repasse para fiscalização, e sómente 1 (hum) se encontra regular. Pontos de Atenção: Disponibilização de recursos, de acordo com a programação
	Acin	1a 90	% da Meta	Entre 90% da Meta	e 60%	Abaixo 60% da Dado não Meta disponível

INDICADORES:

Nome do Indicador: Porcentagem do número de contratos regulares em relação ao total de contratos fiscalizados.

Nome do Indicador: Percentual de contratos de repasse regulares

Descrição Breve

Permite estimar o alcance social dos contratos e o atingimento dos objetivos previstos quando da aplicação dos recursos do Programa.

Formula

Porcentagem do número de contratos regulares em relação ao total de contratos fiscalizados.

Nome do Indicador: Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas

Descrição Breve

Mede o percentual de potenciais indicações geográficas do agronegócio apoiadas em relação ao total diagnosticado.

Formula

N° projetos de IG apoiados/N° total de IG identificadas no diagnóstico

Unidade de Medida				Frequência	Frequência de Mensuração							
Percentu	al			Trimestral	Trimestral							
Polarida	Polaridade				Critério de Acompanhamento							
Maior é 1	melhor			Status								
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015				
			10,0%	15,0%	20,0%	25,0%	30,0%	50,0%				

Unidade	e de Medida			Frequênc	Frequência de Mensuração							
%				trimestral	trimestral							
Polarida	ade			Critério	de Acompanl	namento						
1 Otal Idauc												
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015				
		1,5	5	15	40	60	85	100				

Indicador: Percentual de contratos de repasse regulares

Descrição Breve

Permite estimar o alcance social dos contratos e o atingimento dos objetivos previstos quando da aplicação dos recursos do Programa.

Formula

Unidade	de Medida			Frequênc	Frequência de Mensuração								
% trimestral													
Polarida	lade			Critério de Acompanhamento									
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2015					
		1,5	5	15	40	60	85	100					
Ohsarva	cões / Pendên	cias											

Nome do Indicador: Área sob sistemas orgânicos de produção (ha)

Descrição Breve

Área de sistemas orgânicos de produção expressa em hectares (ha)

Formula

Área de sistemas orgânicos de produção = área com sistemas agropecuários orgânicos (cultivos vegetais e criações animais) + área de extrativismo sustentável orgânico

Unidade de	e Medida			Frequência	Frequência de Mensuração						
(ha)				Anual							
Polaridade	2			Critério de	Acompanhai	mento					
Maior é me	elhor			Status							
Hist 2004	Hist 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008							
800	800	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.300	1.500			

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 3.1 - Estrutura de Governança.

Análise Crítica:

- O sistema de controles internos desenvolvidos nesta UJ previne impropriedades ou falhas processuais.
- O Código de Ética encontra-se disponibilizado na página inicial do Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, no endereço: www.agricultura.gov.br. Encontram-se disponibilizados, nessa mesma página.
- O Manual de Redação do MAPA, bem como no exercício de 2012 houve constante empenho dos gestores na implantação da padronização de procedimentos e documentos. Trabalhou-se focado na melhoria de processos adotando o uso de check-list de documentos e processos, criação de comitês de avaliação de contratos, capacitação de servidores para a otimização de sistemas, capacitação didática para facilitadores, entre outros. Todas as ações neste sentido visam a divulgação das instruções operacionais padronizadas em todas as UJs do MAPA.

As delegações de competência, excluindo-se às do cargo ou função, são feitas através de Portarias e devidamente publicadas.

O Ministério da Agricultura, sede, trabalha com programas de Valorização dos Servidores, e para tal, criou-se o Comitê de ADPs – Agentes de Desenvolvimento de Pessoas em ação conjunta com a Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGDP/CGAP. Cada UJ tem 2 ADPs.

As RAEs – Reuniões de Avaliação Estratégicas tem sido ferramenta utilizada para diagnosticar riscos e consequentemente mitigá-los.

A UJ adota como rotina de governança, reuniões semanais (segundas-feiras) pela manhã, coordenada pelo Gabinete da Superintendência, com a participação das Chefias das Divisões e Serviços, momento de interação geral de todos os gestores sobre o andamento de cada área finalística e administrativa, bem como, discutem os riscos operacionais, as informações, mudanças no perfil de riscos, mensuração de prioridades e tomada de decisões.

Não houve ocorrência de fraudes na área administrativa desta UJ.

Todo fato ocorrido, fragilidades denunciadas ou levadas ao conhecimento dos gestores são imediatamente apuradas através de Processos Administrativos de Sindicância ou Disciplinar.

Todas as normas de guarda, estoque, inventários de bens e valores são plenamente atendidas às normas por esta UJ.

Os procedimentos de controle, informação, comunicação e monitoramento têm contribuído significativamente para a melhoria de desempenho das ações a que se destina esta UJ.

3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da UJ

OUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VA	LOF	RES	
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Em 2012 foi implantado o Manual de Monitoramento, com fluxogramas, agenda pe	erma	nent	e po	r set	or.

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de

Análise Crítica: Em 2012 foi implantado o Manual de Monitoramento, com fluxogramas, agenda permanente por setor, controles de custos e de atividades realizadas, visando sistematizar os procedimentos administrativos.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

3.4 /3.5 – SISTEMA DE CORREIÇÃO

Através da Portaria nº 37 de 19/03/2008 o Secretario Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante o disposto na Portaria da CGU nº 1043/2007 implantou a política de uso de Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – Sistema CGU – PAD, através de regras para o gerenciamento das informações dos seguintes procedimentos administrativos disciplinares:

- 1 Procedimento Administrativo para empregados Públicos (Art 3º da Lei nº 9.962/2000)
- 2 Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8.112/90)
- 3- Ritos Sumários (Leio nº 8.112/90)
- 4 Sindicância Servidor Temporário (Art. 10 da Lei 8.745/93)

5 – Sindicância – (Lei 8.112/90)

No exercício sob exame não foi aberto nenhuma Sindicância ou PAD, entretanto houve conclusão de um PAD e uma Sindicância, constituídos em exercícios anteriores.

4 – PARTE A, ITEM 4

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMA DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA SFA-ES

A responsabilidade sobre os Programas do PPA é das Coordenações dos Programas do MAPA a Nível Nacional, competindo a SFA-ES apenas a responsabilidade da execução das Ações Vinculadas aos Programas Temáticos.

4.1.4 – INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS.

Em consonância com o PPA 2012 – 2015, no exercício de 2012, a Unidade executou 04 (quatro) programas finalísticos, através de 26 (vinte e seis) Ações e 02 (dois) Programa de Apoio Administrativo, que resultaram em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Estes Programas foram definidos no Plano Plurianual – PPA 20012-2015- e estão voltados para o fortalecimento do agronegócio no país. As ações do PPA estão desdobradas em Planos Internos (PI´s) que são executadas por meio de atividades específicas, para as quais são estabelecidas metas para o exercício.

Ressaltamos que os indicadores de Programas – Quadro A.4.1, A.4.2, A.4.3 e A.4.5 - não foram contemplados neste Relatório, em razão de que a gestão destes é exercida em nível de Secretarias do MAPA, não sendo de responsabilidade desta Unidade a avaliação dos mesmos, competindo à SFA-ES apenas executar e acompanhar os resultados das ações definidas pelas Coordenações dos Programas.

A seguir as ações vinculadas a Programas temáticos de responsabilidade da UJ:

1 – AÇÃO 8592 – DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR – RASTREAB1

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFI	ESA AGROPE	CUÁRIA					
Identificação da Ação:								
Código	8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREAB1							
Função	20							
Subfunção	125							
Descrição								
Iniciativa	012I – Prevenç	ão, controle e l	Erradicação de d	oenças dos Animai	is			
Unidade Responsável	Coordenação d	le Sistemas de	Rastreabilidade -	- CSR/SDA				
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO							
Execução Orçamentária e Fina	nceira da Ação ((em R\$ 1,00)						
Dotação	Despesa		Restos a Pagar		Valores Dages			
Inicial Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Valores Pagos			
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade								
(UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)	0	0	0	0	0			
Metas do Exercício Para a Açã	0							
Ordem Descrição	_		eta Física *	Meta Financ				
3	Me	dida Pr	evista Realiza	ada Prevista	Realizada			

1	Fiscalização/Auditoria em	Fiscalização/	10	10	
	Estabelecimentos Rurais	Auditoria			
	Aprovados no Sisbov – ERAS	realizada			

OBS: * Referida meta Física foi realizada pelo IDAF

As metas só puderam ser cumpridas em função do apoio dado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo. Desta forma, pode-se afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados com impactos benéficos a curto, médio e longo prazo, garantindo mercados internacionais a produtores e indústrias capixabas. O SISA/DDA/SFA-ES vem enfrentando carência de recursos humanos, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Trabalha-se algumas vezes com improvisações. Outro fator que agravou o problema foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, imposto por Decreto Presidencial, considerando que o mesmo fiscal exerce várias funções de competência do serviço. Não houve falta de recursos no ano de 2012.

2 – AÇÃO 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - FEBREAFTOS

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROG	GRAMA: 2028	NOME: d	efesa	agropecuári	a							
Identifi	cação da Ação:										_	
Código		4842 – Err	adica	ação da Febro	A	ftosa - FE	BREAL	FTOS	3			
Função		20										
Subfunç	ão	604										
Descriçã		Erradicaçã	io da	Febre Aftosa	ì							
Iniciativ	ra e	012I - Prev	vençâ	io, Controle o	Eı	rradicaçã	o de Do	ença	s dos Animais	1		
Unidade	e Responsável	Departame	ento (de Saúde Ani	ma	l – DSA/S	SDA					
Unidade	e Orçamentária	22000 - MI	INIS	TÉRIO DA A	GI	RICULTU	URA, P	ECU	ÁRIA E ABA	STEC	CIMENTO	
	ão Orçamentária e Fina		ção ((em R\$ 1,00)								
Dotação		Despesa		T =		Restos a				Valo	res Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	ı	Liquidada		Processa	dos	Não	Processados			
	Inidade Jurisdicionada ão é uma Unidade											
	ntária (UO)	7.503,60		7.503,60					7.503,60			
	lo Exercício Para a Açã			7.500,00				l		7.000	2,00	
Ordom	Descrição				Me	Meta Física			Meta Finance	eira		
Ordeni			Medida		Pre	Prevista Re		Realizada Prevista			Realizada	
1	Supervisionar as vigilância e erradic doenças dos animais trânsito, executada Unidades central, regio e postos fixos do órga estadual	inclusive pelas nais, locais		ervisão izada	25		23					
2	Fiscalizar a execução de	convênios	real	alização izada	10		17					
3	Atender as demandas da / MAPA e outras denún		aten	úncia dida	(*))	0					
4	Supervisionar as ações do órgão			ervisão izada	10		8					
5	Supervisionar as ações executor nas propriedad risco para febre aftosa	es rurais de	real	ervisão izada	4		3					
6	Supervisionar ações	do órgão	Sup	ervisão	4		3					

	executor nas áreas de risco para Febre Aftosa (lixões, salgadeiras, etc)				
7	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades vesiculares	Supervisão	(*)	6	
8	Atuar em focos confirmados de enfermidades vesiculares	Focos atendidos	(*)	0	
9	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para Febre aftosa		0	0	

^{(*) –} Demandas independem da programação do SISA/DDA/SFA-ES.

O valor total das despesas liquidadas foram utilizados com as atividades citadas acima.

No atual modelo de gestão, não há meios para discriminar os recursos gastos por meta, considerando que as mesmas, em muitos casos, são realizadas em conjunto como forma de otimizar os recursos da União.

Análise Crítica:

Quanto ao cumprimento da meta, pode-se afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados com impactos benéficos a curto, médio e longo prazo. Mantendo-se o Estado do Espírito Santo livre de Febre Aftosa com vacinação foram garantidos os mercados internacionais e acesso dos produtos, tanto para importação, quanto para exportação, inclusive pelos portos capixabas. O SISA/DDA/SFA-ES vem enfrentando carência de recursos humanos, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Trabalha-se algumas vezes com improvisações. Outro fator que agravou o problema foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, imposto por Decreto Presidencial, considerando que o mesmo fiscal exerce várias funções de competência do serviço. Não houve falta de recursos no ano de 2012. Podemos observar superações significativas nas metas estabelecidas para a fiscalização do Convênio 756019/2011 - IDAF, com atuações conjuntas dos Fiscais responsáveis pelo acompanhamento.

3 – AÇÃO 8938 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – INSPANIMAL3

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028 NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA								
Identificação da Ação:								
Código 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMA								
Função	20							
Subfunção	125							
Descrição Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de animal								
Iniciativa								
Unidade Responsável	Departamento	o de Inspeção	de Produto	s de Orige	em Animal – DI	POA/SDA		
Unidade Orçamentária	22000 – MINI	STÉRIOS D	A AGRICU	LTURA, I	PECUÁRIA E A	BASTECIMENTO		
Execução Orçamentária e Fina	anceira da Ação	(em R\$ 1,00)					
Dotação	Despesa		Restos a	Pagar		Walanaa Dagaa		
Inicial Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos N	ão Processados	Valores Pagos		
Esta Unidade Jurisdicionada								
(UJ) não é uma Unidade								
Orçamentária (UO)	54.907,72	54.907,72				51.426,81		
Metas do Exercício Para a Açã	ío							
Ordem Descrição	U	nidade de	Meta Física		Meta Financeira			
Ordeni Descrição	M	edida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		

1	Supervisões	Supervisão	41	54		
		realizada				
2	Fiscalizações	Fiscalização	91	93		
		realizada				
3	Coleta de amostras	Amostra	232	718		
		coletada				
4	Ações de combate a	Ação	(*)	8	_	
	clandestinidade	realizada				

^{(*) –} Demandas independem da programação do SISA/DDA/SFA-ES.

O valor total das despesas liquidadas foi utilizado com as atividades citadas acima.

No atual modelo de gestão, não há meios para discriminar os recursos gastos por ação, considerando que as mesmas, em muitos casos, são realizadas em conjunto com forma de otimizar os recursos da União.

Análise Crítica:

PROGRAMA: 2028

Quanto ao cumprimento da meta, pode-se afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados com impactos benéficos a curto, médio e longo prazo, dando garantias aos consumidores de produtos de origem animal aqui consumidos e comercializados. O SISA/DDA/SFA-ES vem enfrentando carência de recursos humanos, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Trabalha-se algumas vezes com improvisações. Outro fator que agravou o problema foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, imposto por Decreto Presidencial, considerando que o mesmo fiscal exerce várias funções de competência do serviço. Não houve falta de recursos no ano de 2012.

4 – AÇÃO 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOÊNÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA

Identifi	cação d	a Ação:										
			T									
Código				cão, Controle e Er	, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL							
Função			20									
Subfunç	ão		604									
Descriçã			Erradicação das Doenças dos animais									
Iniciativ	'a		012I – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais									
Unidade	Unidade Responsável Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA											
Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									TO			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)												
Dotação	Dotação Despesa				Restos a Pagar			1				
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Processados Não Processados			ados	Valores Pagos			
	Inidade	Jurisdicionada										
` /		uma Unidade										
Orçame			73.238,09	73.238,09	3.238,09					69.837,68		
Metas d	lo Exer	cício Para a Açã	10	111.	1.	M. t. Ec.			Mar. E.		•	
Ordem	Descri	ção		Unidade Medida	de	Meta Física Prevista	В	ealizada	Meta Fin		Realizada	
	Cupom	risionar as ações	a da vigilância			Pievista	K	eanzada	Prevista		Realizada	
		ação das doenças										
1		s, inclusive trâ		Supervisão		25	24	1				
		Unidades central										
	e postos fixos do órgão executor estadual											
2	2 Fiscalizar a execução de convênios			Fiscalização realizada			17					
3	Atender as demandas da Ouvidoria / MAPA e outras denúncias			Demanda atend	Demanda atendida		0					
	•							•			26	

8	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais		4	3	
9	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos animais (abrigos, lixões, etc)		4	3	
10	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais	L Supervisão	(*)	5	
11	Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais	Focos atendidos	(*)	29	
12	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para enfermidades dos animais		1	1	
13	Supervisionar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose	Supervisao	12	12	

Pode-se afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados com impactos benéficos a curto, médio e longo prazo. Mantendo-se o Estado do Espírito Santo livre de enfermidades exóticas, com a Influzenza Aviária e a Peste Suína Clássica foram garantidos os mercados internacionais e acesso dos produtos, tanto para importação, quanto para exportação, inclusive pelos portos capixabas. O SISA/DDA/SFA-ES vem enfrentando carência de recursos humanos, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Trabalha-se algumas vezes com improvisações. Outro fator que agravou o problema foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, imposto por Decreto Presidencial, considerando que o mesmo fiscal exerce várias funções de competência do serviço. Não houve falta de recursos no ano de 2012. Pudemos observar superações significativas nas metas estabelecidas para a fiscalização do Convênio 756019/2011, com atuações conjuntas dos Fiscais responsáveis pelo acompanhamento.

(*) – Demandas independem da programação do SISA/DDA/SFA-ES.

O valor total das despesas liquidada foi utilizado com as atividades citadas acima.

No atual modelo de gestão, não há meios para discriminar os recursos gastos por ação, considerando que as mesmas, em muitos casos, são realizadas em conjunto com forma de otimizar os recursos da União.

5 – AÇÃO 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO -FISPROVET

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
Identificação da Ação:	
Código	2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET1
Função	20
Subfunção	125
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Iniciativa	013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários

Unidade	Respor	nsável	Departament	ento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA							
Unidade	Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AF						BAST	ECIMENTO			
Execuçã	xecução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)										
Dotação)		Despesa			Restos a Pagar				Volo	res Pagos
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos	Não	Processados	vaio	res Pagos	
Esta U	Inidade	Jurisdicionada									
(UJ) n	ão é	uma Unidade	2.464,36	2.464,36		-	-			2.464,36	
Orçamei	ntária (U	JO)		·							
Metas d	lo Exerc	cício Para a Açã	0								
Ordem	Descri	ະຈັດ	U	Jnidade de	M	eta Física		Meta Financ		eira	
Orucin	Ordem Descrição		N	/ledida	Pre	evista	Realiza	ada	Prevista		Realizada
1	Fiscalização Realizada			J nidade	30	42		4.412,00			2.464,36

Análise Crítica: O número de fiscalizações realizadas foi superior ao programado, uma vez que não há como sabermos, à época do planejamento, quantos estabelecimentos comerciais vamos encontrar nos municípios a serem fiscalizados.

A meta financeira prevista (4.412,00) foi construída baseando-se em R\$ 3.102,00 para diárias e R\$ 1.310,00 para combustível e material de escritório, tendo sido necessário um valor menor, talvez por não ter usado parte do recurso para material de escritório.

Apesar do êxito em se superar a meta física, deve-se destacar que é provável que haja pelo menos cerca de 700 estabelecimentos comerciais no Espírito Santo, sendo que apenas cerca de 400 estão registrados e muitos destes não têm renovado suas licenças. Assim, a fiscalização de comércio de produtos de uso veterinário que tem sido realizada no Estado tem sido muito aquém da necessidade, e a razão para isso é que só há uma fiscal na área, a qual tem que dedicar a maior parte do tempo à alimentação animal, devido à grande demanda, e um pouco à área de material genético. Assim, é fundamental que se providencie recurso humano que efetivamente atenda à necessidade da área.

6 – AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM1

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA							
Quadro A.4.4 – acões vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj								

Identificação da Ação:	
Código	2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas - FISCALSEM1
Função	20
Subfunção	125
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos processos de: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento; 4) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas
Unidade Responsável	DFIA/SDA

Unidade	idade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									TECIMENTO		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)												
Dotação Despesa			Despesa				Restos a	Restos a Pagar				ros Dogos
Inicial		Final	Empenhada	ì	Liquida	la	Processa	dos	Não	Processados	vaio	res Pagos
(UJ) n	a Unidade Jurisdicionada					64.7	11,04-					
Metas d	lo Exerc	cício Para a Açã	0									
Ordem	Ordem Descrição			Uni	dade	le 🛚	Meta Física		Meta Finance		eira	
Ordeni Descrição			Medida			Prevista	Realizada		la Prevista		Realizada	
01	FISCA	LIZAÇÃO		NÚ	MERO		1.430	1.586	•	139.780,70	•	69.007,41

CUMPRIMENTO DAS METAS: Foram previstas 1.430 fiscalizações e executadas 1.586 fiscalizações, obtendo-se um índice 110,91% de execução. As ações previstas foram executadas em sua plenitude atingindo os objetivos previstos de publicidade e aplicação das normas vigentes de sementes e mudas.

No ano de 2012, foram inscritos/credenciados 176 novos RENASEMs.

Foram fiscalizadas, pelos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias do SEFAG/ES, 757 entes do sistema RENASEM, sendo 527 produtores de mudas, 05 produtores de sementes, 198 comerciantes de sementes, 26 comerciantes de mudas, 32 campos de produção de sementes e 527 unidades de produção, perfazendo um total aproximado de 73 milhões de mudas fiscalizadas.

EVENTUAIS PROBLEMAS DE EXECUÇÃO: Crescimento da demanda por fiscalizações, falta de Sede própria, Fiscais Federais Agropecuários em vias de aposentadoria sem perspectiva de reposição do quadro a curto prazo.

SUPERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DAS METAS ESTABELECIDAS: As metas de fiscalizações foram superadas pelo comprometimento da equipe em cumprir as metas estabelecidas e pela expansão do agronegócio do Estado do Espírito Santo, cuja demanda de ações de fiscalização de sementes e mudas contribuíram para a superação da meta de fiscalização estipulada.

7 – AÇÃO 2141 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES - FISFECOI

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj PROGRAMA: 2028 NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA Identificação da Ação: 2141 – 130060 – Espírito Santo/ES 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI Código 20 Função 125 Subfunção Fiscalização de Fertilizante, Corretivos Descrição 013E - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Iniciativa Agrícolas Unidade Responsável Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Despesa Dotação Restos a Pagar Valores Pagos Inicial Final Empenhada Liquidada Processados Não Processados Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO) 37,257,79 37.257,79 29.796,73 Metas do Exercício Para a Ação Unidade Meta Física Meta Financeira Ordem Descrição Medida Prevista Realizada Prevista Realizada Fiscalização Realizada Unidade 380 393 59.057,00 29.796,73

Foi cumprido o equivalente a 103,42% da meta física estabelecida, referente ao número de fiscalizações. Apesar do sucesso no alcance da meta, houve dificuldades na execução física, devido à carência de fiscais e de auxiliares com idade e tempo de serviço para aposentar-se não estando previsto concurso para a reposição do quadro de fiscais .

Em relação à meta financeira foi realizados 63,54% do total previsto para as despesas com diárias, custeio e investimentos sendo as dificuldades em efetivar os investimentos programados o maior responsável por não alocar os recursos,

8 – AÇÃO FISCALIZAÇÃO DE MATERIAÇ GENÉTICO ANIMAL - FISCGENE

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFI	ESA AGRO	PECUÁRIA					
Identificação da Ação:								
Código	2019 – Fiscaliz	2019 – Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE						
Função	20							
Subfunção	125							
Descrição	de sistemas d distribuem, con isso analises fis federais agrope	ealização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria e sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou istribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para so analises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais ederais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e aditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.						
Iniciativa	013F – Aperfo Pecuários	eiçoamento	e Moderniz	ação dos Pr	ocessos de Fi	iscalização de Insu	ımos	
Unidade Responsável	Departamento	de Fiscaliza	ação de Insu	mos Pecuári	os – DFIP/SD	A		
Unidade Orçamentária	22000 - MINI	STÉRIO DA	A AGRICUL	TURA, PEC	UÁRIA E AF	BASTECIMENTO		
Execução Orçamentária e Fina	nceira da Ação	(em R\$ 1,00	0)	·				
Dotação	Despesa	•	Restos a	Pagar		Valores Pagos		
Inicial Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos Não	Processados	valores ragos		
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)	0	0 0,00 0,00 0				0		
Metas do Exercício Para a Açã	0			•				
Ordem Descrição	ŀ	nidade de edida	Meta Física Prevista			eira Realizada		
1 Fiscalização realizada	Fiscalização realizada Unidade 4					0		

Análise Crítica:

A fiscalização de granjas avícolas de reprodução só deve ocorrer no caso de alteração na estrutura física do estabelecimento ou no caso de vistoria para fins de registro. Não houve nenhuma dessas demandas e, portanto, não se realizou nenhuma fiscalização. Dessa forma, a fiscal responsável pôde se dedicar mais às outras duas áreas que atua, ou seja, alimentação animal e produtos de uso veterinário.

9 – AÇÃO 2124 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – FISCNAN

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
	NOME. DEFESA AGROFECUARIA
Identificação da Ação:	
Código	2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN
Função	20
Subfunção	125
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à

		alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais 013F - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos							
Iniciativ	va .	013F – Apo Pecuários	erfeiçoamento	e Moderniz	ação dos Pr	ocessos de Fi	iscalização de Insumos		
Unidade	e Responsável	Departamen	nto de Fiscaliz	ação de Insu	mos Pecuári	os – DFIP/SD	A		
Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTE					BASTECIMENTO				
Execuçã	ão Orçamentária e Fina	nceira da Aç	ção (em R\$ 1,00	0)					
Dotação)	Despesa		Restos a	Pagar		Valores Pagos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos Não	Processados	valores ragos		
(UJ) n	Jnidade Jurisdicionada não é uma Unidade ntária (UO)	11505,70	11505,70	-	-		11.505,70		
Metas d	lo Exercício Para a Açã	0							
Ordem	Descrição		Unidade de	Meta Física		Meta Finance	eira		
Ordelli	Ordem Descrição		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
1	Fiscalização Realizada	l	Unidade	27	66	21814,00	11505,70		

Quanto a meta física, realizamos um número muito maior que o previsto em função principalmente do grande volume de denúncias de fabricação clandestina de farelo de milho e sua comercialização indevida, o que nos levou a fiscalizar um número significativo principalmente de comerciantes, os quais não fazem parte da nossa programação de rotina, uma vez que focamos no fabricante. Também tivemos que voltar a vários estabelecimentos para acompanhar a destinação de produtos apreendidos em ações anteriores. No POA, programamos apenas a fiscalização dos estabelecimentos registrados, já que não há como prever o que poderá ocorrer de denúncia ou de apreensão de produtos ao longo do ano.

A meta financeira prevista (21.814,00) foi construída baseando-se em R\$ 12.114,00 para diárias e combustível, R\$ 2.400,00 para material de escritório, telefone e energia elétrica e R\$ 7300,00 para investimento. Entretanto, como um dos fiscais se ausentou alguns meses por questões de saúde, tivemos menos despesas com diárias. Além disso, não solicitamos recurso para investimento no ano, apesar de estar previsto no POA. Essas foram as razões pelas quais gastamos menos que o programado.

Apesar do êxito em se superar a meta física, esse fato levou a uma sobrecarga dos fiscais, que tiveram um aumento de ações a campo e o conseqüente aumento do volume de processos administrativos no escritório, acarretando em um tempo maior para a conclusão dos processos. Os problemas de saúde de um fiscal, que teve que se ausentar por algum tempo, também sobrecarregou a única fiscal restante, a qual, por sua vez, teve que se dedicar menos às outras áreas que ela atua (PIs FISPROVET e FISGENE). Tal situação evidencia a necessidade de se ter mais um fiscal federal agropecuário na área.

Considerações: O Estado do Espírito Santo tem atualmente 34 fabricantes de produtos para alimentação animal registrados no MAPA, com destaque na produção de ração para aves (já que a avicultura é muito forte no Estado), suínos, ruminantes e animais de companhia. O SEFAG conta apenas com dois fiscais e um técnico de nível superior para cobrir as ações necessárias em todo o Estado, sendo que apenas um fiscal dedica-se exclusivamente à área, enquanto os outros dois servidores também atuam nas áreas de produtos de uso veterinário e material genético. A prioridade acaba sendo a Alimentação Animal, o que prejudica as outras duas áreas. Assim, há a necessidade de se aumentar o quadro de recursos humanos na área.

10 - AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPECÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - PADCLASSIF

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROG	RAMA: 2028	NOME: DE	FESA	AGROPEC	UÁRIA						
Identific	cação da Ação:										
Código		4746 - Padronização, Classificação, fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF									
Função		20									
Subfunç	ão	125									
Descrição		Garantir a certificação da identidade, qualidade e segurança dos produtos antes de serem colocados à disposição dos consumidores, assim como o credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.									
Iniciativ	a	027A – padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal									
Unidade Responsável		Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA									
Unidade Orçamentária		22000 - MI	NIST	ÉRIO DA A	GRICUL	ΓURA, I	PECU	JÁRIA E ABA	ASTE	CIMENTO	
Execuçã	io Orçamentária e Finan	ceira da Aç	ão (em	n R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar					Valores Pages	
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada	Processados		Não Processados		Valores Pagos		
Esta Unidade Jurisdicionada 15.801,5 (UJ) não é uma Unidade 3.783,56 Orçamentária (UO) 4.656,83			15.801,50 3.783,56 4.656,83		800,00		15.801,50 2.983,56 4.656,83		3,56		
Gryamer		149.689,33 222,76 6.957,77		49.689,33 222,76 5.957,77	16.229,94					133.459,39 222,76 6.957,77	
Matand	T: 181.111,	,75 1	Γ:181.111,75					1:16	64.081,81		
Metas a	o Exercício Para a Ação		Unida	ada da	Meta Físic			Meta Finance	oiro		
Ordem	Ordem Descrição		Medi	<u> </u>	Prevista	Realizada		Prevista Prize Prevista		Realizada	
01	Fiscalizações realizadas				100	124		Tievista		Realizada	
02	Programa Nacional de Qualidade Vegetal-PNQV			cipio lizado	2	2					
03	Programa de Gerenciamento do PEQV/PNQV			elecim. lizado	8	8					
04	Programa de Monitoramento do Controle da Presença de Resíduos e Contaminantes em Produtos Vegetais-PNCRC				137	137					
05	Programa de Investigação de				Sob demanda	9					
	, 5	<u> </u>				1		243.544,37*		164.081,81	

^{*} Incluindo a previsão de gastos com Contrato SFA-ES nº 01/2012, firmado com a empresa "Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda.", cujo objeto é a prestação de serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados pelo Espírito Santo.

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 4746 consistiu no **Número de Fiscalizações Realizadas**. Durante o ano de 2012 foram realizadas **124 fiscalizações**, superando em **24,0%** o total inicialmente programado **(100)** e em 9,7% a programação corrigida (113).

Outra meta estabelecida no Plano Operativo de 2012 para a atividade foi o **Número de Amostras Fiscais Coletadas.** No período foram coletadas **134 amostras** durante as fiscalizações de rotina e na execução do "Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade de Produtos Vegetais - PEQV" e "Programa Nacional da Qualidade Vegetal – PNQV".

PEQV - Nesse trabalho foram coletadas amostras fiscais de "arroz e feijão" em oito municípios do Estado, previamente sorteados pela CGQV/MAPA. As amostras foram classificadas diretamente pela SFA/ES.

PNQV – Foram coletadas amostras fiscais dos produtos "canjica de milho, milho de pipoca, amendoim, ervilha, lentilha, café torrado e moído, farinha de trigo e óleo de girassol", em dois municípios sorteados pela CGQV/MAPA. Nesse caso, as amostras foram enviadas para análise em laboratórios previamente definidos.

A classificação das 134 amostras fiscais coletadas resultou num **índice de conformidade de 0,89**, evidenciando um **acréscimo de 20,0%** em relação ao obtido ano anterior (0,69). Cabe salientar que, conforme o estabelecido nos citado programas, as amostras foram coletadas de forma "não direcionada".

O resultado obtido (0,89) pode ser considerado muito bom, superando em 0,11 a meta anual estratégica estabelecida pelo MAPA para o índice de conformidade de produtos de origem vegetal em 2012 (0,78).

Em decorrência das ações de fiscalização realizadas, foram **lavrados 30 autos de infração**. No período foram ainda aplicadas **multas no valor total de R\$ 241.135,97**. Das multas quitadas, grande parte foi recolhida no prazo legal e utilizando-se do benefício do desconto de 30% sobre o valor total. Assim, foi efetivamente recolhido ao Tesouro um montante de R\$ 133.822,84.

Os resultados referentes ao Programa de Monitoramento do Controle da Presença de Resíduos e Contaminantes em Produtos Vegetais-PNCRC encontram-se detalhados no PI: Resíduos juntamente com o programa da área animal.

O "contingenciamento de recursos" praticado anualmente pelo Governo dificulta a execução das atividades programadas;

Pendências na regulamentação do Decreto nº 6.268/2007 (Classificação Vegetal) vêm dificultando ações mais efetivas na fiscalização de certos produtos, principalmente hortícolas e outros perecíveis;

A limitação de apoio laboratorial existente no MAPA vêm restringindo as ações de fiscalização rotineiras de produtos como o amendoim, os farináceos e os óleos vegetais.

Indicador de Desempenho:

Eficácia	Efetividade				
Descrição da Meta: Fiscalização em Estabelec	cimentos e em Postos de Classificação				
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados em relação ao estimado	Percentual de produtos que se encontram dentro dos padrões de qualidade				
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas	N^{o} de amostra em conformidade pelo total de amostras classificadas.				
em 2012.	= (AC/TAC) * 100				
= (FR 2012 / FP 2012) * 100					
= (124/100) * 100 = 124,0 %	= (120/134) * 100 = 89,5 %				

Contratações e Parcerias:

Contrato SFA-ES nº 01/2012, firmado com a empresa "Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda.", cujo objeto é a prestação de serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados pelo Espírito Santo.

Demo	nstrati	vo de P	rodutos '	Vegetais	Importado	os - P	eríodo: ja	neiro a de	zembro de 20	12	
	Produ	to Clas	sificado ((tonelada	1)						
Mês	Alho	Arro z	Ervilh a	Far. Trigo	Feijão (*cebola)	Malte	Trigo	Total	Taxa Recolhida (R\$)	Valor Pago Contratada (R\$)	Certifica dos Emitidos (N°)
	104						25.770	25,002	10.626.76	c 200 27	1.5
jan.	104						25.779	25.883	19.636,76	6.288,37	15
fev.	78			1.656		33.001		34.735	40.349,22	11.887,77	18
mar.	52			943		16.485	59.841	77.321	65.695,11	20.496,61	39
abr.	130			1.633		26.661		28.424	32.753,69	9.686,66	17
mai.	445			851		27.783	25.110	54.189	52.981,34	16.094,12	45
jun.	156			828	58*	3.150	25.300	29.493	23.446,08	7.470,38	36
jul.	130			690		29.978		30.798	36.318,62	10.632,65	10
ago.	234			230		37.261	65.600	103.325	94.737,90	29.014,96	57
set.	156			1.607		5.999		7.763	7.958,52	2.483,38	15
out.	260			230		37.056		37.546	44.680,30	13.044,88	16
nov.				825		14.000		14.825	17.155,18	5.060,22	6
dez.	156			690		43.510		44.356	52.579,38	15.365,87	14
som a	1.901			10.183	58*	274.884	201.630	488.658	488.292,10	147.525,8 7	288

Fonte: Arquivo do Setor de Classificação Vegetal/ SFA-ES

Conforme demonstrativo acima, durante o ano de 2012 foram obtidos os seguintes resultados na execução da atividade de classificação de produtos vegetais importados:

Foram classificadas de 488.658 toneladas de produtos, com destaque para malte e trigo;

A execução dos trabalhos resultou no recolhimento de taxas de classificação ao Tesouro Nacional no valor total de R\$ 488.292,10;

Do valor total recolhido, R\$ 147.525,87 foram destinados ao pagamento da empresa contratada pela prestação dos serviços de apoio operacional à SFA/ES na classificação dos produtos importados;

Houve a emissão de 288 certificados de classificação.

11 – AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS - PCEVEGETAL

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2028	NOME: defesa agropecuária				
Identificação da Ação:					
Código	8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL				
Função	20				
Subfunção	603				

Iniciativa Unidade Responsável Unidade Orçamentária Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/S Unidade Orçamentária 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Dotação Despesa Restos a Paga	Valores Pagos
Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Dotação Despesa Restos a Paga	RA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO ngar Valores Pagos
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)DotaçãoDespesaRestos a Paga	ngar Valores Pagos
Dotação Despesa Restos a Paga	
$\begin{bmatrix} \mathbf{L}_{\mathbf{n}}^{\dagger} & \mathbf{a}^{\dagger} & \mathbf{b} \end{bmatrix}$	s Não Processados Valores Lagos
Inicial Final Empenhada Liquidada Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO) 283.601,86 283.601,86	- 283.601,86
Metas do Exercício Para a Ação	
Ordem Descrição Unidade de Meta Física	Meta Financeira
Medida Prevista Reali	alizada Prevista Realizada
Supervisão sobre o monitoramento das moscas-das-frutas em lavouras de mamão que exportam aos EUA Supervisão sobre o monitoramento Inspeção e supervisão	
Inspeções em lavouras habilitadas Inspeção e a exportar mamões aos EUA supervisão 24	
Realizar reuniões técnicas com a Reuniões UVAGRO-LIN 06	
4 Inspeção e manutenção mensal das armadilhas instaladas para o monitoramento da mosca da carambola nos portos e CEASA	
5 Supervisão in loco do convênio Supervisão 44 50 MAPA x IDAF	
6 Emissão de parecer técnico Parecer Sob demanda exportação de vegetais	413.792.60 * 282.905,86

^{*}Incluindo o repasse para o convênio IDAF/ES x MAPA

Apesar das dificuldades orçamentárias as metas previstas foram cumpridas a exceção de uma que foi cumprida em 75%.

As supervisões do programa de exportação e as inspeções nas lavouras habilitada a exportar para os EUA, constante das metas físicas relaciona-se as atribuições do SISV/ES previstas na Instrução Normativa MAPA 05/2008.

As inspeções nas lavouras visando a liberação da colheita para a exportação para o mercado americano, executada pela unidade do VIGIAGRO em Linhares encontram-se relacionadas no quadro abaixo.

Meses	Nº de Inspeções	Nº de lavouras	Nº de lavouras	Nº Termo	Nº Termo de
		liberadas	Suspensas	Notificação	Interdição
Janeiro	33	67	0	2	2
Fevereiro	18	50	0	0	0
Março	13	59	0	0	0
Abril	13	52	0	0	0
Maio	17	58	0	0	0
Junho	13	52	0	0	0
Julho	17	64	0	0	0
Agosto	22	70	0	1	1
Setembro	26	71	0	0	0
Outubro	34	100	0	0	0
Novembro	25	73	0	0	0
Dezembro	26	75	0	1	1
Totais	257	791	0	4	4

As supervisões in loco do convênio 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF visando à sanidade vegetal foram realizadas acima do programado. Para essas supervisões utilizamos recursos dos PI's: PCEVEGETAL e VIGIFITO de acordo com o recurso orçamentário disponível na SFA/ES.

Os relatórios dessas supervisões *in loco* encontram-se disponíveis no processo 21018.8161/2011-93 que se encontra apenso ao processo de formalização do convênio.

Vale ressaltar a ocorrência da praga *Maconelicoccus hirsutus* (cochonilha rosada) no Estado do Espírito Santo. Após a notificação da praga pelo INCAPER procedemos os levantamentos necessários, juntamente com o IDAF/ES, para confirmação da ocorrência e notificação ao Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal.

Contratações e Parcerias: A SFA mantém parceria com o IDAF/SEAG no desenvolvimento desta Ação.

Indicador de Desempenho:

Supervisão do monit	oramento das Mosca-das-frutas								
ATRIBUTO	EFICÁCIA								
	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de								
Descrição:	supervisões programadas (IP) em 2012								
Fórmula de cálculo:	(IR2012 / IP2012)*100 = 24/24 = 100%								
Inspeções em lavoura	as habilitadas a exportar mamões aos EUA								
ATRIBUTOS	EFICACIA								
Descrição:	Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (IR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2012								
Fórmula de cálculo:	(IR2012 / IP2012)*100 = 24/24= 100%								
Inspeção e manutençã	o mensal das armadilhas instaladas para o monitoramento da mosca da carambola								
ATRIBUTOS	EFICACIA								
Descrição:	Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (IR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2012								
Fórmula de cálculo:	(IR2012 / IP2012)*100 = 36/27= 75%								

Transferências: convênio nº 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF visando à sanidade vegetal..

ND	Valor (R\$)	
333041	200.104,00	
443042	63.310,00	
TOTAL	263.414,00	

12 - AÇÃO 2134 VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS – VIGIFITO1

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

	RAMA: 2028		DEFESA AGR				40111	adae ad aj			
Identific	ação da Ação:										
Código		2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1									
Função		20									
Subfunçã	io	603									
Descrição	0	Cabe a essa ação: orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária e da importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; orientar a e acompanhar a fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal e a emissão de certificados específicos e permissões de trânsito; orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de acordos bilaterais referentes aos programas de exportação e de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária e vegetal; cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA;									
Iniciativa			012H – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais								
Unidade	Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA									
Unidade	Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO									
Execução	o Orçamentária e Fin	anceira da	Ação (em R\$ 1,	00)							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar			- Valores Pagos			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processados Não		Processados	vaic	valores ragos		
(UJ) não Orçamen	idade Jurisdicionada o é uma Unidade tária (UO)	ŕ	25.213,62		0		0	0		25.213,62	
Metas do	Exercício Para a Aç	ão									
Ordem	Descrição				eta Física			Meta Financ			
	,		Medida Pr		evista	Realizada		Prevista		Realizada	
1	Supervisões em pac inscritos no pro- exportação para os E	grama de	Fiscalização/ supervisão		ŀ	12					
2		tratamentos Fiscalização 44		44	ļ	40					
							-	76.888,00*		25.212,81	

^{*}Incluindo o repasse para o convênio IDAF/ES x MAPA

Análise Crítica:

Esta ação compreende a fiscalização do trânsito interestadual de vegetais , a fiscalização acordo firmado entre o Brasil e o Estados Unidos da América para a exportação de mamão, a supervisão e fiscalização da emissão de Certificados de origem e Permissão de Trânsito de Vegetais , o registro e fiscalização das empresa que realizam tratamentos quarentenários em cumprimento a Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias da FAO nº 15. Atualmente o Estado possui quatro empresas habitadas a exportado mamão in natura para os EUA. No decorrer

de 2012 uma das empresas habilitadas ficou sem operar para os EUA por vários meses por questões operacionais.

Outra empresa operou de forma reduzida por razões comerciais. Isso fez com que a meta física do SISV não fosse cumprida em razão de que quando a fiscalização esteve na empresa à mesma não estava processando frutas para o mercado americano. Isso impossibilitou verificar o cumprimento das normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 5/2008.

A manutenção dos postos de fiscalização interestaduais do IDAF/ES encontra-se no Convênio assinado com aquele órgão. As fiscalizações desses postos estão sendo realizadas durante a fiscalização da execução do Convênio.

Atualmente o Estado possui 11 empresas registradas para a realização de tratamentos quarentenários. Dessas 9 estão em operação.

Todas as empresas foram fiscalizadas em 2012 sendo que o SISV fiscalizou por amostragem a realização de (trinta e três) tratamentos. Dessas fiscalizações resultaram a emissão de 2 (dois) Autos de Infração.

Indicadores de Desempenho:

	Supervisões em packing house
ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2012
Fórmula de	(IR2012 / IP2012)*100 = 12 / 24 = 0,50%
cálculo:	
	Fiscalização de tratamentos quarentenários-NIMF 15
ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas (IR) e o número de fiscalizações programadas (IP) em 2012
Fórmula de	(IR2012 / IP2012)*100 = 40/44 = 90,90 %
cálculo:	

Contratações e Parcerias: A SFA mantém parceria com o IDAF/SEAG no desenvolvimento desta Ação.

Transferências: Para o convênio nº 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF visando à sanidade vegetal.

ND	Valor (R\$)
333041	6.720,00
443042	6.000,00
TOTAL	12.720,00

13 – AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - FISCORGEN

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA

Identificação da Ação:							
Código	Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados						
Função	20						
Subfunção	125						
Descrição	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.						

Iniciativ	'a		013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.									
Unidade	Unidade Responsável Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado CBIO/SD								eado CBIO/SDA			
Unidade	e Orçame	entária	22000 - MI	INIS	STÉRIO DA	A A	GRICUL	TURA,	PEC	UÁRIA E AI	BAST	ECIMENTO
Execuçã	ão Orçai	mentária e Fina	nceira da A	ção	(em R\$ 1,00	0)						
Dotação)		Despesa				Restos a	Pagar			Valo	res Pagos
Inicial		Final	Empenhada	Į.	Liquidada		Processa	dos	Não	Processados	v alo	ics i agos
(UJ) n	4.55		4.331,01	4.331,01							4.331,01	
Metas d	lo Exerc	ício Para a Açã	0									
Ordem	Doscrio	200		Un	idade de	M	Meta Física Meta l		Meta Finance	nanceira		
Ordeni	Descriç	:a0		Medida Pr		Pr	evista	Realizada		Prevista		Realizada
1	Fiscaliz transgê	,	lavouras	Fis	calização	45	5	45				
										11.750,00		4.331,01

Análise critica:

As ações relacionadas a essa ação visa verificar o cumprimento da norma que estabelece exigências para a coexistência de milho convencional e milho transgênico conforme definido na Resolução Normativa Nº 4/2007 da CTNBio.

A fiscalização abrangeu 14 municípios do Estado resultando na emissão de 45 Termos de fiscalização e 3 Autos de infração.

Neste ano iniciou-se o cultivo experimental, em campo, de eucalipto transgênico (liberação planejada). O plantio recebeu parecer favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) através do Parecer Técnico CTNBio nº 3349/2012.

Foi plantio realizado no final do 2º semestre de 2012 sendo que a fiscalização já esteve no local visando verificar o cumprimento dos termos da autorização emitida pela CTNBio.

14 - AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL- IPVEGETAL2.

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
Identificação da Ação:	
Código	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2
Função	20
Subfunção	125
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditoria dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização de registro de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de analise previa a importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convenio entre o MAPA e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Iniciativa	0279 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal
Unidade Responsável	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA

Unidade Orçamentária 22000 – M				2000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO							
Execuçã	Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)										
Dotação Desp			Despesa	Despesa			agar			Valores Pagos	
Inicial		Final	Empenhad	a	Liquidada	Processado	os	Não	Processados	vaic	nes ragos
(UJ) n	Inidade Jurisdicionada ão é uma Unidade ntária (UO) 15.415,80 3.958,61 3.958,61 380,48			3.95 227,	26						
3.5 /		/ · B · · «	T: 19.754,	89	T: 19.754,89					T:19	0.601,67
Metas d	lo Exerc	cício Para a Açã	.0								
Ordem	Descri	າຈັດ		Unidade de		Meta Física N		Meta Finance	Meta Financeira		
Oracin	Descriç	340		Medida		Prevista	Realizada		Prevista		Realizada
01	Inspeçã	io de Indústria (c	om LV)	Estabelecimento		90	17				
02	Vistori	a Oficial		Laudo Lavrado		14	31				
03 Inspeções em estabelecimentos comercial		Estabelecimento		05	11						
03 Inspeção de indústrias sem aplicação de LV		Estabelecimento		85	141						
04	Coleta	de Amostras de l	Bebidas	Am	ostra	120	96				
									101.678,50		19.601,67

Analise crítica:

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 8939 consistiu no número de inspeções em estabelecimentos produtores/fabricantes de bebidas e derivados da uva e do vinho realizadas com Lista de Verificação (LV). As demais inspeções lavradas sem LV não foram computadas para cumprimento da meta física programada. Esta meta foi estabelecida em 90 inspeções com LV, entretanto, devido aos fatores que serão expostos posteriormente (item b), foram realizadas 17 inspeções com LV, ou seja, 18,9% de execução da meta planejada para 2012.

Outras metas estabelecidas para o setor, e constantes do Plano Operativo 2012 (PO/2012), foram: total de inspeções realizadas em estabelecimentos produtores; inspeções em estabelecimentos comerciais; vistorias para renovação ou registro de estabelecimentos produtores; e amostras coletadas para análise de produtos:

Foram realizadas 189 inspeções, sendo 17 inspeções com LV, 141 inspeções sem aplicação da LV e 31 inspeções para fins de vistoria, de um total de 180 programadas, com percentual de 105 % de execução.

Foram realizadas 11 inspeções em estabelecimentos comerciais de um total de 5 programadas, representando 220% de execução.

Foram realizadas 31 vistorias de um total de 14 programadas, representando 221,43% de execução. Ressaltando-se que esta meta foi programada com base em séries históricas anuais, entretanto trata-se de meta dependente da demanda de solicitações de novos registros (ou renovações) de estabelecimentos, podendo variar significativamente de um ano para o outro.

Foram coletadas 96 amostras para análises fiscais de um total de 120 programadas, com percentual de execução de 80%. Não foram computadas as coletas de amostras para análises de controle realizadas para o Programa Nacional de Monitoramento da cachaça.

Como resultados dos trabalhos da fiscalização, também podem ser enumerados: 457 Certificados de Inspeção de produtos importados, 3 fiscalizações em importadoras de bebidas, 25 registros de novos estabelecimentos, 92 registros de novos produtos e 1123 pareceres técnicos emitidos pela fiscalização na análise de processos diversos. Além disso, foram lavrados 53 Autos de Infração, com penalidades de multas que totalizaram R\$ 135.213,00 e arrecadação de R\$ 28.504,00.

Destacamos também o Programa Nacional de Monitoramento da Cachaça, que não constava como meta do PO, e foi executado com esmero pela fiscalização do Setor de Bebidas, que cumpriu quase que em 100% a meta estabelecida pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas,

com aplicação de questionários e coleta de amostras em 31 estabelecimentos, sendo coletadas para análises de controle amostras de 45 produtos.

O cumprimento da meta principal (meta SIPLAN) foi inicialmente afetado pelo contingenciamento de recursos que se estendeu por todo o primeiro semestre de 2012, o qual prejudicou significativamente a execução das inspeções com LV, considerando que maioria dos estabelecimentos produtores de bebidas registrados no estado, encontra-se fora da região metropolitana, sendo imprescindíveis os recursos para deslocamento.

No segundo semestre as metas de inspeção com LV não foram cumpridas em detrimento da execução das metas do Programa Nacional de Monitoramento da Cachaça (PNCM), estabelecido como prioridade pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas.

Há de se ressaltar também a redução significativa na equipe de fiscalização ocorrido em 2011, sem reposição plena do efetivo perdido, o que exigiu esforço maior da equipe de trabalho remanescente, além de acumulo significativo de processos a serem analisados, principalmente no que tange ao registro e renovação de registro de produtos.

Indicadores de Desempenho:

Descrição meta: INSPEÇAO DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE BEBIDAS COM REGISTRO NA SFA-ES								
INDICADORES								
Eficácia	Efetinidado							
Едисасиа	Efetividade							
Nº de Estabelecimentos Inspecionados em relação	o ao estimado	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo total de						
Relação percentual entre o nº de Inspeçe estabelecimentos produtores pelo nº de Inspeçõe 2012.		estabelecimentos produtores registrados na SFA-ES.						
(IR 2012 : IP 2012) . 100		NIR/NER = 189/192* = 98,44%						
(189**/180***)*100% = 105% **Total de inspeções *** Meta prevista no PO (17**/90***)*100% = 18,88%		*Estabelecimentos produtores obebidas e vinagres, registrados junta o MAPA.						
Inspeções com Lista de Verificação – cons como meta realizada * Meta prevista - SIPLAN	sideras no SIPLAN							
Descrição da Meta: FISCALIZAÇÃO DE PRO		EM VEGETAL						
Eficácia	Efetividade							
Relação percentual entre o nº de produtos fiscalizados pela quantidade programada para 2012	al entre a quantidade de produtos não al de certificados de análises emitidos no das coletas de amostras.							
(IR 2012 : IP 2012) . 100 (26/60)*100 = 43,33%	= 58,24%							

15 – AÇÃO 2177 – FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRICI

PROGRAMA: 2014	NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E
	COMERCIALIZAÇÃO
Identificação da Ação:	
Código	2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1
Função	20
Subfunção	125
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários

		serviços agr	le aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de erviços agrícolas; e homologação e publicação de relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.										
Iniciativ	'a	02XL - Coor	rdenação e Fis	calização da	atividade a	grícola.							
Unidade	e Responsável	SDC/MAPA	\										
Unidade	e Orçamentária	22000 - MIN	NISTÉRIO D <i>A</i>	A AGRICUL	TURA, PEC	CUÁRIA E AI	BASTECIMENTO						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)													
Dotação)	Despesa		Restos a	Pagar		Valores Pagos						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos Não	Processados	valores ragos						
	ES não é uma Unidade ntária (UO)	R\$ 0,00	R\$ 0,00				R\$ 0,00						
Metas d	lo Exercício Para a Açã	0											
Ordem	Descrição	1	Unidade de	Meta Física		Meta Financ	eira						
Ordelli	Descrição]	Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada						
01	Fiscalização de emp atividades aero-agríco		Un	4	0	R\$ 2819,84	R\$ 0,00						

Em 2012, a fiscalização das empresas com atividades aeroagrícolas ficou determinantemente comprometida na SFA-ES. Levantou-se um imbróglio, anunciado pelo Secretário da SDC, Sr. Erikson Camargo Chandoha, na determinação dos limites das atividades atribuídas ao MAPA em relação ao que se atribui aos Estados pela Lei de Agrotóxicos. Diante do ocorrido, ficaram suspensas as fiscalizações e foi feito, tão somente, o acompanhamento dos relatórios de atividades emitidos à SFA-ES pelas empresas registradas.

A necessidade de solução deste impasse é premente, assim como a definição pelo órgão central dos rumos que a Fiscalização da Aviação Agrícola no Brasil deve tomar. Adicionalmente, e tão importante quanto o exposto acima, é a capacitação de pessoal – especialmente com o curso de Coordenador em Aviação, previsto pela legislação.

16 – AÇÃO 8591 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS –

PROGRAMA: 2014	NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO
Identificação da Ação:	
Código	8591 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas
Função	20
Subfunção	541
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com produtos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Iniciativa	7. Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias
Unidade Responsável	SDC/MAPA
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Execuçã	ăo Orça	mentária e Fina	nceira da A	ção	(em R\$ 1	00)						
Dotação	١		Despesa				Restos a	Pagar			Valores Pagos	
Inicial		Final	Empenhada	a Liquidada			Processa	Processados Não Pr			vaio	ites ragus
Esta U	Esta Unidade Jurisdicionada											
(UJ) n	(UJ) não é uma Unidade											
Orçame	Orçamentária (UO) R\$ 891,1			R\$ 268,47			0,00		0,00		R\$ 2	68,47
Metas d	lo Exer	cício Para a Açã	0									
Ordem	Descri	200		Uni	dade d	e N	Meta Física	leta Física		Meta Finance	eira	
Ordeni	Descri	şao		Me	dida	P	revista	Realizada		Prevista		Realizada
1	1 Organização e participação en			Un	•	1		1		R\$ 654,00		R\$ 268,47
	evento	o de PI-										
	Brasil											

Em 2012, a DPDAG/ SFA-ES – em parceria com a CPIA/ DEPROS/ SDC e a Plantec (empresa de consultoria técnica), realizou o I Encontro sobre produção integrada voltado para as cadeias produtivas de tomate e morango do Espirito Santo, em Venda Nova do Imigrante.

Participaram como palestrantes o Coordenador da CPIA/SDC/MAPA, Sidney Medeiros; a Pesquisadora da EMBRAPA/SP, Fagoni Faxer Calegario; o produtor de frutas, Euder de Almeida Ribeiro e o proprietário do Grupo Hortifruti, Fabio Hertel que abordaram as questões política, técnica, de experiência prática e mercadológica, respectivamente.

O evento contou com a participação de aproximadamente trinta pessoas, destacando-se o Superintendente Federal de Agricultura no ES, Jose Arnaldo de Alencar; o representante da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, Domingos Sávio Filete; representantes do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural e das empresas Grupo PLANTEC; Casa do Adubo e da Terra Viva.

A meta programada foi alcançada e, devido sucesso da parceria obtida para sua realização, foi alcançada com recurso ainda inferior ao planejado.

Uma demanda importantíssima, no entanto, porque não planejada, não pôde ser executada frustrando a participação de um palestrante no maior evento agropecuário do Estado (GranExpoES) — o que é um problema político significativo para o Programa. Aponta-se relevante a existência na SDC de mecanismo gerencial que permita remanejamentos emergenciais para atendimento de pleitos como esse, uma vez que são imprevisíveis, mas de impacto muito positivo no desenvolvimento das ações na ponta.

17 – AÇÃO 8593 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO – ABC ORGAMANEJO

PROGRAMA	: 2014	NOME: A COMERCIA	AGROPECUÁR LIZAÇÃO	RIA SUSTEN	ITÁVEL, ABA	ASTECIMENTO E						
Identificação d	a Ação:											
Código		8593 – Apoio ORGAMANE		ento de Agricult	tura de Baixa Emi	ssão de Carbono – ABC						
Função		20										
Subfunção		541										
Descrição		SePA										
Iniciativa			•	-	olicitárias para e compõem o plan							
Unidade Respon	nsável	SDC/MAPA										
Unidade Orçam	entária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO										
Execução Orça	mentária e Fina	nceira da Ação	(em R\$ 1,00)									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	valores ragos						

Esta U	Unidade Jurisdicionada								
(UJ) 1	não é uma Unidade	R\$ 3.428,63	R\$ 3.428,6	3			R\$ 3.	.428,63	
Orçame	entária (UO)								
Metas do Exercício Para a Ação									
Ondom	Dagamiaão	Un	idade de	Meta Física		Meta Finance	eira		
Ordeni	Descrição	Me	edida	Prevista	Realizada	Prevista		Realizada	
1	Apoio a evento	Un	1	1	1	R\$ 1.600,00		R\$ 1.370,14	
2	Apoio a evento	Un	1	1	1	R\$ 11,000,00)	R\$ 2.058.49	

Em março de 2012, a DPDAG/SFA-ES – em parceria com a CMSP/DEPROS/SDC, apoiou a segunda edição do Simpósio Integração Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia de Pecuária Bovina (SIPB), a qual contou com a participação de 700 conferencistas dos três Estados. Nesta ação a DPDAG/SFA-ES trouxe, para tratar do tema Lavoura-Pecuária-Floresta com foco na produção de leite, o palestrante doutor Marcelo Dias Muller - pesquisador da Embrapa Gado de Leite.

Tal ação teve grande importância para o desenvolvimento da pecuária na macrorregião, e contou com a participação de autoridades do setor produtivo, bem como do setor público, destacando-se o Secretário da Agricultura do ES (representando também o Governador), Enio Bergoli; o Deputado Federal César Colnago; o Deputado Estadual Luciano Pereira; o Deputado Estadual Freitas; o Prefeito de Nova Venécia – ES, Wilson Luiz Venturim; o Prefeito de Carlos Chagas - MG, Milton José T. Quadros; o Presidente do Incaper, Evair Vieira de Melo; o Superintendente Federal do Ministério da Agricultura - ES, José Arnaldo de Alencar; o Diretor da Federação da Agricultura do ES, Abdo Gomes; o Diretor Comercial do Banestes, José Antonio Bof Buffon; os Vice-presidentes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Afonso Bretas e Luciano Lauar de Castro; o Presidente do Silemg - maior associação de latícinios do Brasil, Guilherme Olinto Resende; o Presidente da Veneza Cooperativa – ES, José Carnieli e o Presidente do Sindicato Rural de Nova Venécia – ES, Judas Tadeu Colombi. Em 18 de setembro de 2012, a SFA-ES realizou o Seminário de Sensibilização do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), em Vitória. Na ocasião, foi apresentado o

Programa, suas particularidades e benefícios, e também foi assinada a Portaria que instituiu o Grupo Gestor do Plano ABC no Espírito Santo.

O objetivo da DPDAG/ SFA-ES com o Seminário foi alcançado, pois priorizou a mobilização de técnicos e instituições com interface com o setor produtivo agropecuário capixaba, de modo que o Programa fosse levado ao conhecimento dos produtores rurais para os quais o Programa foi desenvolvido. E, em 2012, os produtores do ES contratam mais que 100 % das metas das instituições financeiras em todas as linhas de financiamento do ABC.

Em termos financeiros, a DPDAG havia previsto orçamento para arcar com a organização do evento, no entanto, obteve facilmente adesão dos parceiros (Seag-ES, Instituições Financeiras etc) e acabou precisando se responsabilizar tão somente pelo custeio de participantes do MAPA Sede (Brasília).

18 – AÇÃO 2B47 – FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - IG

(
PROGRAMA: 2042	NOME: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA
Identificação da Ação:	
Código	2B47 – Fomento á Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG
Função	20
Subfunção	665
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais,

Iniciativ	⁄a			de apoio ad Realização mercadoló Realização institucions Orientação produtos a Desenvolvi envolvam a Incremento reconhecin Auditorias	de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros								
Unidade	Respon	sável		Secretaria	de I	Desenvolvir	nen	to Agrop	ecuário	e Co	operativismo	– SDO	C/MAPA
Unidade			ı								-		ECIMENTO
					da Ação (em R\$ 1,00)								
Dotação)			Despesa				Restos a	Pagar			Valo	res Pagos
Inicial		Final		Empenhada	ı	Liquidada		Processados		Não Processados		v alo	ics i agus
(UJ) n Orçame	ião é ntária (U	uma JO)	dicionada Unidade	R\$ 1.422,54	4	R\$ 1.422,5	54					R\$ 1.422,54	
Metas d	lo Exer	cício F	ara a Açã	0							1		
Ordem	Descrie			l .		_	eta Física	I D 11		Meta Finance	eira	D 1: 1	
						Medida		evista	Realiza	ada	Prevista Prevista		Realizada
1	1 Reunião técnica conjunt DPDAG-SISA			conjunta	Un		I		2		R\$ 822,60		R\$ 1.422,54
				conjunta	Un		1		0		R\$ 277,00		0

A DPDAg/ SFA-ES, conjuntamente com o SISA-ES, e em parceria com o Coordenador do Fórum Origem Capixaba realizou, em março de 2012, reunião com os poderes públicos municipais de Pinheiros (na figura do Vice-Prefeito João Bayer; do representante do Secretário de Agricultura, Gilvan Costa Aguiar; do Secretário de Cultura, Paulo Jovanio dos Santos; do Sub-Secretário de Cultura, Fábio Teixeira e do técnico em turismo, Lucas de Jesus Silva) e de Montanha (na figura da Prefeita, Iracy Baltar; do Secretário de Agricultura, Armando Luiz e da equipe da Secretaria de Meio Ambiente e Agroturismo) para tratar do conceito de Indicação Geográfica (IG) e suas implicações, bem como tratar especialmente da potencial necessidade de regularização de todos os estabelecimentos comerciantes e do produto – carne de sol do extremo norte capixaba.

À ocasião, foram também realizadas visitas a estabelecimentos processadores e comerciantes de carne de sol no Município de Pinheiros, com o objetivo de analisar as condições higiênico-sanitárias em que se encontram, bem como oferecer informações de ordem da sua regularização. Além disso, e acima de tudo, prestaram-se esclarecimentos sobre o conceito de IG, o seu funcionamento e condicionantes/ limites legais a todas as pessoas contatadas, inclusive jornalistas da imprensa local.

Tal ação teve êxito na medida em que despertou o interesse político de tal maneira que a discussão dessa potencial IG foi levada à festa do Município de Montanha (14 de abril de 2012), com o I Encontro Regional dos Produtores de Carne de Sol, que contou com a participação de interessados dos Municípios de Montanha, Pinheiros, Mucurici e Ponto Belo.

A outra ação, prevista para acontecer em parceria com o Idaf na região serrana do Estado, com foco no produto Socol, não conseguiu construir agenda positiva entre os parceiros no primeiro semestre de 2012 e, portanto, acabou não tendo a participação da DPDAG/ SFA-ES, pois no

segundo semestre a FFA envolvida na articulação afastou-se do serviço por motivo de licença maternidade.

19 - AÇÃO 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO

	A.4.4 – ações vinculadas							m (x	TOTAL ADA	C/PP/	CIMENTE O	
PROG	RAMA: 2014	NOME:		.GROPECU LIZAÇÃO	AK	KIA S	USTEN	TAV	EL, ABA	STEC	CIMENTO	E
Identifi	cação da Ação:	COMERC	J17 X1	LILITYITO								
Código	, ,	8606 – Des	env	olvimento d	a A	gricultu	ra Orgâ	nica -	– Pró-Orgâni	co		
Função		20										
Subfunç	ção	541										
Descriçã		inserção no produção o embalagem acesso a i agropecuário potencializa eliminação da qualidad produtos o externo; Proparticularid produtores sobre o que fomento e a da agricultu para uma i mostras e audiovisuai de empresa desenvolvir orgânicos.	o sis rgân de d	stema orgân nica sobre os tocagem, tra rmação, cap conjugando o a recicla determinados da água; pronicos brasiles oção do acesso de o produto o diação do acorgânica entor resposta a cosições, be articulação de base tecr to ou de exp	ico s pronspoación tegen s co corresso a de corgâ esse m e in lora	de produ ocedimen ocrte e con tação e écnicas n de nu ontaminan oção e ap s para an ao crédito e produçã nversão d anico e co o a insum eles a de manejo o como ela niciativas ógica e o ação de ne	ução, be tos que mercializ treiname de ma trientes, tes e cor coio a e mpliação, com ca ão orgân o sistem omo fundos e equimateria orgânico; aboração para formutros ar ovas opo	m co são n zação ento nejo redu nserva vento de uracte ica, j a con ciona nipam Rea o e co mação rranjo ortuni	da assistência mo aos dema ecessários à p dos produtos em sistemas e diversificação de pateração e melhorios que possib sua colocação rísticas diferei principalmento vencional par o sistema de entos apropria ético com carbivulgação de o de consórcios similares, paddes para o a	is age roduç orgân orgân cação ogenos a da filitem o no inciada e no a certificados a racterí riticipa mate os, núcera vigrone	entes da cade ão, processam nicos; promoç nicos de proc da proprie s e insetos-p certilidade do s a divulgação mercado inte as, que conside aspecto refere gânico; divulg ficação brasi to desenvolvir esticas selecio ação e campa eriais impress cleos e incuba viabilizar açõ- egócio de alim	eia de nento, eia do dução dução edade, praga, solo e o dos erno e ere as gação ileiro; mento enadas anhas, sos e adoras de nentos
Iniciativ	<i>r</i> a	8. Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.										
Unidade	e Responsável	SDC/MAP		annas de coi	ISCI	ientizaça	υ.					
	e Orçamentária			STÉRIO DA	\ A	CRICIII	TURA	PF(TIÁRIA F AI	RAST	FCIMENTO	
	,	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO nceira da Ação (em R\$ 1,00)										
Dotação		Despesa	yau	(CIII Ιζψ 1,00	"	Restos a	Pagar					
Inicial	Final	Empenhada	ì	Liquidada		Processa		Não	Processados	Valo	ores Pagos	
	Inidade Jurisdicionada ão é uma Unidade ntária (UO)	R\$ 3.392,7	0	R\$ 3.392,7	70	0,00		0,00		R\$ 3	3.392,70	
Metas d	lo Exercício Para a Açã	0										
Ordem	Descrição		l .			eta Física evista	Realiza	ada	Meta Financ Prevista	eira	Realizada	
1	Participação de entidades governamentais em Reunis CPOrg-ES				15		0	.uu	R\$ 2.507,50			
2	Atender às demandas do setor o proferimento de palestras		a Un		1		2		R\$ 630,00		R\$ 603,36	
3	ORGANIZAÇÃO DA DOS ALIMENTOS OR	SEMANA	Un	1	1		1		R\$ 501,50		R\$ 2.233,08	;
4	Aquisição de sementes para o Programa PBCSAV para o Estado do ES			1	1		0		R\$ 3.000,00		R\$ 556,26	

Em 2012, apesar de planejado, o MAPA não apoiou a participação de entidades não-governamentais nas reuniões da CPOrg-ES.

Em março, foi proferida palestra sobre a garantia da qualidade orgânica para a turma do Curso de Pós-Graduação em Agroecologia do IFES / *campus* Alegre – ES.

Em junho, a DPDAG/ SFA-ES participou de reunião estruturação da comercialização da agricultura familiar e orgânica das regiões Serrana e Sul Capixaba, em Iconha/ ES, promovida pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá e CEASA-ES – com ônus parcial ao MAPA (renúncia de diárias).

Os participantes da reunião foram informados sobre a alternativa de consecução de recursos do Mapa para apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário em termos de investimento/ estruturação física/ logística etc, além dos dados do histórico recente do volume de recursos recebidos pelo Estado nos últimos anos. Várias discussões a respeito foram desenvolvidas, várias dúvidas solucionadas sobre aspectos operacionais de apresentação de proposta, documentos, aprovação pelo Conselho Municipal (ou Estadual) de Desenvolvimento Rural Sustentável, titularidade de terreno etc, podendo-se considerar muito positiva a participação, de acordo com o feedback dos presentes.

Ainda em junho, a DPDAG também promoveu reunião sobre gestão de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes (BCSAV) em Iuna e Muniz Freire, como parte da ação de fomento à implantação de tais bancos no Estado.

De janeiro a maio foram trabalhadas articulações dentro e fora da CPOrg-ES para organização da Semana dos Alimentos Orgânicos de 2012, realizando-se reuniões presenciais e virtuais, categorização dos eventos e iniciativas dos membros e demais parceiros, buscando-se patrocinadores etc. Do orçamento da DPDAG foram custeadas passagens aéreas de palestrantes para eventos de destaque.

Como resultados, enumerem-se os que seguem:

Divulgação da Semana em pontos estratégicos – Locais: Feiras de Orgânicos de Vitória, Serra e Vila Velha; entrada da Assembléia Legislativa e pedágio da Terceira Ponte – Datas: 22, 23, 26 e 28/08 – Participantes: Sebrae, Rodosol, Seag e Mapa – Beneficiários Diretos: 7.000 pessoas abordadas com folders da programação;

Mesa redonda "A importância da alimentação orgânica na qualidade de vida da população" – Local: Faculdade São Geraldo – Cariacica – Data: 28/05/2012 – Participantes: Incaper, Prefeitura de Cariacica – Beneficiários Diretos: aproximadamente 80 participantes

Abertura oficial – Local: Assembléia Legislativa – Data: 29/05/2012 – Participantes: Mapa, MDA, Seag, Incaper, Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, Amparo Familiar, Apsad Vida – Beneficiários Diretos: Plenária da Assembléia + telespectadores da TV Assembléia

Palestras nas Escolas

Local: Colégio Salesiano – Vitória – Data: 28, 29 e 30/05/12 – Participantes: 6 Alunos + Equipe de Nutrição da Faculdade Salesiana – Beneficiários diretos: 455 alunos do Colégio Salesiano

Local: Colégio Marista – Vila Velha – Data: 30, 31/05 e 01/06/12 – Participantes: 20 Alunos + Equipe de Nutrição da Faculdade Salesiana – Beneficiários diretos: 120 alunos do Colégio Marista

Oficina sobre Alimentos Orgânicos – Local: Pomar do Colégio Marista – Vila Velha – Data:29/05/2012 – Participantes: 20 Alunos + Equipe de Nutrição da Faculdade Salesiana – Beneficiários diretos: 120 alunos do Colégio Marista

Ação interna – Palestra, teatro de bonecos, lanche orgânico, mail-marketing e brindes – Local: Sebrae-ES – Data:30/05/2012 – Participantes: Equipe Agronegócio Sebrae-ES – Beneficiários Diretos: aproximadamente 100 funcionários do Sebrae-ES

Seminário técnico-científico – "Produto orgânico: da produção ao consumo" – Local: Auditório do CCJE/ UFES – Data: 29/05/2012 – Participantes: Alunos e Equipe Nutrição da Ufes, Seag, Incaper e Mapa – Beneficiários Diretos: 81 participantes

Comemoração com consumidores das feiras

Local: Feira de Valparaiso – Serra – Data: 29/05/2012 – Participantes: Seag, Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, Amparo Familiar, Apsad Vida

Local: Feira do Barro Vermelho – Vitória – Data: 02/06/2012 – Participantes: Seag, Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, Amparo Familiar, Apsad Vida

Local: Feira da Praça do Parque Infantil – Cariacica – Data: 02/06/2012 – Participantes: Incaper, Prefeitura de Cariacica

Dia Especial da Agricultura Orgânica – Local: Feira de Orgânicos da Praça do Papa – Vitória Data:30/05/2012 – Participantes: PMSMJ, Apsad Vida, Amparo Familiar e Seag – Beneficiários Diretos: Estimativa de 1.000 visitantes

Tecnologias e práticas de produção orgânica – Local: Feira de Orgânicos da Praça do Papa - Vitória Data:30/05/2012 – Participantes: Alunos e Equipe Ifes Santa Teresa

Oficina pedagógica: Da terra à mesa – uma perspectiva orgânica de produção e consumo – Local: Ifes Santa Teresa – Data: 01/06/2012 – Participantes: Alunos e Equipe Ifes Santa Teresa – Beneficiários Diretos: 73 alunos dos Colégios ESC e EEEFM

Não foram adquiridas sementes para o PBCSAV por falta de interessados no certame (não apareceram empresas vendedoras interessadas em participar da compra pela SFA-ES).

20 – AÇÃO 4720 - APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA - CERTORGANI

Quadro A.4.4 – ações vinculad	as a programa	tem	ático de resp	ons	abilidade	da uj						
PROGRAMA: 2014	NOME:		GROPECU	JÁR	IA S	USTEN	TÁV	EL, ABA	STEC	CIMENTO	E	
T1 (100 7 1 1 7	COMERO	CIAI	LIZAÇÃO									
Identificação da Ação:												
Código	4720 – CERTOR			Me	ecanismo	s de	Gara	ıntia da Q	ualida	nde Orgânica		
Função	20	20										
Subfunção	125											
Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgá cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orien dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capaci de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de siste de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos											ção não ção	
Iniciativa	Qualidade Oficialmen	org te C	gânica, ent							ara a Garantia s com Qualida		
Unidade Responsável		SDC/MAPA										
Unidade Orçamentária		2000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO										
Execução Orçamentária e Fi		ção	(em R\$ 1,00	0)								
Dotação	Despesa		1		Restos a				Valo	res Pagos		
Inicial Final	Empenhada	ì	Liquidada		Processa	dos Não		Processados	, 410			
Esta Unidade Jurisdicionad (UJ) não é uma Unidad Orçamentária (UO)		R\$ 1.317,51 R\$ 1.317,51							.317,51			
Metas do Exercício Para a A	ão											
Ordem Descrição		L .	idade de dida	Me	ta Física			Meta Finance	eira			
Ordeni Descrição					vista	Realiza	ıda	Prevista	Realizada			
1 Cadastramento de ligados a OCSs	de produtores		es Unidade 2 Controlada		6	152		R\$ 0,00		R\$ 0,00		
2 Fiscalização da	Produção	Aç	ções fiscais 15 5 R\$ 4.602,28 R\$ 1.317,5									

As metas estabelecidas pela COAGRE/ DEPROS/ MAPA para os Estados em relação ao número de Unidades Controladas (UC) refere-se ao número de produtores vinculados a Organizações de Controle Social (OCSs) e é cumulativa. Tais valores foram calculados com base no resultado da pesquisa do IBGE 2010 que identificou que 90.000 produtores rurais no Brasil se consideravam orgânicos e, portanto, esperavam-se muitos pedidos de cadastramento de grupos para inclusão no Cadastro Nacional do MAPA como orgânicos – já que a legislação garante aos produtores organizados esse direito, para comercialização em venda direta, sob o ponto de vista estritamente autodeclaratório.

Considerando, também, os valores da "média histórica" dos Estados, ficou determinado à DPDAG/ SFA-ES, em 2012, um aumento no número de 146 para 213 UC, o que não aconteceu.

Não obstante a credibilidade desse sistema autodeclaratório tenha sido posta à prova pela certificadora local e questionada por grupos de agricultores certificados, nas principais feiras de orgânicos da região metropolitana, as ações de fomento que impactariam nesse resultado ficaram prejudicadas pela falta de pessoal. Em 2012 apenas dez unidades adicionais entraram para a lista de UCs e, além disso, quatro UCs foram desligadas de seus grupos.

Como ação de fomento à garantia da qualidade orgânica no Estado, foram distribuídos folhetos informativos a 56 (cinqüenta e seis) feirantes da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica) – sem ônus ao MAPA.

Sobre a fiscalização da produção orgânica, foram realizadas quatro fiscalizações em propriedades orgânicas vinculadas a OCSs (junho/ julho) e participação em uma Auditoria Testemunha sobre atuação da Certificadora Chão Vivo (novembro). Além disso, foram emitidos 35 (trinta e cinco) Termos de Intimação a feirantes irregulares nas feiras especializadas de orgânicos da Grande Vitória, para que se regularizassem num prazo de trinta dias.

Tal ação surtiu efeito positivo na medida em que mobilizou instituições de fomento do Estado a atuarem junto aos produtores, prestando-lhes assistência técnica e até custeando parte dos custos com a certificação de produtores que não possuem característica organizativa em sua cultura.

21 – AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE - FISCONTRATO

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj PROGRAMA: 2014 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO NOME: COMERCIALIZAÇÃO Identificação da Ação: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO Código Função 125 Subfunção Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Descrição Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região. Iniciativa 02XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Unidade	e Responsável	SDC/MAPA	\							
Unidade	e Orçamentária	22000 - MIN	NISTÉRIO D <i>a</i>	4 A(GRICUL	TURA,	PEC	UÁRIA E AF	BAST	ECIMENTO
Execuç	ão Orçamentária e Fina	nceira da Açã	ão (em R\$ 1,00	0)						
Dotação)	Despesa			Restos a	Pagar			Wala	ras Dagas
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada		Processa	dos	Não	Processados	v alo	res Pagos
(UJ) n Orçame	Jnidade Jurisdicionada ñão é uma Unidade ntária (UO)	,,	R\$ 0,00						R\$ 0	,00
Metas c	lo Exercício Para a Açã	0								
Ordem	Descrição	J	Unidade de	Met	leta Física		Meta Financ		eira	
Ordeni	Descrição	N	Medida	Pre	vista	Realiza	zada Prevista			Realizada
01	Fiscalização	U	Un	76		0	R\$ 13.513,0)	R\$ 0,00
02	Análises de prop	ostas de U	Un 8			85		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	Emendas Parlamenta 2012	ares OGU								

mão-de-obra).

pagamento de impostos

Não foram realizadas fiscalizações de contratos de repasse na União pela DPDAG/ SFA-ES em 2012 por falha na descentralização de recursos por parte do DIEL/ SDC/ MAPA ao longo do ano. À ocasião da descentralização (19/10/2012) todos os técnicos estavam sobrecarregados com as análises de propostas de Emendas Parlamentares OGU 2012 e demais atividades planejadas nos outros PIs de responsabilidade desta Divisão; além do que a sintonia sobre as diretrizes desta ação da ponta com o órgão central permanece enfraquecida, dada a frágil legislação aplicável ao tema. É *mister* que, para 2013, esta situação seja amplamente tratada e saneada.

Foram realizadas análises de 100 % das propostas de Emendas Parlamentares empenhadas para o Estado e os Municípios selecionados do ES em 2012, por meio de 250 (duzentos e cinqüenta) pareceres de ajuste de Plano de Trabalho no Portal da Transparência (Sicony).

22 – AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - MANUTSDC

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

inclusive

NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA PROGRAMA: 2105 Identificação da Ação: 2000 - Administração da Unidade - MANUTSDC Código 20 Função Subfunção Descrição Despesa associada a determinada ação finalística de natureza administrativa. Iniciativa Não Existe Unidade Responsável SE/ MAPA Unidade Orçamentária 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Dotação Despesa Restos a Pagar Valores Pagos Inicial Final Empenhada Liquidada Processados Não Processados Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade R\$ 2.772,16 R\$ 2.772,16 R\$ 2.772,16 Orçamentária (UO) Metas do Exercício Para a Ação Unidade de Meta Física Meta Financeira Ordem Descrição Medida Prevista Realizada Prevista Realizada 1 Manutenção veicular Un R\$ 3.900,00 R\$ 2.772,16 (peças, 4

PI utilizado para execução operacional/ funcionamento da DPDAG/ SFA-ES.

23– AÇÃO 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS – FISCPLANTA

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROG	RAMA	: 2028	NOME: D	EFE	SA A	GRO	PE	CUÁRIA						
Identifi	cação d	a Ação:												
Código								ção do Tr	ânsito I	ntern	acional de V	egetai	s, seus Produtos e	
<i>U</i>			Insumos -	F150	CPLA	NIA	2							
Função			20											
Subfunç	ão		603											
Descriçã	ão		Vigilância	ância e Fiscalização do Trânsito internacional de vegetais e seus produtos										
Iniciativ	'a		012J – Vig Produtos e			Fisca	liza	ıção do T	rânsito	Inte	rnacional de	Anim	ais, Vegetais seus	
Unidade Responsável Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DDA														
Unidade	Orçam	entária	22000 - M	INIS	STÉRI	O DA	A A	GRICUL	TURA,	PEC	UÁRIA E AI	BAST	ECIMENTO	
Execuçã	ão Orça	mentária e Fina	nceira da A	ção	(em R	\$ 1,00))							
Dotação)		Despesa	a				Restos a	Pagar			Valo	res Pagos	
Inicial		Final	Empenhada	a Liquidada				Processados Não		Processados	v aio	ics i agos		
Esta U	Jnidade	Jurisdicionada												
()	ão é		37.751,2	7	37.7	726,8	7						37.654,42	
Orçame	•	,												
Metas d	lo Exer	cício Para a Açã	0											
Ordem	Descri	cão			idade	de		eta Física	1		Meta Financ	eira		
				Me	dida			evista	Realiza		Prevista		Realizada	
1		as inspecionada:						22.021		1.982				
2	Termos de Ocorrências				Nº			1.200		1.022	3= ==1 4		25 45 40	
3	†	os Sanitários			Nº			2.500		2.333	37.751,2	1	37.654,42	
4	Pallete	es			Nº			18.000		7.778				
5	Peso			to	onelad	las	I	ndeter.	3.360	0.000	ļ			

Análise crítica:

A área vegetal da Vigilância Agropecuária Internacional também presta serviços por demanda, havendo, em conseqüência, imprecisão entre o previsto e o realizado, vez que a quantidade de trigo e de malte de cevada a ser importada depende de vários fatores, como o comportamento da safra, a oscilação dos preços de mercado, a demanda de consumo e a disponibilidade do produto nos mercados exportadores. Inclusive, a classificação vegetal destes produtos é feita por estimativa, não sendo possível estimar precisamente a quantidade que será importada e que dará entrada, no País, pelos portos do Espírito Santo. O mesmo fenômeno ocorre com a exportação de celulose, que é bastante variável. No caso da exportação do café, a quantidade é mais imprecisa, vez que não há obrigatoriedade de expedição do Certificado Fitossanitário. Somente quando o país importador exige a apresentação deste documento é que os exportadores procuram a vigilância agropecuária internacional. Todos estes fatores comprometem a relação entre o previsto e o realizado.

O maior impasse na execução das atividades referentes ao trânsito internacional refere-se ao quadro de Fiscais Federais Agropecuários, que a cada mês sofre redução com aposentadorias e licenças médicas. Na área agronômica a tendência é haver redução drástica do quadro de FFA – Engenheiros Agrônomos do SVA – Porto de Vitória.

Mesmo com o término do FUNDAP, o movimento de importação e exportação de produtos agropecuários deverá manter volume significativo. Acresce que os vôos internacionais apresentam tendência de aumento, exigindo maior presença de FFAs no aeroporto de Vitória.

Com relação à UVAGRO – Linhares, o atendimento ao programa de exportação de mamão para os Estados Unidos da América deverá ser prejudicado no próximo ano em razão das aposentadorias que deverão ocorrer, mesmo com a redução do volume atualmente exportado.

A situação somente apresentará melhorias se houver concurso público que reponha os FFAs que estão saindo. Em caso contrário, a tendência é de haver colapso no atendimento, motivando inúmeras reclamações dos usuários pela pequena agilidade na liberação das cargas importadas. Esta situação preocupante já foi comunicada aos órgãos centrais, sem contudo haver possibilidade de solução em curto prazo.

As exportações realizadas de mamão/Linhares representou o valor FOB US\$ de 3.398.427,28 de divisas para o País.

Os resultados apresentados indicam que na área vegetal houve um equilíbrio quantitativo entre os processos de exportação e de importação. Constata-se pelos dados técnicos obtidos que não houve alteração significativa com relação aos produtos objetos de fiscalização, ou seja, a cada ano, praticamente trabalhamos com a mesma pauta de produtos no trânsito internacional.

Observa-se, de modo geral, que na área vegetal existe uma sazonalidade nas operações de importações, concentrado especialmente no período de agosto a novembro, justificado pela proximidade das festas de fim de ano, quando há aumento considerável do comércio de bens de consumo.

24 – AÇÃO 2181 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS - FISCANIMAL

Quadro A.4.4 – ações vino							da uj			
PROGRAMA: 2028	NOMI	E: DEFES	SA A	GROPECU	JÁRI	A				
Identificação da Ação:										
Código				ilância e Fi eus Produto				rân	sito Intern	acional de
Função		20								
Subfunção		603								
Descrição		Vigilând seus pro		Fiscalizaçã os	o do	Trân	ısito ir	itern	acional de	Animais e
Iniciativa		Animais	s, Ve	ilância e Fi getais seus l	Prod	utos	e Insui	mos		
Unidade Responsável		Coorder VIGIAO		o Geral do /DDA	Sist	tema	de V	igilâ	ncia Agro	pecuária –
Unidade Orçamentária				INISTÉRIC MENTO) DA	A AC	GRICU	LTU	JRA, PEC	UÁRIA E
Execução Orçamentária	e Financei	ra da Açâ	io (e	m R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			R	Restos	a Paga	ar		Valores
Inicial	Final	Empenh	ada	Liquidada	P	roces	sados	Não Pro	cessados	Pagos
Esta Unidade Jurisdicio não é uma Unidade On (UO)	çamentária	29.449,	,68	29.449,68	3	O)		0	10.283,44
Metas do Exercício Para	a Ação									
Ordem	escrição					a Físi			Meta Fina	
				dida			Realiz		Prevista	Realizada
*-	artidas nspecionad	as	Nº		2.50)0	25.012	2	30.102,09	10.283,44

Análise critica:

A Vigilância Agropecuária Internacional presta serviços por demanda dos usuários.

As metas representam uma estimativa, com base no histórico dos anos anteriores, do que ocorrerá no ano. Entretanto, nem sempre o movimento de importação e exportação corresponde ao que foi previsto.

Assim, a importação de produtos lácteos, em especial leite em pó, principalmente da Argentina e do Uruguai, para a Chocolates Garoto e para a Tangará, por exemplo, ficam na dependência de contratos firmados pelas empresas no exterior. Por exemplo, a Tangará é pelo 4º ano consecutivo a maior empresa de produtos lácteos do Brasil, com volume expressivo de importação de leite em pó, praticamente impossível de ser dimensionar com precisão. Por esta razão, muitas vezes as metas previstas não são atingidas ou apresentam quantitativos superiores ao previsto. Assim, também, acontece com a importação de bacalhau e outros peixes congelados.

Da mesma forma as exportações de peixes ornamentais não apresentam regularidades, ficando na dependência da procura do mercado externo pelo produto brasileiro, o que dificulta estabelecer com precisão a meta física, o que não ocorre com as metas de fiscalizações e inspeções, passíveis de serem programadas com exatidão.

Pelo exposto, justifica-se a grande diferença entre o programado e o realizado.

IMPORTAÇÃO:

A importação de produtos de origem animal abrangeu principalmente leite e seus derivados, com destaque para o leite em pó integral, desnatado e instantâneo, além de leitelho, queijo prato e mussarela e manteiga, oriundos da Argentina e do Uruguai. Na área de pescados, a maior volume foi de bacalhau, importado de Portugal e do Noruega, atum e chicharro em conserva do Equador,

O total de produtos de origem animal importados perfaz 60.000 toneladas com origem em 13 paises, demandando uma atividade intensa, visando minimizar o risco de introdução de doenças e de verificar a conformidade dos produtos em consonância com a legislação brasileira.

Em termos de ocorrência, houve um rechaço de 11.922 Kg de carne bovina desossada, proveniente da Noruega.

EXPORTAÇÃO

Cabe destacar a exportação de carne bovina e miúdos congelados para Israel, peixes ornamentais para a Alemanha, além da liberação animais de companhia, cães e gatos, para os Estados Unidos da América e países da União Européia.

O maior movimento de importação é de produtos lácteos, entretanto, a situação da vigilância agropecuária internacional é crítica, vez que os dois FFA – Médicos Veterinários, que prestam serviços no SVA – porto de Vitória, deverão solicitar aposentadoria em 2013, ensejando um quadro caótico, vez que não há, no quadro de pessoal da SFA/MAPA-ES, FFAs para reposição. Com a aposentadoria dos dois FFAs o atendimento ficará seriamente prejudicado, motivando um colapso. O atendimento ao trânsito internacional pelo pessoal da sede é impraticável porque também há falta de profissionais, assim teremos situações em que não haverá atendimento com a presteza exigida pelos importadores, ensejando reclamações e possivelmente ações judiciais. Serão tempos difíceis em que a solução é a realização de concurso público. Acreditamos que não haverá tempo para transmissão de conhecimentos e experiências aos novos servidores.

Esta situação bastante preocupante já foi comunicada aos órgãos centrais do MAPA, mas não se vislumbra solução em curto prazo. Também foi comunicada ao SINDIEX, que já solicita agilidade na liberação de cargas oriundas do trânsito internacional.

Acresce, ainda que o Espírito Santo não possui laboratórios credenciados para a análise de vários componentes de produtos importados, motivando retardamento na liberação das cargas. Em suma, 2013 será um ano difícil para a vigilância agropecuária internacional, em que soluções paliativas serão adotadas, visando minimizar este transtorno.

Na área animal, houve um incremento das operações de importação no mês de outubro, justificado pelas mesmas razões expostas a respeito do aumento do consumo com a proximidade das festas natalinas.

Com referência às embalagens de madeira, houve um número expressivo de processos demandados (cerca de 17.800), reflexo direto do comércio globalizado existente, com grande diversidade de produtos importados que, via de regra, chegam escorados em estrados de madeira (pallets) ou peças de escoramento de carga. Considerando a capilaridade e agilidade das informações, no que concerne às restrições fitossanitárias, o nº de ocorrências diminuiu em relação ao ano anterior, revelando maior cuidado e atenção às normas internacionais.

Com referência ao quadro de pessoal técnico existente (fiscais e técnicos), informamos que em 2012 este Serviço dispunha de 11 (onze) fiscais agrônomos, 02 (dois) fiscais veterinários e 5 (cinco) técnicos para execução dos trabalhos, que entendemos foi satisfatório neste aspecto.

Para o atual exercício, 2 fiscais agrônomos se aposentaram (um terceiro poderá se aposentar) e os 2 fiscais veterinários devem se aposentar até o fim de junho, fatos que certamente irão comprometer o desempenho das ações do Serviço, havendo portanto necessidade de recomposição do quadro técnico.

25 – AÇÃO 8598 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUARIAS - APOIOPEC

NOME, ACDODECHADIA CHCTENTAVEL ADACTECIMENTO E

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 2014			e: agro Erciali		CUARIA SI ÇÃO	US.	TENTA	AVEL,	AB	ASTECIN	IENTO E
Identificação da Ação:		•			•						
Código			8598 – Pecuari	-	oio ao De	sen	volvin	iento	das	Cadeias	Produtivas
Função			20	as							
Subfunção			602								
Descrição											
Iniciativa			A2X9 – Agroped		omoção da l ias	Sus	stentab	ilidado	e das	s Cadeias	Produtivas
Unidade Responsável			SDC/M.	APA	L						
Unidade Orçamentária					INISTÉRIC MENTO) I	OA AC	GRICU	LTU	JRA, PEC	CUÁRIA E
Execução Orçamentár	ia e l	Financeir	a da Açã	io (e	m R\$ 1,00)						
Dotação			Despesa				Restos	a Paga	ar		Valores
Inicial	F	Final	Empenh	ada	Liquidada		Proces	ssados	Não Prod	cessados	Pagos
Esta Unidade Jurisdicio não é uma Unidade Orç (UO)		` /	1.320,	12	1.320,12		()		0	1.320,12
Metas do Exercício Pa	ra a	Ação									
Ordem	Dag	crição		Uni	dade de	M	eta Fís	ica		Meta Fina	nceira
Orden					dida	Pr	evista	Realiz	ada	Prevista	Realizada
01	inte	oio a eve resse da uaria		Eve	ento	1		1		3.745,50	1.320,12
02	Eve		de	Eve	ento	1		1		946,50	0
		moção d ar Anima									

Análise critica:

Análise Crítica:

No ano de 2012, a DPDAG/SFA-ES – em parceria com a CPIP/DEPROS/SDC, apoiou a segunda edição do Simpósio Integração Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia de Pecuária Bovina (SIPB), a qual contou com a participação de 700 conferencistas dos três Estados. Nesta ação a DPDAG/SFA-ES trouxe o palestrante doutor em etologia, pesquisador da Unesp, Dr. Adriano Páscoa, o qual proferiu palestra sobre o tema Bem Estar Animal na Pecuária de Corte: Impactos econômicos do manejo racional.

Tal ação mostrou-se de suma importância para o desenvolvimento da pecuária na macrorregião, contando com a participação de autoridades do setor produtivo, bem como do setor público, destacando-se o Secretário da Agricultura do ES (representando também o Governador), Enio Bergoli; o Deputado Federal César Colnago; o Deputado Estadual Luciano Pereira; o Deputado Estadual Freitas; o Prefeito de Nova Venécia – ES, Wilson Luiz Venturim; o Prefeito de Carlos Chagas – MG, Milton José T. Quadros; o Presidente do Incaper, Evair Vieira de Melo; o Superintendente Federal do Ministério da Agricultura – ES, José Arnaldo de Alencar; o Diretor da Federação da Agricultura do ES, Abdo Gomes; o Diretor Comercial do Banestes, José Antonio Bof Buffon; os Vice-presidentes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Afonso Bretas e Luciano Lauar de Castro; o Presidente do Silemg – maior associação de latícinios do Brasil, Guilherme Olinto Resende; o Presidente da Veneza Cooperativa – ES, José Carnieli e o Presidente do Sindicato Rural de Nova Venécia – ES, Judas Tadeu Colombi.

Considerando a necessidade de otimização de recursos, tendo em vista o valor disponibilizado (provisão recebida) em comparação ao previsto (Plano Operativo 2012), esta única ação realizada teve que atender (e atendeu) às duas metas previstas – tratou-se de um evento de apoio à cadeia pecuária, e ao mesmo tempo, uma promoção das técnicas de Bem Estar animal.

26 – AÇÃO 4747 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PECUARIOS – FISCALPEC

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO PROGRAMA: 2014 Identificação da Ação: Código 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC 20 Função 125 Subfunção Descrição SePA Iniciativa 02X2 - Fiscalização dos Serviços Agropecuários Regulamentados Unidade Responsável SDC/MAPA Unidade Orçamentária 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Despesa Restos a Pagar Dotação Valores Pagos Inicial Final Empenhada Liquidada Processados Não Processados Esta Unidade Jurisdicionada R\$ 2.690.86 R\$ 2.616.77 R\$ 0.00 R\$ 0.00 R\$ 2.616.77 (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO) Metas do Exercício Para a Ação Unidade de Meta Física Meta Financeira Ordem Descrição Medida Prevista Realizada Prevista Realizada Fiscalização de Associação de 1 Un 1 2 R\$ 731.00 R\$ 1.682,88 Registro Genealógico Participação em reunião de 2 Un 0 1 R\$ 0,00 R\$ 933,89 Conselho Deliberativo Técnico

Em 2012, a DPDAG/SFA-ES executou auditoria no Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil (ABCRSS), no mês de dezembro, conforme planejado. Colaborou, adicionalmente, com a DPDAG/SFA-SP na execução de auditoria à Associação Brasileira dos Criadores da Raça Bonsmara, no município de Presidente Prudente-SP, deslocando um técnico da equipe para tal.

Sem o prévio conhecimento de que a reunião do Conselho Deliberativo Técnico da ABCRSS realizar-se-ia em São Paulo – SP, a DPDAG/ SFA-ES não havia previsto orçamento para execução desta ação. No entanto, sendo esta uma oportunidade estratégica de atuação do MAPA para a formação genética do rebanho bovino brasileiro, a CPIP/ DEPROS/ SDC ofereceu irrestrito apoio e a DPDAG pôde participar com o seu representante, mês de junho.

Observando-se a execução físico-financeira acima da prevista ao longo do ano e tendo em vista os bons resultados encontrados com as ações, a meta desta DPDAG/ SFA-ES deverá ser incrementada para o ano de 2013.

27 – AÇÃO 4716- OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS – MANUTSFAS13

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj PROGRAMA: 2105 NOME: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE Identificação da Ação: 4716 – Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas Código 20 Função 122 Subfunção Descrição Atendimento dos Custos dos Serviços Administrativos Iniciativa Unidade Responsável 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, **PECUÁRIA** \mathbf{E} Unidade Orçamentária **ABASTECIMENTO** Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) Dotação Restos a Pagar Despesa Não Valores Pagos Inicial Final Empenhada Liquidada Processados Processados Esta Unidade Jurisdicionada 1.245.977,64 1.245.977,64 9.288.87 1.127.993.82 0.00 (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO) Metas do Exercício Para a Ação Unidade de Meta Física Meta Financeira Ordem Descrição Medida Prevista Realizada Prevista Realizada

ATIVIDADES REALIZADAS PELA ÁREA ADMINISTRATIVA DA SUPERINTENDÊNCIA - ANO 2012																
			Seção	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	VOV	DEZ	ТОТА
PRODUTO DA AÇÃO	unid.															
ATIVIDADES QUE DEVER	ATIVIDADES QUE DEVERÃO SER PROGRAMADAS															
Reunião Nacional	m ⁰	Progr.	GA	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3
Reumao Nacionai	11	realiz.	В	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0		0	2
Dannia Danianal	0	Prog.	GA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Reunião Regional	n°	realiz	В	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Reunião com a equipe interna	n°	Prog.	SA	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	2	46

	ĺ	Realiz.	D	2	2	3	4	3	4	4	0	0	0	0	0	22
Treinamento na área Gestão	+	Prog.	DA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administrativa	Serv.	Realiz.	D	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	3
Treinam em Planejamento		Prog.	GA	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	4
Estratégico e ou Operacional	Serv.	Realiz.	В	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	3
Treinamento área de Compras		Prog.	SA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
e Contratos	Serv.	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	4
m ·	1	Prog.		0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	4	0	8
Treinamento área	Serv.		SE													
Orçamentária e Finaceira		Realiz.	OF	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	4
Treinamento na área de	Serv.	Prog.	SA	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2	0	5
Material e Patrimônio	Serv.	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Treinamento área Licitações e	Serv.	Prog.	SA	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	2	0	8
afins	Serv.	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Treinamento na área	Serv.	Prog.	DA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Convênios e Contratos	Serv.	Realiz.	D	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Treinamento na área de	Serv.	Prog.	SA	15	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	20
Protocolo	SCI V.	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Treinamento área de RH	Serv.	Prog.	SR	0	0	4	0	0	0	2	2	2	2	2	0	14
Tremamento area de Kri	SCI V.	Realiz.	Н	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
Recadastramento de	Serv.	Prog.	SR	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	300
Pensionistas	SCI V.	Realiz.	Н	12	14	37	41	38	25	5	11	10	15	6	2	216
Recadastramento de Inativos	Serv.	Prog.	SR	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	0	0	200
Recadastramento de mativos	BCI V.	Realiz.	Н	17	7	39	36	50	10	3	6	10	10	4	4	196
Manutenção Física	nº	Prog.	SA	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Unid.Descentralizadas	11	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manut.Frota Veículos de toda	Veic	Prog.	SA	9	3	9	3	5	5	5	5	5	5	5	5	64
SFA	VCIC	Realiz.	G	1	5	7	6	3	3	1	0	3	1	2	0	32
Processos de alienação de	n°	Prog.	SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
bens	11	Realiz.	G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES QUE DEVER	RÃO SI	ER MON	ITOR	ADAS	MEN	NSAL	MEN	ITE								
Autuação de Proc.																
Administrativos -				1.91	1.7	1.8	2.4	1.2	2.5	2.5	1.4	2.5	1.0	81	64	20.8
	n°	Realiz.	SAG	3	71	78	77	40	23	77	30	12	18	9	3	01
Proc. licitatórios : dispensa-	n°	D1'-	CAC	,		10	2	0		9	,	1	2		0	16
ineglicitação Elab. de contratos Prestação	n°	Realiz.	SAG	3	0	10	3	U	0	9	3	1	2	6	9	46
de Serviços (*)-Todos	nº	Realiz.	SAG	2	1	0	10	3	0	0	9	3	2	0	3	33
ac per viços (·)-10008	11	Realiz.	SAU		1	U	10	J	U	U	2	ر		U	ر	رد
				117	15	23	13	494	69	25	12	71	2.3	69	78	20.4
Itens de materiais	n°	solicit.	CAG	3	58	14	99	7	8	37	95	9	69	6	1	86
solicitados	n°		SAG													
					10	93	11	289	65	18	52	54	67	61	72	12.5
		atend.		911	06	0	76	8	5	50	6	3	0	5	2	02
Diárias processadas em			SEO		84.	17	11	177	14	15	78,	16	96,	11		
todas as áreas da SFA	nº	Realiz.	F	34	5	7.5	3	.5	3	2	5	1,5	5	1	62	952
Passagens processadas em		D "	SEO			_	_	10	1.1			1.2				0.1
todas as áreas da SFA	n°	Realiz.	F	1	6	7	7	19	11	9	8	13	0	0	0	81
			SEO			15	11		13	11		12	10	11		1.30
Órdens Bancárias Emitidas	n°	Realiz.	SEO F	34	85	15 7	5	131	5	3	92	9	3	3	96	3
Oruciis Dalicarias Ellituas	11	Realiz.	1	J4	0.0	,	5	101	J	ر	92	2	ر	٦	70	٦
Emissão de Notas de			SEO							10	11			11		1.02
Empenho de Motas de	nº	Realiz.	F	12	76	90	79	111	85	0	3	78	73	7	91	5
Concessão Licença-				T						-	-				-	
Maternidade-Paternidade	n°	Realiz.	SRH	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Watermadde I dtermadde																
Concessão de Auxilio-	n°	Realiz.	SRH	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	

Funeral																4
Concessão de Pensão	n°	Realiz.	SRH	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	5
Concessão Aposentadorias	n°	Realiz.	SRH	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	5
Concessão de lic. Médica (Todos os Servidores)	dias	Realiz.	SRH	64	45	17	25	25	10	11 0	24	28	16 8	24	95	1.42
Concessão de lic.médica (Todos os Servidores)	n°	Realiz.	SRH	7	6	6	11	3	9	11	36	31	18	35	11	184
Concessão de lic. médica AISIPOA-		Tround.	51111	,			**				50	51	10			101
AG.ATIV.AGROP.	n°	Realiz.	SRH	3	3	2	5	0	0	3	2	2	2	4	0	26
Concessão de licença médica - FFA	n°	Realiz.	SRH	0	1	1	3	1	3	3	0	12	5	12	4	45
Concessão de lic. médica - Administ	n°	Realiz.	SRH	5	2	1	4	3	5	4	27	16	11	15	7	100
Concessão de licença médica - OUTRAS CATEGORIAS	n°	Realiz.	SRH	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Realização de perícia médica	n°	Realiz.	SRH	4	3	1	2	2	2	4	1	5	5	6	0	35
Concessão de Licença Assiduidade	n°	Realiz.	SRH	2	3	6	3	4	4	5	2	9	6	2	0	46
Concessão de abono permanência	n°	Realiz.	SRH	1	7	4	1	0	2	0	0	3	0	3	2	23
Conc. de adicional de Insalubridade - Periculosidade	n°	Realiz.	SRH	58	66	65	64	61	60	62	0	3	0	0	0	439

Desempenho da área administrativa

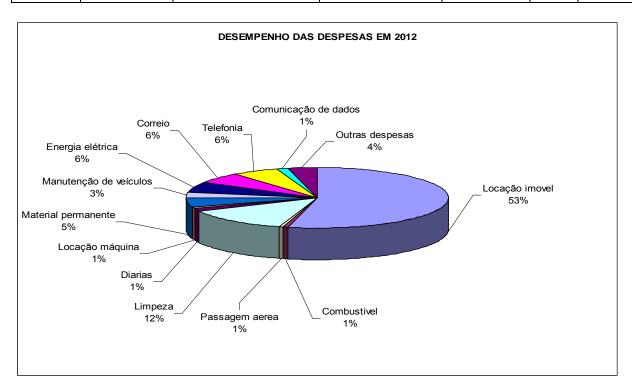
RESULTADOS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVA					
PRODUTO DA AÇÃO	unid.		Seção	2011	2012
•	C 1	Prog.	SAG	2	5
Treinamento área material	Servidor.	Realiz.		$\begin{bmatrix} -1 \\ 1 \end{bmatrix}$	0
Treinamento área financeira	Servidor.	Prog.	SEOF	2	8
Tremamento area financeira	Servidor.	Realiz.		0	4
Trainamenta na área Castão Administrativa LIDDAS	Servidor.	Prog.	DAD	13	0
Treinamento na área Gestão Administrativa - LIBRAS	Servidor.	Realiz.		13	3
Treinam em Planejamento Estratégico e ou	Servidor.	Prog.	GAB	0	4
Operacional	Servidor.	Realiz.		0	3
Treinamento área de RH	Servidor.	Prog.	SRH	0	14
Tremamento area de Kri	Servidor.	Realiz.		0	3
Treinamento área Licitações e afins - CONTRATOS E	Servidor.	Prog.	SAG	27	8
LICITAÇÕES	Scrvidor.	Realiz.		17	1
Treinamento na área Convênios e Contratos	Servidor.	Prog.	DAD	0	2
Tremamento na area Convenios e Contratos	Scrvidor.	Realiz.		0	2
Treinamento na área de Protocolo	Servidor.	Prog.	SAG	19	112
Tremamento na area de Frotocolo	Scrvidor.	Realiz.		19	112
Manutenção Física Unid.Descentralizadas	n°	Prog.	SAG	0	3
Wantitenção i isica Onid.Descentranzadas	11	Realiz.		0	0
Reunião com a equipe interna	n°	Prog.	SAD	48	46
Reumao com a equipe interna	11	Realiz.		45	22
Processos de alienação de bens	n°	Realiz.	SAG	1	0
1 rocessos de anenação de ocus	11			0	0
Quantidades de materiais	n°	solicitadas	SAG	21649	20486

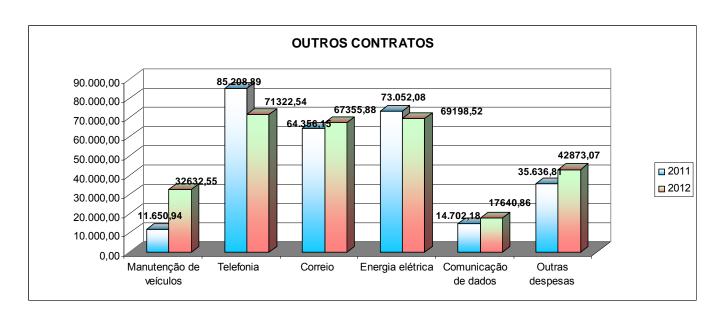
		atendidas		16633	12502
Reunião Nacional	n°	Prog.	GAB	5	3
Reunião Regional	n°	Prog.	GAB	3	2
Recadastramento de inativos	Serv.	Prog.	SRH	240	
Recadastramento de mativos	Serv.	Realiz.		138	
Recadastramento de Pensionistas	n°	Prog.	SRH	300	300
	11	Realiz.		217	216
Proc. licitatórios compreendendo dispensa-inex-	0	D 11	GAG	50	16
licitação	n°	Realiz.	SAG	59	46
Diárias processadas em todas as áreas da SFA	n°	Realiz.	SEOF	1297,5	952
Passagens processadas em todas as áreas da SFA	n°	Realiz.	SEOF	121	81
Ordens Bancarias Emitidas	n°	Realiz.	SEOF	1375	1.303
Emissão de Notas de Empenho	n°	Realiz.	SEOF	229	1.025
Numero de Servidores envolvidos em nota de empenho	n°	Realiz.	SEOF	24	
Numero de Conformidade		Realiz.	SEOF	233	
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade	n°	Realiz.	SRH	2	2
Concessão de Auxilio-Funeral	n°	Realiz.	SRH	6	4
Concessão de Pensão	n°	Realiz.	SRH	8	5
Concessão Aposentadorias	n°	Realiz.	SRH	13	5
Concessão de licença médica em dias	dias	Realiz.	SRH	1871	1.428
Concessão de licença médica em número	n°	Realiz.	SRH	143	184
Concessão de lic. médica AISIPOA-					
AG.ATIV.AGROP.	n°	Realiz.	SRH	24	26
Concessão de licença médica - FFA	n°	Realiz.	SRH	55	45
Concessão de lic. médica - APOIO					
ADMINISTRATIVO	n°	Realiz.	SRH	51	100
Concessão de licença médica - OUTRAS CATEGORIAS	n°	Realiz.	SRH	6	3
	n°	Realiz.	SRH	52	35
Realização de perícia médica	n°		1		
Concessão de Licença Assiduidade		Realiz.	SRH	33	46
Concessão de abono permanência	n°	Realiz.	SRH	10	23
Conc. de adicional de Insalubridade - Periculosidade	n°	Realiz.	SRH	1	439
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	nº	Realiz.	DAD	33	33
Autuação de Proc. Administrativos (não disciplanares).	n°	Realiz.	SAG	19.894	20.801

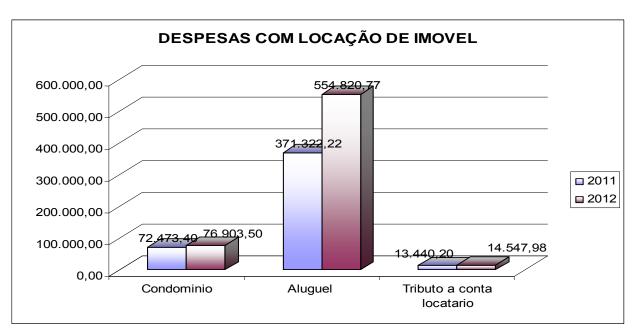
Indicadores Gerenciais

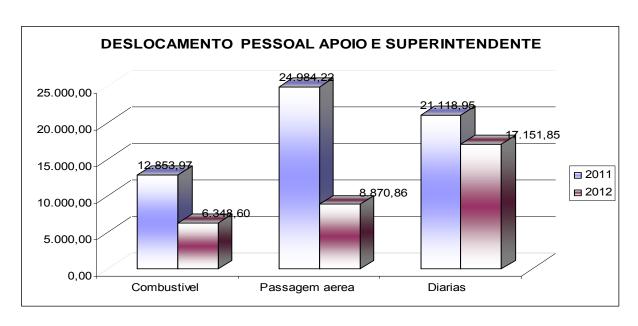
SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	Valor	Anual	Meta (da SFA) 2012
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1428 x 100 196*365	2,0%	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos*365) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	184 x 100 191*365	0,26%	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos*365) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	45 x100 74*365	0,17%	0%
Iaadm (%)	Eficácia	(N° de Administrativos afastados/ N° total de administrativos ativos*365) x100	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença médica	100 x 100 69x365	0,40%	0%

Iaap (30d) (%)	Eficácia	(N° de aposentadorias. concedidas / N° de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	5 <u>x</u> 100 5	100	100%
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de itens apresentados / Nº de material atendido) x 100	indece de atendimento do almoxarifao	12.502 x 100 20.486	61,03%	100%
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	46 x 100 50	92%	100%
Icfd (%)	Eficácia	(N° de diárias recebidas / N° de diárias aptas para pagamento)x 100	Conformidade das diárias	952 x100 955	99,69	100%
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformidade atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da Gestão	230/231	1	100%
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados/Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	2.138.063,82 x100 2.263.384,85	94,46%	100%
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	5/2	50%	100%
Iplic	Eficiên cia	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	46/4	11,50	100%
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	952/2	476	100%
Iemp	Eficiência	N° de empenhos emitidos / N° de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1025/2	512,5	100%









A SFA-ES, área administrativa, conectada com a visão institucional do Ministério – que almeja o reconhecimento pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços que desenvolvam o agronegócio, implementou junto aos servidores providências motivadoras (banner, adesivos e folder) visando a economicidade de energia elétrica, água, papel, tonner.

Dando continuidade a melhoria dos procedimentos, a SFA implantou em 2012 um Manual de Monitoramento, com fluxogramas, agenda permanente por setor, controles de custos e de atividades realizadas, visando sistematizar os procedimentos administrativos.

Destacamos, igualmente, as atividades desenvolvidas para racionalizar e organizar o arquivo morto.

Os veículos são utilizados sob a gestão do Setor de transporte, estritamente em observância às normas legais pertinentes, sendo todas as ações registradas no Sistema de Controle de Veículos Automotores – SCVA.

Realizou-se o inventário do Patrimônio e do Almoxarifado, conforme determina as normas internas. Em relação aos imóveis próprios, relativamente a atualização das avaliações informamos que as mesmas estão desatualizadas em razão do SPU, não possuir profissionais disponíveis para avaliação e esta SFA não possuir recursos para contratação de pessoal para esse fim.

Nos processos de contratação foram observados os critérios de sustentabilidade ambiental.

Efetivou-se o acompanhamento e controle mensal dos pagamentos das faturas de água, energia elétrica e telefone, bem como das empresas terceirizadas de apoio administrativo de limpeza.

PI MANUTSFA 2012

	ND	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponív el
339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	172.351,32	172.351,32	172.351,32	157.641,18	
339039	OSTPJ	936.391,48	929.218,48	929.218,48	833.912,73	7.173,00
339139	OSTPJ INTRA ORÇAMENTARIO	6.383,30	6.383,30	6.383,30	4.434,02	
339014	DIARIAS	17.198,19	17.151,85	17.151,85	17.151,85	46,34
339030	MATERIAL CONSUMO	41.357,86	39.347,86	39.347,86	33.329,21	2.010,00
339033	PASSAGEM AEREA	8.870,86	8.870,86	8.870,86	8.870,86	
339047	OBRIGAÇÕES TRIBU.E CONTRIBUTIVAS	1.936,78	1.936,78	1.936,78	1.936,78	
339092	EXERC. ANTERIORES	7.757,97	7.757,97	7.757,97	7.757,97	
339192	EXERC ANTERIORES	3.219,22	3.219,22	3.219,22	3.219,22	
449052	INVESTIMENTO MATERIAL PERMANENTE	59.740,00	59.740,00	59.740,00	59.740,00	
TOTAL		1.255.206,98	1.245.977,64	1.245.977,64	1.127.993,82	9.229,34

ND	DESCRICAO	RP Não- Processados Inscritos		RP Não- Processad os Pagos	
339030	MATERIAL DE CONSUMO	32.980,51	- 13.625,13	17.034,58	2.320,80

	PASSAGENS E DESPESAS COM					
339033	LOCOMOCAO	3.441,50		-3.441,50		
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	12.540,27		-140,29	12.399,98	
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-			-		
339039	PESSOA JURIDICA	60.102,31		34.785,68	23.348,56	1.968,07
	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-			-		
339139	OP.INTRA-ORC.	17.955,36	80,06	10.879,15	2.156,27	5.000,00
TOTAL		127.019,95	80,06		54.939,39	9.288,87

28 – AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - CAPACITA

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROC	GRAM <i>A</i>	: 2105	NOME: G	ESTÃO E MA	NUTENÇÃO) DO MAPA				
Identifi	icação d	a Ação:								
Código			4572 – CAI	PACITAÇÃO 1	DE SERVIDO	ORES				
Função			20							
Subfunç	ção		128							
Descrição			Capacitaçã requalifica		ores Público	s Federais	em proces	so de	qualificação e	
Iniciativ	va		•							
Unidade	e Respoi	ısável								
Unidade	e Orçam	entária	22000 - MI	NISTÉRIO DA	A AGRICUL	TURA, PEC	CUÁRIA E AI	BASTE	CIMENTO	
Execuç	ão Orça	mentária e Fina	nceira da A	ção (em R\$ 1,00	0)					
Dotação)		Despesa		Restos a	Restos a Pagar			Valores Pagos	
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos Não	Processados	vaiore	es ragos	
(UJ) r	Jnidade não é entária (U	Jurisdicionada uma Unidade JO)	33.802,54	33.802,54	0	0		33.80	02,54	
Metas o	do Exer	cício Para a Açã	0	•		•				
Ordem Descrição		Unidade de		Meta Física		Meta Financ	eira	<u> </u>		
Ordem	Descri	çao		Medida		Realizada	Prevista]	Realizada	
	Capac	itação de Servid	ores	Hora/homem	50	12	33.802,54		33.802,54	

Em 2012, através do PI CAPACITA, foram capacitados 15 servidores da Área Administrativa, com carga horária total de 560 horas, objetivando a melhoria continua dos serviços. Destacamos o treinamento do SCVA — Sistema de Controle de Veículos, que com a implantação desse sistema, adotou-se uma sistemática no controle da frota de veículos desta SFA.

Outro treinamento que contribuiu muito para a gestão de controle da SFA foi o curso de Capacitação na Operacionalização do SIGED - Sistema de Gestão de Documentos, cujo conhecimento adquirido durante o curso foi multiplicado aos demais servidores da SFA. O SIGED nos auxilia no tramite, controle e avaliação estatística dos documentos e processos. A seguir, os treinamentos realizados durante o exercício de 2012.

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS 2012

CURSO: IX Semana Orçamentária, Financeira & de Contratações Públicas do Estado do Rio de Janeiro PERIODO: 16/07 A 20/07/2012 LOCAL: RIO DE JANEIRO

NOME	CARGO	Carga horaria
CARLOS ALBERTO SIMOES ROCHA	Agente de Portaria	40 HORAS
MARCIA DOS SANTOS CARVALHO	Auxiliar de Administração	40 HORAS

BERENICE ROQUE DUARTE ASSIS DA SILVA	Agente Administrativo	40 HORAS
--------------------------------------	-----------------------	----------

CURSO: 1ª Turma Gestão de Documentos Públicos e Arquivos e o Treinamento no SIGED PERIODO: 30/07 a 03/08/2012 (1º TURMA) E 10/09/ A 14/09/2012 (2ª TURMA)

LOCAL: BRASILIA

NOME	PERIODO	CARGO	Carga horaria
Carlos Augusto Piazzarollo	10/09 a 14/09/2012	Agente Administrativo	40 HORAS
Wilson da Silva	27/07 a 03/08/2012	Artífice de Carpintaria	40 HORAS

CURSO: TREINAMENTO EM SCVA – SISTEMA DE CONTROLE DE VEICULOS AUTOMOTORES PERIODO: 22 a 24 de maio de 2012

LOCAL: FLORIANOPOLIS

NOME	CARGO	Carga horaria
JOAO DOMINGOS DEL PIERO	Auxiliar de Administração	24 HORAS
JOAO CARLOS TEIXIERA	Agente Administrativo	24 HORAS

CURSO: Gestão de Contratos e Fiscalização de Serviços: PERIODO: 10 a 14/09/2012 LOCAL: Florianópolis/SC

]	N°	NOME	CARGO	CARGA HORARIA
		BERENICE ROQUE DUARTE ASSIS DA SILVA	Chefe do SCC	40 HORAS
	_	CARLOS ALBERTO SIMOES ROCHA	Chefe da SAG	40 HORAS

CURSO: SIOR E SIAFI GERENCIAL

PERIODO: 02/10 A 05/10/2012 LOCAL: BRASILIA

N)	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	CARGA HORARIA
1		TERTULIANA DE ARAUJO	Auxiliar de	SPA/SAG	32 HORAS
		VILLEFORT	Administração		

CURSO: SEMANA ORÇAMENTARIA

PERIODO: 05/10 A 09/10 LOCAL: RIO DE JANEIRO

N°	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	CARGA
				HORARIA
1	JAIR ALFREDO PASSOS	ASSISTENTE	SEOF	40 HORAS
		ADMINISTRATIVO		
2	MARCIA SANTOS	Auxiliar de	SEOF	40 HORAS
	CARVALHO	Administração		
3	HELVECIO NUNES DE	ECONOMISTA	PATRIMONIO	40 HORAS
	ALMEIDA			

CURSO: 1° ENCONTRO PROVERH

PERIODO: 05/10 A 10/10 LOCAL: FLORIANOPOLIS

N	О	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	CARGA HORARIA
1		RAIMUNDO BENEDITO	Auxiliar de Administração	CAPACITA	40 HORAS
2		FRANCISCA DE FARIAS		CAPACITA	40 HORAS
		SALES			

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

PI CAPACITA

Plano Interno		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS	21.199,90	19.894,31	19.894,31	19.894,31	1.305,59
339033	PASSAGEM AEREA	13.908,23	13.908,23	13.908,23	13.908,23	
		35.108,13	33.802,54	33.802,54	33.802,54	1.305,59

PI CAPACITA

11 0/11/1011/1												
			RP	Não-	RP	Não-	RP	Não-	RP	Não-	RP	Não-
	Natureza da	a Despesa	Proce	essados	Proce	ssados	Proce	ssados	Proce	ssados	Proces	ssados
			Inscr	itos	Reins	critos	Cance	elados	Pagos	,	a Paga	ar
		PASSAGENS E	,									
CURSOS		DESPESAS										
SERVIDORES		COM										
PUBLICOS	339033	LOCOMOCAO	834,3	33			-834,	33				

29 – AÇÃO 181- PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES – SERVIDORES CIVIS

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRAMA: 89	NOME: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO								
Código	181 – PAGAM	IENTO DE A	APOSENTA	DORIAS E	PENSOES				
Função	09								
Subfunção	272								
Descrição									
Iniciativa	Não Existe								
Unidade Responsável	MAPA	MAPA							
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO								
Execução Orçamentária e Fina	nceira da Ação	(em R\$ 1,00)	·					
Dotação	Despesa		Restos a Pagar			Valores Pagos			
Inicial Final	Empenhada	Liquidada	Processa	dos Não	Processados	valutes ragus			
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		66.982,06	0	0		66.982,06			
Metas do Exercício Para a Açã	0	I	ı	I		<u> </u>			
Ordem Descrição	Un		Meta Física Prevista	Realizada	Meta Financ Prevista	ceira Realizada			
	IVIC	zuiua	rievista	Realizada	Frevista	Realizada			

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/SEOF/DAD/SFA-GO

Análise Crítica:

Trata-se de despesa de Auxílio Funeral custeada com recursos descentralizados do Órgão Central, conforme solicitação desta UJ visando atender a demanda, via processo administrativo, observando sempre o prazo legal determinado. Não ficou recurso para esse fim em restos a pagar. Nada de relevância a ser registrado. Execução orçamentária e financeira dentro da normalidade.

30 – 1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

PROGRA	ROGRAMA: 2014 NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA									
Cádica		1K40 – In	1K40 – Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério							
Código		da Agricu	da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
Função										
Subfunção	Subfunção 121									
Descrição										
Iniciativa O45X – Desenvolvimento e Fortalecimento da Gestão Institucional do MAI Aperfeiçoando os Mecanismos de Comunicação Social Integrada, Interna consolidando a Gestão Estratégica, Implementando o Modelo de Gestão Institucional, a Gestão de Pessoas por Competência, a Avaliação de Desem Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos					erna e Externa, tão					
Unidade Re	sponsável	MAPA								
Unidade Or	çamentária	22000 – M	INIS	STÉRIO DA	A AGRICUL	TURA,	PEC	CUÁRIA E AI	BAST	ECIMENTO
Execução (- Orçamentária e F	inanceira da A	ção	(em R\$ 1,00	0)					
Dotação		Despesa			Restos a	Pagar			17.1a	D
Inicial	Final	Empenhad	a	Liquidada	Processa	dos	Não	Processados	vaio	ores Pagos
Esta Unid (UJ) não Orçamentár	é uma Unida	risdicionada				9,89				
Metas do E	xercício Para a A	ção								
Ordon Do	sariaão		Uni	idade de	Meta Física			Meta Financ	eira	
Ordem De	scrição		Me	dida	Prevista	Realiza	ada	Prevista		Realizada
01 Re	união de Analise	Estratégica	reu	ınião	01	01		3.919,89		3.919,89

Analise Critica: Os recursos descentralizados foram destinados ao pagameto de diárias e passagem aérea para o atender o deslocamento de um servidor da SFA, para participar de reunião de Analise Estratégica do MAPA em Brasília.

4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA –

	A	В	C
1	Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ		
2	Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
3	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101 130002 130007 420013

4.2.2 – PROGAMAÇÃO DE DESPESA.

Os quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10 não foram preenchidos em função do fato de que esta SFA não é Unidade Orçamentária.

Em relação aos itens 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3, 4.2.3, 4.2.4, 4.2.4.1, 4.2.4.1.1, 4.2.4.1.2, é de competência da Secretaria Executiva por ser a Unidade Orçamentária – UO, não havendo conteúdo a ser declarado.

4.2.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DE CREDITOS RECEBIDOS POR MOVIEMENTAÇÃO

4.2.4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de MovimentaçãoEm R31,00								
	Despesa Li	iquidada	Despe	sa paga				
Modalidade de Contratação	2011	2012	2011	2012				
Licitação	684.909,82	385.914,25	684.909,82	385.914,25				
Convite								
Tomada de Preços								
Concorrência								
Pregão	684.909,82	385.914,25	684.909,82	385.914,25				
Concurso								
Consulta								
Contratações Diretas	707.584,34	1.171.678,92	707.584,34	1.171.678,92				
Dispensa	503.502,33	668.176,59	503.502,33	668.176,59				
Inexigibilidade	204.082,01	174.734,95	204.082,01	174.734,95				
Regime de Execução Especial	_		-					
Suprimento de Fundos								
Pagamento de Pessoal	269.137,88	17.151,85	253.287,58	17.151,85				
Pagamento em Folha								
Diárias	269.137,88	17.151,85	253.287,58	17.151,85				
Outras								
Totais	1.661.632,04	3.198.254,29	1.645.781,74	2.131.748,55				

4.2.4.2.2 – Despesas totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação,

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação										
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa Empenhada		ı	Liquidada		RP não processados		Valores Pagos			
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
319008 inativo	66.982,06	53.288,1 7	66.982,06	53.288,17			66.982,06	53.288,17		
319008 ativo		3.511,98		3.511,98				3.511,98		
3º elemento de despesa										
Demais elementos do grupo										
2 – Juros e Encargos da Dívida										
1º elemento de despesa										
2º elemento de despesa										

3º elemento de		ĺ	Ĩ		<u> </u>		l	
despesa								
Demais elementos								
do grupo								
3 – Outras								
Despesas								
Correntes	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de	1.116.441,	812.332	2, 1.062.372,	812.332,0	28.447,9		986.824,6	
despesa	77	07	00	7	3	36.045,93	0	734.274,40
2º elemento de		148.940),	148.940,0	23.034,5		235.963,5	
despesa	235.963,53	05	235.913,53	5	8	18.256,89	3	136.399,78
3º elemento de		56.997,	1		12.399,9		157.641,1	
despesa	172.351,32	4	157.641,18	56.997,14	8	11.976,21	8	24.984,22
Demais elementos		63.089,	5				247.818,6	
do grupo	277.433,20	8	249.170,07	63.089,58	não	18.238,31	5	58.680,49
DESPESAS DE CA	APITAL	•		·				
Grupos de	Emmonhada		Liquidada		DD não D	201022222	Volemes De	200
Despesa	Empenhada	l	Liquidada	Г	KP nao P	rocessados	v alores Pa	agos
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de								
despesa	59.740,00		59.740,00		59.740,00		59.740,00	
2º elemento de								
despesa								
3° elemento de								
despesa								
Demais elementos								
do grupo								
5 – Inversões								
Financeiras								
1º elemento de								
despesa								
2º elemento de								
despesa								
3° elemento de								
despesa								
Demais elementos								
do grupo								
6 – Amortização								
da Dívida								
1º elemento de								
despesa								
2° elemento de								
despesa								
3° elemento de								
despesa								
Demais elementos								
do grupo								
<u> </u>	-	-	-	-		•		

4.2.4.2.3 — **Analise** Critica: Não houve alteração orçamentária significativa e nem cancelamento ou modificação de ação nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa.

5 – PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II – TOPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.1.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS OU DE RECURSOS

Em 2012 a SFA não realizou reconhecimento de direitos ao longo do exercício. Portanto não há conteúdo a ser declarado.

5.1.2 – Analise Critica

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2012. Portanto, não houve impacto sobre a gestão orçamentária e financeira no exercício.

5.2 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

5.2.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTO A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5	.2				
	A	В	С	D	E
1	Quadro A.5.2 anteriores	2 - Situação do	os Restos a Paga	r de exercício	s Valores em R\$ 1,00
2	Restos a Paga	r Processados			
3	Ano Inscrição	de Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
4	2011	83.248,07	139,5	83.108,57	não
5	2010	50.522,39		50.522,39	não
6	2012				
7	Restos a Paga	r não Processa	dos	_	
8	Ano Inscrição	de Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
9	2011	918.433,93	71,889,98	471.263,89	não
10	2010	467.913,64	70.284,99	385.483,32	não
11	2012	168.032,93	123.511,63	404.512,29	9.288,87
12	Fonte:				

5.2.2 – ANÁLISE CRÍTICA

Os saldos dos restos a pagar refere-se as despesas realizados no final do exercício de 2011, pagas em 2012, cujo empenho foi feito baseado em estimativa acima do valor liquidado, ficando como saldo em restos a pagar. O saldo no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ocorreu em razão de um equivoco do Setor de Almoxarifado que não enviou tempestivamente a nota de empenho ao fornecer para efetivação da compra.

O processo foi cancelado e por um equivoco não foi cancelado o referido empenho. Estamos providenciando o cancelamento do mesmo.

5.3 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS 5.3.1 – RELAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

	A B		C D		E	F	G H	I	J		
1	Quadr	ro A.5.3	– Caracteri	zação dos ir	strumentos de	transferênd	cias vigentes no	exercício	de referên	icia	
2	Unida	de Conc	edente ou C	Contratante							
3	Nome: SFA-ES										
4	CNPJ: 02.254.666/0001-00 UG/GESTÃO: 130060										
5	Informações sobre as Transferências										
6	Moda	Nº do	Beneficiár	Valores Pa	ctuados	Valores R	epassados	 Vigência			
7	lidad		io Beneficiar	Global	Contrapartid	No	Acumulado	8	Sit.		
8	e	mento		Global	a	Exercício	até o Exercício	Início	Fim		
9	1	756019	IDAF	5.599.054, 00	1.411.898,00	NÃO HOUVE	1.699.911,00	31/8/201 1	31.12.201 5	1	
10	1	755858	IDAF	3.772.310, 00	1.010.350,00	276.134,0 0	1.793.868,00	27/7/201 1	31.12.201 5	1	
11											
12	LEGE	NDA	-	•				-			
13	Modal	lidade:			Situação da Tı	ansferênci	a:				
14	1 - (Convênio)		1 - Adimpler	ite					
15	2 - (Contrato	de Repasse		2 - Inadimple	ente					
16	3 - Т	Γermo de	Cooperação)	3 - Inadimplé	encia Suspe	nsa				
17	4 -	Γermo de	Compromis	SSO	4 - Concluído						
18					5 - Excluído						
19					6 - Rescindid	lo					
20					7 - Arquivad	0					
21	Fonte:	SEOF/S	SAD								

5.3.2 – QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

	A	В	C	D	E	F	G	Н		
1	Quadro A.5.4 –	Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios								
2	Unidade Concedente ou Contratante									
3	Nome:	SFA-ES								
4	CNPJ:	02.254.66	6/0001-00							
5	UG/GESTÃO:	GESTÃO: 130060								
		•	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano Quantidade de Instrumentos de Celebração do Instrumento (em R\$							
6			_				-			
7	Modalidade		_			de Celebraç	-			
	Modalidade Convênio		Celebrado	s em Cada	Exercício	de Celebraç 1,00)	ão do Instrume	nto (em R\$		
7		epasse	Celebrado 2012	s em Cada 2 2011	Exercício	de Celebraç 1,00) 2012	ão do Instrume	nto (em R\$		
7 8	Convênio		Celebrado 2012	s em Cada 2 2011	Exercício	de Celebraç 1,00) 2012	ão do Instrume	nto (em R\$		
7 8 9	Convênio Contrato de Re	eração	Celebrado 2012	s em Cada 2 2011	Exercício	de Celebraç 1,00) 2012	ão do Instrume	nto (em R\$		
7 8 9 10	Convênio Contrato de Re Termo de Coop	eração	Celebrado 2012	s em Cada 2 2011	Exercício	de Celebraç 1,00) 2012	ão do Instrume	nto (em R\$		

5.3.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTES

	A	В	C	D	E	F				
1	Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes									
2	Unidade Concedente ou Contratante									
3	Nome: SFA-ES	8								
4	CNPJ: 02.254.	666/0001-00	UG/GESTÃO:	:130060						
5			Valores (R\$ 1,	00)		% do Valor				
6	Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	% do valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012				
7	Convênio	2	9.371.364,00	3.493.779,00	2.036.673,00	37,28%				
8	Contrato de Repasse									
9	Termo de Cooperação									
10	Termo de Compromisso									
11	Totais	2	9.371.364,00	3.493.779,00	2.036.673,00	37,28%				
12	Fonte: SEOF/S	AD		•	•					

5.3.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.

13			Montante Repassado	NÃO HOUVE	E	F
14		~	Quantidade			
15		Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado		rências concedi s de repasse.	das pela UJ
16		,	Quantidade		•	
17		Contas Prestadas	Montante Repassado	NÃO HOUVE		
18			Quantidade	PV		
19	2010	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado	Instrumento		
20			Quantidade	(Quantidade	e Montante Rep	assado)
21	Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado		Termo de	Contratos de
22	Fontes SEC	Repas sados		Convênios	Cooperação	Repasse
23			Quantidade	1		
9	2012	Contas Prestadas	Montante Repassado	189.638,11		
10			Quantidade			
11		Contas NÃO Prestadas	Montante Repassado			
12			Quantidade			

5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

	A	В	C	D	E	F	G
1	Quadro A.5.7 - de Repasse	Visão Geral da	análise da	s prestaçõ	es de contas de Conv	ênios e Contratos	Valores em R\$ 1,00
2	Unidade Conced	lente ou Contra	atante				
3	Nome: SFA-ES						
4	CNPJ: 02.254.60	66/0001-00		UG/GEST	ΓÃO: 130060		
5	Exercício da					Instrumentos	
6	Prestação das Contas	Quantitativos	e Montante	es Repassa	dos	Convênios	Contratos de Repasse
7		Quantidade de	Contas Pres	tadas			
8					Contas Analisadas		
9		Com Prazo de Análise ainda não Vencido			Contas Não Analisadas		
10		Montante F	Repassado	(R\$)			
11	2012				Quantidade Aprovada		
12		Com Prazo de	Contas Analisadas		Quantidade Reprovada		
13		Análise Vencido			Quantidade de TCE		
14		Venciuo	Contas	NÃO	Quantidade		
15			Analisadas		Montante Repassado (R\$)		
16		Quantidade de	ontas prestadas				
17		G	Quantidade	e Aprovada	ı		
18		Contas Analisadas	Quantidade Reprovada				
19	2011		Quantidade				
20		Contas NÃO		Quantidade			
21			Montante r		R\$)		
22		Quantidade de	Contas Pres	tadas			
23		G .	Quantidade	e Aprovada	1		
24		Contas analisadas	Quantidade				
25	2010	anansadas	Quantidade	e de TCE			
26		Contas NÃO	Quantidade	e			
27		Montante Repassado					
28	Exercícios	Contas NÃO	Quantidade	2			
29	Anteriores a 2010		Montante F	Repassado			
30	Fonte: SEOF/SA	AD					
31							

5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

Em 2012, só houve prestação de contas do convênio vegetal aprovado com ressarcimento de despesa.

O convênio da Defesa Animal foi prorrogado e a prestação de contas para março de 2013.

5.4 – SUPRIMENTOS DE FUNDOS

5.4.1 – DESPESA REALIZADA POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDO

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2012.

5.4.1.1 – SUPRIMENTO DE FUNDOS VISAO GERAL

5.4.1.2 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO B

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2012.

5.4.1.3 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTAO CORPORATIVO

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2012.

5.4.1.4 – UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO B E DO CARTAO CREDITO CORPORATIVO

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2012.

5.4.1.5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDO

NÃO HOUVE UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.4.1.6 – ANALISE CRITICA

5.5 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS –

Não houve renuncia de receitas geridas pela SFA-ES no exercício de 2012.

5.5.1 – RENUNCIA TRIBUTARIA SOB GESTAO DA SFA

5.5.2 – VALORES RENUNCIADOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES DA CONTRAPARTIDA EXIGIDA.

5.5.3 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENUNCIA – PESSOA JURIDICA E FISICA.

5.5.4 – BENEFICIARIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENUNCIA TRIBUTARIA - PESSOA JURIDICA E FISICA.

- 5.5.5 PROGRAMAS ORÇAMENTARIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENUNCIA DE RECEITA TRIBUTARIA.
- 5.5.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENUNCIA DE RECEITAS
- 5.5.7 COMUNICAÇÕES A RFB
- 5.5.8 INDICADORES DE GESTAO DA RENUCIA DE RECEITAS
- 5.5.9 DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIARIOS
- 5.5.10 FISCALIZAÇÃO REALIZADA PELA RFB

5.6 – GESTÕES DE PRECATÓRIOS -

No exercício de 2012 a SFA não executou gestões de precatórios, esta atividade é desenvolvida pela administração central.

- 5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta
- 5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta
- 5.6.3 Analise Critica

6 - PARTE A, ITEM 6

6.1 - COMPOSIÇÕES DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 – DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO

	A	В	C	D	E			
1	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012							
2	Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12							
3	Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no				
4	Tipologias dos Cai gos	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício			
5	1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	185	185	2				

6	1.1. Membros de poder e agentes políticos			
7	1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	185	185	2
8	1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	184	184	2
9	1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado			
10	1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório			
11	1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	
12	2. Servidores com Contratos Temporários			
13	3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública			
14	4. Total de Servidores (1+2+3)	185	185	2
15	Fonte: SGP/SAD			

6.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA

	A	В
1	Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	
2	Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
3	1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
4	1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
5	1.2. Exercício de Função de Confiança	
6	1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
7	2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
8	2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
9	2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
10	2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
11	2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
12	3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
13	3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	
14	3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
15	3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
16	3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
17	3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
18	4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
19	4.1. Doença em Pessoa da Família	
20	4.2. Capacitação	
21	5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
22	5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
23	5.2. Serviço Militar	
24	5.3. Atividade Política	
25	5.4. Interesses Particulares	
26	5.5. Mandato Classista	
27	6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
28	7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	3
29	Fonte: SGP/SAD	

6.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

	A	В	C	D	E
1	Quadro A.6.3 – Detalhamento da estruto (Situação em 31 de dezembro)	ura de cargos e	em comissão	e funções grat	ificadas da U
2	Tipologias dos Cargos em Comissão e das	Lotação		Ingressos no	Egressos no
3	Funções Gratificadas	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
4	1. Cargos em Comissão	8	8		
5	1.1. Cargos Natureza Especial				
6	1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8		
7	1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7		
8	1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
9	1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1		
10	1.2.4. Sem Vínculo				
11	1.2.5. Aposentados				
12	2. Funções Gratificadas	11	11		
13	2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
14	2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
	2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
16	3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	19		
17	Fonte: SGP/SAD				

6.1.2.1 – QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE

	A	В	C	D	E	F
1	Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da U	J por faixa	etária – Si	tuação apu	rada em 31	/12
2		Quantidad	le de Servid	lores por F	aixa Etária	
3				De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
4	1. Provimento de Cargo Efetivo	1	7	18	95	34
5	1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
6	1.2. Servidores de Carreira	1	7	18	95	34
7	1.3. Servidores com Contratos Temporários					
8	2. Provimento de Cargo em Comissão	1	2	4	7	5
9	2.1. Cargos de Natureza Especial					
10	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	-	1	3	3
11	2.3. Funções Gratificadas	-	2	3	4	2
12	3. Totais (1+2)	2	9	22	102	39
13	Fonte:SGP/SAD					

6.1.2.2 – QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

	A	В	C	D	E	F	G	Н	I	J
1	Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores	da UJ	J por n	ível de	escolar	idade - S	Situação	apura	da em	31/12
2	Tipologias do Cargo	Qua	ntidad	e de Pe	ssoas p	or Nível	de Esco	olarida	de	
3	Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	1. Provimento de Cargo Efetivo		6		47	45	70			
5	1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
6	1.2. Servidores de Carreira		6		47	45	70			
7	1.3. Servidores com Contratos Temporários									
8	2. Provimento de Cargo em Comissão					8	11			
9	2.1. Cargos de Natureza Especial									
10	 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior 						8			
11	2.3. Funções Gratificadas					8	3			
12	3. Totais (1+2)		6		47	53	81			
13	<u>LEGENDA</u>									
14	Nível de Escolaridade									
15	1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Ap – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docê	perfei	çoameı	nto / Es	pecializa	ação / Po				
16	Fonte:SGP/SAD									

6.1.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL

	A	В	C	D	E	F	G	Н	I	J	K	L
1	Quadr	o A.6.	6 - Quadro	de custos	de pessoal n	o exercício	de referênc	cia e nos dois	anterior	es	Valores em R\$ 1,00	
2				Despesas Variáveis								
3	Tipologias/ Exercícios		v antagen	,	Gratificaç ões		Indenizaç ões	Assistenciai	as Variáv	s de Exercíci os Anterio res	Judicia	Total
4	Membros de Poder e Agentes Políticos											
5	F (2012										
6	Exercí cios	2011										
7		2010										
8	Servide	ores d	e Carreira	que não O	cupam Carg	go de Provi	mento em (Comissão				
9		2012	9.879.389 ,51	323,87	10.555.244, 00	1.818.337, 65	626.698,8 3	220.437,00	75.758, 62	759,90	3.276,8	23.180.225 ,83
10	Exercí cios	2011	10.201.51 8,02	4.4642,13	11.128.242, 73	1.906.649, 78	669.359,7 2	229.904,00	92.791, 56	-	7.732,9 2	24.240.840 ,86
11		2010	9.784.253 ,14	9.256,40	10.870,720, 26	1.748.302, 98	779.388,3 9	146.292,34	86.400, 56	49.649,6 8	87.047, 38	23.561.311, 13
12	Servido	ores c	om Contra	tos Tempo	rários							
13	Exercí	2012										
14	cios	2011										

15		2010										
			'adidas aan	n Ônus ou	em Licença							
1 =		2012		ii Onus ou	em Licença						l I	
17	Exercí cios	2012										
19		2010										
20	Servido	ores C	Ocupantes o	de Cargos o	le Natureza	Especial						
21		2012										
22	Exercí cios	2011										
23		2010										
24	Servido	ores C	Ocupantes o	de Cargos o	do Grupo Di	reção e Ass	essoramen	to Superior				1
25		2012	617.645,5 0		_	103.078,7		17.892,37				1.586.012, 49
26	Exercí cios	2011	562.413,8 2	125.910,5 0	621.547,02	96.050,96	26.424,00	14.900,47				1.447.246,7 7
27		2010	556.196,0 6	125.229,3 4	593.393,94	88.203,09	29.646,28	14.018,68		2	1.303,44	1.410.990, 83
28	Servido	ores C	ocupantes o	de Funções	Gratificada	s						
29		2012	,18	129.837,5 5	476.388,08	94.164,31	91.106,31	35.670,20	7.464,78		4.589,52	2.099.116, 93
30	Exercí cios	2011	1.065.219 ,23	126.383,7 8	396.151,66	76.215,94	87.609,03	34.552,88	5.365,19		1.419,52	1.792.917, 23
31		2010	1.169.571 ,00	122.071,6 9	419.501,75	68.211,21	83.967,18	33.954,40	2.254,42			1.899.531, 65
32	Fonte:	SGP/S	SAD									

6.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS 6.1.4.1 – CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APONSENTADORIA

	A	В	C
1	Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servio	lores Inativos - Situação ap	ourada em 31 de dezembro
2		Quantidade	
3	Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
4	1. Integral	187	5
5	1.1 Voluntária	15	5
6	1.2 Compulsória	2	
7	1.3 Invalidez Permanente	33	
8	1.4 Outras	1	
9	2. Proporcional	61	
10	2.1 Voluntária	60	
11	2.2 Compulsória	4	
12	2.3 Invalidez Permanente		
13	2.4 Outras		
14	3. Totais (1+2)	248	5
15	Fonte:SGP/SAD		

6.1.4.2 – DEMONSTAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS

	A		В	C						
1	Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12									
2			Quantidade de Beneficiários de Pensão							
3	Regin			Iniciada no Exercício de Referência						
4	1.	Aposentado	107	2						
5	1.1.	Integral	69	1						
6	1.2.	Proporcional	38	1						
7	2.	Em Atividade	190	2						
8	3.	Total (1+2)	297	4						
9	Font	e:SGP/SAD								

6.1.7 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

6.1.7.1 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

	A	В	C	D	E
1	Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos	ao Registro do <mark>TCU</mark>	(Art. 3° da IN TCU	55/2007)	
2		Quantidade de registro no TCU	atos sujeitos ao	Quantidade de no SISAC	atos cadastrados
3	Tipos de Atos	Exercícios		Exercícios	
4		2012	2011	2012	2011
5	Admissão	02			
6	Concessão de aposentadoria	05	11		
7	Concessão de pensão civil				
8	Concessão de pensão especial a ex-combatente				
9	Concessão de reforma				
10	Concessão de pensão militar				
	Alteração do fundamento legal de ato concessório				
12	Totais	0	0	0	0

	A	В	C	D	E							
1	Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3° da IN TCU 55/2007) Não se aplica											
2		Quantidade de atos suj TCU	•	o Quantidade de atos cadastrados no SISAC								
3	Tipos de Atos	Exercícios		Exercícios								
4		2012	2011	2012	2011							
5	Desligamento	0	0	0	0							
6	Cancelamento de concessão	0	0	0	0							
7	Cancelamento de desligamento	0	0	0	0							
8	Totais	0	0	0	0							

	A	В	C	D	E									
1	Quadro A.6.11 – Regularidade	do cadastro dos	atos no Sisac											
2			atos de acordo c do ato e o cadastro		orrido entre o fato									
3	Tipos de Atos	Exercício de 2012												
4 5		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias									
6	Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3° da IN TCU 55/2007)													
7	Admissão				02									
8	Concessão de aposentadoria				05									
9	Concessão de pensão civil				05									
10	Concessão de pensão especial a ex-combatente				0									
11	Concessão de reforma				0									
12	Concessão de pensão militar				0									
13	Alteração do fundamento legal de ato concessório				0									
14	Total	0	0	0	12									
15	Atos Sujeitos à Comunicação a	o TCU (Art. 3° d	la IN <mark>TCU</mark> 55/2007)											
16	Desligamento													
17	Cancelamento de concessão													
18	Cancelamento de desligamento													
19	Total	0	0	0	0									
20														

6.1.7.2 – ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

Em 2012 não foi concedido pensão graciosa ou indenizatória bem como outros atos fora do SISAC.

6.1.7.3 – INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

Em 2012 não houve nenhuma reprovação do órgão de controle interno(oci)

6.1.8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	Valor	Anual	Meta (da SFA) 2012
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1428 x 100 196*365	2,0%	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos*365) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	184 x 100 191*365	0,26%	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos*365) x 100		45 x100 74*365	0,17%	0%

Iaadm (%)	Eficácia	(N° de Administrativos afastados/ N° total de administrativos	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença	100 x 100 69x365	0,40%	0%
		ativos*365) x100	médica			
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposentadorias. concedidas / Nº de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	<u>5x</u> 100 5	100	100%
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	5/2	50%	100%

Os subitens 6.2, 6.2.1,6.2.2,6.2.3, são realizados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do MAPA em Brasília. Portanto, não há conteúdo a ser declarado.

6.2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

	A	В	C	D	E	F	\mathbf{G}	Н	I	J	K	L	M	N
1	Quadro A	.6.17	- Contrat	os de prestaçã	o de serviços de l	impeza e hig	iene e vigilâno	cia	oste	nsi	iva			
2	Unidade (Contr	atante											
3	Nome:													
4	UG/Gestã	io:				CNPJ:								
5	Informaç	ões so	bre os Co	ntratos										
6	Ano do Contrato	Area Natureza (Contratada Contratada II abaliladores Nit.)												
7								F	M		S			
8						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
9	2010	L	О		07709197/0001- 81	18.10.2010	18.01.2013	9	9					E
10 11	Observaç	ões:												
12	LEGEND	<u>A</u>												
13	Área: (L)	Limp	eza e Higie	ene; (V) Vigilâ	ncia Ostensiva.									
14	Natureza	(O)	Ordinária;	(E) Emergencia	al.									
15	Nível de I	Escola	ridade: (F) Ensino Fund	amental; (M) Ensi	no Médio; (S) Ensino Super	ior						
16	Situação o	do Co	ntrato: (A	.) Ativo Norma	al; (P) Ativo Prorre	ogado; (E) En	cerrado.							
17	Fonte:				_									

6.2.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS

A SFA-ES não realizou locação de Mão de Obra em 2012.

6.2.6– COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

	A	F											
1	Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários												
2	Nível de	Quantitativo d	le contratos de	estágio vigente	S	Despesa no exercício							
3	escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4° Trimestre	(em R\$ 1,00)							

4	1.	Nível superior	1	2	2	2	12.613,87-
5	1.1	Área Fim	8	10	11	03	
6	1.2	Área Meio	10	09	02	04	
7	2.	Nível Médio	18	19	13	07	79.666,68-
8	2.1	Área Fim	08	09	02	04	
9	2.2	Área Meio	10	10	11	03	
10	3.	Total (1+2)	18	19	13	7	92.280,50-
11	Fon	te:SGP/SAD					

7 - PARTE A, ITEM 7 – GESTAO DO PATRIMONIO MOBILIARIO E IMOBILIARIO 7.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

RELAÇÃO DOS VEICULOS DA SFA-ES											
VEICULO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	ANO .F	KM							
NISSAN FRONTIER	MQI - 5102	SEDE	2005	126.552							
DUCATO - MICRO ONIBUS	MTH - 6781	IBC - JD.PENHA	2001	23.633							
FIAT - PALIO HCT	MRC - 6618	SEDE	2007	59.838							
CAMIONETE S10	MOX - 5033	IBC - JD.PENHA	1996	98.867							
GOL V.W	MPL - 0361	GARAGEM - C.GRANDE	2005	36.984							
FIAT - PALIO HCT	MRC - 6597	SEDE	2007	56.116							
GOL V.W	MQH - 6355	IBC - JD.PENHA	2004	53.784							
GOL V.W	MQH - 4505	IBC - JD.PENHA	2004	38.036							
RENALT CLIO	LOY - 9524	IBC - JD.PENHA	2007	33.463							
RENALT SANDERO	MSW - 6836	SEDE	2010	23.667							
RANGER - FORD	MSL - 4811	IBC - JD.PENHA	2001	128.779							
RENALT CLIO	LKG - 7638	V.NOVA DO IMIGRANTE	2007	57.709							
PARATI V.W	MRO - 8023	SEDE	2008	40.880							
FORD FIESTA	MSW - 6837	SEDE	2011	19.082							
FORD FIESTA	MTX - 6003	SEDE	2011	17.587							
GOL V.W	MSK - 2057	C.ITAPEMIRIM	2009	28.028							
RENALT CLIO	LOY - 9525	C.ITAPEMIRIM	2007	62.653							
RENALT CLIO	LOY - 9527	V.NOVA DO IMIGRANTE	2007	63.560							
FORD FIESTA	MSW 6828	COLATINA	2011	20.361							
NISSAN FRONTIER	MQI - 5105	IBC - JD.PENHA	2004	94.832							
NISSAN FRONTIER	MSK - 5199	IBC - JD.PENHA	2008	41.358							
RENALT SANDERO	MSK - 2037	SEDE	2009	24.145							
RENALT SANDERO	MSW - 2059	SEDE	2009	26.991							
FORD FIESTA	MSK - 6834	SEDE	2010	28.105							
FIAT PALIO	MSK - 2047	ITÁOCA ITAPEMIRIM	2008	27.474							
CORSA - G.M	MTO - 3878	LINHARES	2001	77.659							
GOL V.W	MQH - 6357	PIÚMA	2004	66.606							
GOL V.W	MQH - 6397	ITÁOCA ITAPEMIRIM	2004	52.294							

FIAT PALIO	MRA - 7558	CASTELO	2007	52.418
FIAT PALIO	MRC - 6615	PORTO CAPUABA	2007	37.405
FIAT PALIO	MRC - 6587	PORTO CAPUABA	2007	45.107
FIAT PALIO	MRC - 6612	PORTO CAPUABA	2007	37.614
RENALT CLIO	MRY 9916	PORTO CAPUABA	2008	37.543
RENALT CLIO	MRY - 9913	PORTO CAPUABA	2008	25.000
FIAT PALIO	MSK - 5183	PORTO CAPUABA	2008	23.878
FIAT PALIO	MRC - 6626	PORTO CAPUABA	2007	38.340
FORD FIESTA	MTX - 5991	PORTO CAPUABA	2011	3.717
FORD FIESTA	MTX - 5994	PORTO CAPUABA	2011	8.046
FIAT PALIO	MSK - 5185	LINHARES	2008	24.193
FIAT PALIO	MSK - 5184	LINHARES	2008	40.975
FIAT PALIO	MSK - 6594	LINHARES	2007	72.461
NISSAN FRONTIER	MQI - 5093	LINHARES	2004	116.100
FIAT PALIO	MRC - 6603	LINHARES	2007	56.123
CORSA - G.M	MTH - 6751	LINHARES	2001	57.405
RENALT SANDERO	MRY - 9911	SEDE	2008	32.203
L - 200 - MITSUBICH	MRY - 5676	LINHARES	2008	30.714
L - 200 - MITSUBICH	MRY - 5679	SEDE	2008	51.993
PARATI V.W	MRO - 8022	SEDE	2008	50.454
NISSAN FRONTIER	MSK - 5198	SEDE	2008	47.232

CONTROL	E DE C	QUILON	/IETRA	GEM DI	E VEIC	ULO RO	DDADA	NO AN	NO DE 2	2012			
PLACA	JAN.	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTA L
MQH450													
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0
MTH678													
1	0	0	63	0	411	0	0	0	0	214	0	0	688
MOX503													
3	40	0	0	291	582	0	0	0	0	0,00	0	0	913
MRC659 7	357	380	631	699	594	477	488	425	203	14	12	79	4.359
MQH635 7	616	454	454	489	452	371	441	289	224	365	356	204	4.715
LOY9524	130	91	614	12	13	0	0	0	11	5	0	0	876
MSL4811	31	0	0	0	0	0	0	0	17	0,00	0	19	67
MTO387													
8	202	331	852	791	730	690	822	563	256	774	5	0	6.016
LKG7638	1.087	845	415	598	2.197	1.510	1.009	1278	468	995	376	12	10.790
MRO802													
3	4	18	350	774	122	914	223	53	424	191	609	644	4.326
MQI5105	17	0	0	0	35	0	676	129	0	45	1.013	546	2.461
MSK519													
8	120	991	506	2.114	1.954	855	1.667	158	1805	731	1.099	525	12.525
MQH639													
7	13	166	335	177	600	239	362	284	190	125	170	386	3.047
MRO802													
2	45	41	276	342	1.010	881	1.018	0	17	1.349	0	14	4.993

MDVO26	I	I	I	I	I	I	I	I	ſ	I	I	I	I I
MPV036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0
MRC661	U	O	O	O	O	O	U	U	0	0,00	U	U	U
5	590	188	193	210	516	218	0	0	0	0,00	394	125	2.434
MRC658													
7	1.025	679	521	172	0	180	586	274	569	595	725	343	5.669
MRC661		106	404	220	0	0	1.5			42			1 1 (0
2 MRC662		486	404	220	0	0	15	0	0	43	0	0	1.168
6	54	0	982	22	12	0	217	532	482	0,00	318	300	2.919
MRC661	31	0	702	22	12	Ü	217	332	102	0,00	310	300	2.717
8	618	223	541	223	647	523	438	604	465	675	306	34	5.297
MRY991													
6	1.002	1.009	602	1.013	1.187	1.017	869	818	132	26	306	137	8.118
MRY991 3	0	0	629	720	968	859	924	867	776	1.181	942	502	8.368
MSK518	U	U	029	720	900	639	724	807	770	1.101	742	302	0.500
3	109	50	264	449	114	407	246	368	723	1.276	876	854	5.736
MSK518													
5	381	669	145	395	594	634	589	0	462	1.590	643	704	6.806
MSK518	40.4	F 4 -	67 6	550	245	450	006	600	070	£10	407	045	C 530
4	404	546	676	553	246	459	806	699	979	510	407	245	6.530
MQI5093	642	752	990	790	1.306	552	649	490	1.187	970	680	1.457	10.465
MRC660	020	105	1 102	502	1 210	250	162	020	670	755	1 107	1.070	0.075
3 MTH675	920	425	1.193	592	1.310	250	463	820	672	755	1.197	1.278	9.875
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0	0
MQH635	Ů	0	0	0	0	0	0	Ū.	Ü	0,0	Ū.	0	· ·
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0
LOY9527	445	806	797	1.100	772	680	482	135	811	729	863	438	8.058
MRA755													
8	1.033	1.214	0	1.475	934	595	479	395	478	690	217	247	7.757
MRY991													
1	25	1.072	1.284	1.152	649	111	0	0	66	372	59	83	4.873
MRY567	657	0	321		0	666	31	12	89	5	0	165	1.946
MRY567	037	U	321		U	000	31	12	0,9	3	U	103	1.740
9	5	1.168	1.210	153	481	500	2.529	858	1.654	558	1.399	1.232	11.747
MSK203													
7	0	0	0	0	99	533	361	907	1.057	630	1.372	675	5.634
MSK519	477	0.02	1 170	1 212	2164	1 210	1 211	1505	005	2 000	0.46	0.60	15111
9 MSK205	475	982	1.170	1.213	2.164	1.310	1.211	1735	995	2.080	946	860	15.141
9	40	442	677	1.033	57	69	953	19	859	685	8	357	5.199
MRC659			077	1.033			,,,,,	-/	007	000		201	
4	1.556	802	625	869	1.012	1.265	1.144	997	0	551	564	415	9.800
LOY9525	0	0	223	1.923	645	764	626	189	1.043	852,0	1.334	332	7.931
MSK204										682,0			
7	819	655	1.190	759	680	809	781	632	508	0	758	530	8.803
MSK	1.024	600	1 1 40	500	006	010	1 102	720	1.000	806,0	1.200	202	10 422
2057	1.024	620	1.148	522	986	810	1.182	738	1.033	0	1.280	283	10.432
MQI5102	30	136	1.027	314	325	309	1.257	367	443	72	618	822	5.720
MSW683	20		1 411	702	107	0.40	207	121	201	0.00	272	225	5 004
6 MSW683	39	0	1.411	792	487	948	297	131	291	0,00	273	335	5.004
4	878	1.022	2.883	1.527	701	689	744	155	533	254	155	195	9.736
MSW683	0,0	1.022		1.021	, , , ,	557	, , , ,	100			100	270	,,,,,,
7	0	444	1.356	1.266	1.219	1.175	1.173	965	1.576	1.218	928	0	11.320
MSW682													
8	172	461	1.031	880	591	907	1.392	496	1.095	900	660	512	9.097

MTX600													
3	79	817	1.696	508	1.148	588	1.120	751	1.154	972	1.098	1.045	10.976
MTX599													
1	0	2	12	2	75	97	76	176	188	256	561	285	1.730
MTX-													
5994	413	379	449	362	332	473	521	394	301	503	555	321	5.003
	16.12	19.36	30.14	27.49	28.95	24.33	28.86	18.70	24.23	25.24	24.08	17.54	285.09
TOTAL	6	6	6	6	7	4	7	3	6	4	2	0	7

CONTR	CONTROLE DE COMBUSTIVEIS GASTOS PELOS VEICULOS EM 2012													
CONTR	OLE DE	COMBOS	11 (121)	GASI	OSTE			75 EW	2012					
GASOL	INA													
PLAC A	SETOR	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTA L
MQH4 505	ADM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOX5		,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	- ,	. ,	
033	ADM	0,00	0,00	0,00	40,15	51,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91,67
MRC65 97	DDA	57,57	72,25	79,52	72,52	75,08	74,12	35,98	67,17	37,72	0,00	0,00	0,00	571,93
MSW6					106,7									
836	DPDAG	0,00	0,00	51,53	6	0,00	94,36	18,16	0,00	42,65	0,00	0,00	33,59	347,05
LOY95 24	DPDAG	45,48	0,00	32,57	0,00	36,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,61
MTO38		,	-,	-,-,-	-,	,	-,	-,	-,	-,	0,00	-,	-,	,
78	SISA	34,43	0,00	74,38	75,68	37,13	74,30	69,86	35,94	0,00	67,11	0,00	0,00	468,83
MSK20 57	UTRA/ CI	51,83	51,10	0,00	49,83	51,60	98,84	45,82	49,32	99,03	52,01	104,7 0	0,00	654,08
LKG76	ULTRA. V.N.IMI					168,3	135,7							
38	G.	76,61	58,31	37,41	43,12	1	1	50,52	95,52	45,07	58,48	30,45	0,00	799,51
MRO8														
023	SEFAG	47,00	0,00	0,00	87,05	0,00	80,75	37,45	0,00	28,73	44,34	26,30	63,67	415,29
MSW6				232,5	126,9									
834	SISA	90,79	72,95	2	8	72,04	23,83	90,13	0,00	68,44	0,00	44,86	0,00	822,54
MQH6	ITAOC	49.20	0.00	16.90	0.00	12 14	25.70	0.00	12 77	0.00	45.70	0.00	15 15	200.04
397 MRO8	A	48,20	0,00	46,80	0,00	43,14 108,0	35,79	0,00	43,77	0,00	45,79 111,2	0,00	45,45	308,94
022	SISV	0,00	0,00	0,00	45,77	2	66,36	68,19	0,00	0,00	2	0,00	0,00	399,56
MPV03	ADM.C. GRAND													
61	E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MRC66	SVAPO													
15	RTO	110,53	24,00	0,00	40,54	64,42	41,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281,32
MRC65	SVAPO											104,5		
87	RTO	107,56	72,55	40,07	34,60	0,00	0,00	82,11	39,17	38,33	75,00	1	41,49	635,39
MRC66 12	SVAPO RTO	0,00	73,02	80,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,15	0,00	0,00	189,36
MRC66	SVAPO													
26	RTO	0,00	0,00	76,11	0,00	0,00	0,00	0,00	75,58	38,09	0,00	0,00	37,47	227,25
MRC66	SVAPO					118,9								
18	RTO	106,21	18,96	78,38	38,49	6	35,78	81,68	45,24	81,33	77,62	39,18	0,00	721,83
MRY9	SVAPO		108,1		103,9									
916	RTO	77,02	9	27,42	5	95,35	68,71	64,52	69,35	0,00	0,00	35,82	0,00	650,33
MRY9 913	SVAPO RTO	0,00	0,00	85,02	80,98	74,38	71,92	36,21	104,4	35,38	113,7 1	95,25	72,98	770,28
MSK51	SVAPO	0,00	0,00	05,02	55,76	, 1,50	, 1,72	50,21		55,50	109,3	75,25	, 2,70	7 7 0,20
83	RTO	0,00	0,00	41,10	42,51	0,00	41,50	38,24	36,65	66,70	3	70,89	81,98	528,90
MSK51 85	VIGIAG RO LHS	37,11	66,93	0,00	64,26	38,31	38,69	38,90	0,00	36,76	158,2 0	73,09	29,79	582,04
02	VO TU?	37,11	00,93	0,00	04,20	30,31	30,09	30,90	0,00	30,70	U	13,09	47,19	J02,U4

MSK51 84	VIGIAG RO LHS	42,76	40,27	76,53	40,00	0,00	40,55	82,25	27,09	74,93	38,88	33,69	37,74	534,69
MRC65 94	VIGIAG RO LHS	132,16	69,59	39,00	113,9 9	75,69	105,1	74,83	104,9 1	0,00	31,49	75,50	41,76	864,04
MRC66 03	VIGIAG RO LHS	68,55	39,46	95,31	71,80	130,6 7	38,20	35,67	70,36	63,40	75,86	98,70	107,6 9	895,67
MTH67 51	VIGIAG RO LHS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MQH6 355	ADM.IB C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOY95 27	UTRA VNI	25,00	82,68	84,04	116,2 0	61,62	72,91	38,07	38,01	32,87	85,36	109,0 5	48,99	794,80
LOY95 25	UTRA CACH	0,00	0,00	0,00	68,11	29,12	79,59	40,00	0,00	82,21	110,1 9	87,21	0,00	496,43
MRA7 558	SISACA STELO	116,24	83,03	143,7 5	73,45	93,62	26,17	58,42	54,29	40,43	127,2 9	0,00	32,56	849,25
MRY9 911	SISV	0,00	76,59	113,1 4	107,8 3	36,92	0,00	0,00	0,00	28,58	25,43	38,75	0,00	427,24
MSK20 37	SISA	0,00	0,00	0,00	0,00	41,01	35,76	36,77	64,15	68,37	67,81	80,52	67,24	461,63
MSK20 59	SISA	22,38	33,34	71,27	46,79	44,00	0,00	70,67	0,00	75,02	25,09	27,60	0,00	416,16
MSK20 47 MOH6	SISAIT AOCA SISAPI	104,21	41,88	0,00	81,15	40,44	80,63	42,03	81,65	40,41	41,22	83,97	39,24	676,83
MQH6 357	UMA ULTRA	45,01	39,02	45,55	46,60	0,00	45,45	46,03	47,81	0,00	45,45	0,00	40,00	400,92
MSW6 828	COLAT INA	0,00	39,72	74,83	67,90	40,63	74,12	95,26	57,23	94,58	61,87	42,07	69,81	718,02
MSW6		•		133,9			102,8	106,7		139,8		,		
837 MTX-	SEFAG SVA-	0,00	43,73	5	94,11	96,78	6	2	81,76	8	83,98	52,23	0,00	936,00
5994 MTX-	PORTO SVA-	38,73	73,65	46,73	47,71	44,17	95,87	43,39	36,02	40,95	87,13	35,45	84,05	673,85
5991 MTX60	PORTO SEFAG	0,00	0,00	165,4	0,00	0,00	0,00	37,50	0,00	42,03 101,6	14,70	42,96	46,20 162,7	183,39
03	- SEDE	0,00	78,02 1.359			1.815 ,86	1.819	81,20 1.646	1.400		1.922 ,83	76,10 1.508 ,85		941,11 19.850
DIESEL	TOTAL	1.405,30	,24	,56	,20	,00	,76	,58	,43	,58	,03	,05	,47	,74
MQI51 02	GABIN ETE	37,74	23,71	56,12	49,36	66,52	57,47	64,27	63,29	74,36	0,00	70,98	61,75	625,57
MQI50 93	VIGIAG RO LHS	49,23	106,5 1	55,16	77,24	84,15	52,71	83,77	46,18	101,9 2	85,70	50,34	125,6 5	918,56
MTH67 81	ADM	0,00	0,00	0,00	0,00	26,70	0,00	0,00	0,00	0,00	58,25	0,00	0,00	84,95
MSL48 11	DPDAG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MQI51 05	SISA	0,00	0,00	0,00	0,00	9,09	0,00	57,97	0,00	0,00	0,00	115,7 5	50,17	232,98
MSK51 98	SISV	0,00	86,04	57,52	241,9 2	195,9 2	127,9 5	97,96	62,26	170,9 3	90,95	79,77	168,6 7	1379,8 9
MRY5 676	SISV	82,71	0,00	0,00	0,00	0,00	90,17	41,17	0,00	0,00	0,00	0,00	53,42	267,47
MRY5 679	SISV	48,31	89,84	114,6	56,36	23,47	31,75	311,7 8	44,24	178,7 6	18,83	220,5	119,2 9	1257,8
MSK51 99	SISA	0,00	118,3 7	119,0 6	111,4 9	138,0 0	169,3 2	94,49	137,4 6	48,92	229,1 7	60,79	127,5 5	1354,6 2
<i>)</i>														

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico



Usuário: 399149
Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA
Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			N	úmero Frota	C	Centro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustível	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horímet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
LOY-9527 - C	LIO RL 1.0 16V				А	gricultura				
VENDA NO	VA DO IMIGRANTE - ES									
06/12/2012 08:17:46	1086476 - JOSENI GOUVEIA	19827502 - GRUPO VENTURIM	GASOLINA COMUM	19,06	204	63103	R\$ 2,890	R\$ 55,08	10.7	0
12/12/2012 09:07:43	1086476 - JOSENI GOUVEIA	19827502 - GRUPO VENTURIM	GASOLINA COMUM	29,93	345	63448	R\$ 2,890	R\$ 86,51	11.53	0
							a Cidade:	R\$ 141,59		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	48,99	549			R\$ 141,59	11,21	
MQH-6357 - 0	GOL 1.6				A	gricultura				
ANCHIETA	- ES									
12/12/2012 08:52:53	004403 - SANTO DOMINGO ANDREATTA	19824902 - POSTO CARAVELAS	GASOLINA COMUM	40,00	537	66061	R\$ 3,341	R\$ 133,65	13.43	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 133,65		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	40,00	537			R\$ 133,65	13,43	
MQH-6397 - 0	GOL				A	gricultura				
ANCHIETA	- FS									
18/12/2012 09:35:41	4390 - VANER NUNES	19824902 - POSTO CARAVELAS	GASOLINA COMUM	45,45	476	74924	R\$ 2,970	R\$ 134,99	10.47	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 134,99		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	45,45	476	l .		R\$ 134,99	10,47	
MQI-5093 - FI	RONTIER				A	gricultura				
LINHARES	- ES									
08/12/2012 09:35:30	004483 - MARIA DO CARMOS RIBEIRO LANI	19827600 - POSTO OURO NEGRO	DIESEL COMUM	41,98	478	113591	R\$ 2,040	R\$ 85,65	11.39	0
13/12/2012 10:34:04	004483 - MARIA DO CARMOS RIBEIRO LANI	19827600 - POSTO OURO NEGRO	DIESEL COMUM	50,17			R\$ 2,040	R\$ 102,34		
27/12/2012 09:17:39	004483 - MARIA DO CARMOS RIBEIRO LANI	19837206 - AUTO POSTO 3 PONTOS	DIESEL COMUM	45,82	482		R\$ 2,090			0
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 3	Total Veículo:	137.97	1.558		a Cidade:	R\$ 283,77 R\$ 283,77		
		Quantidade Abastecimentos Velculo: 3	l otal Velculo:	137,97				R\$ 283,77	11,29	
MQI-5102 - FI	RONTIER				A	gricultura				
VITORIA - I	ES									
05/12/2012 09:38:11	24785 - MARIO CESAR SALVATICE	19849603 - POSTO MODELO	DIESEL COMUM	61,75	631	125060	R\$ 2,170	R\$ 134,00	10.22	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 134,00		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	61,75	631			R\$ 134,00	10,22	
MQI-5105 - FI	RONTIER				A	gricultura				

LINHARES. - ES 27/03/13 09:32

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico

Usuário: 399149 Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			Ni	ímero Frota	C	entro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustível	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horimet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
3/12/2012 09:10:09	0723826 - CLOVIS GOMES FERREIRA JUNIOR	19827600 - POSTO OURO NEGRO	DIESEL COMUM	37,85	356	94251	R\$ 2,040	R\$ 77,21	9.41	
						Total na	Cidade:	R\$ 77,21	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	37,85	356			R\$ 77,21	9,41	
MRA-7558 - F	PALIO				Α	gricultura				
CACHOFIE	O DO ITAPEMIRIM - ES									
03/12/2012 14:50:06	1437658 - EMILIANO DE AGUIAR PEDROSO	19828304 - POSTO CACHOEIRO	GASOLINA COMUM	32,56	343	51683	R\$ 2,980	R\$ 97,03	10.53	
						Total na	Cidade:	R\$ 97,03		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	32,56	343			R\$ 97,03	10,53	
MRC-6587 - F	PALIO				Α	gricultura				
VILA VELH	A - ES									
11/12/2012 09:10:57	0026071 - JORGE LUIZ BECALLI	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	41,49	360	45029	R\$ 2,680	R\$ 111,21	8.68	
						Total na	Cidade:	R\$ 111,21	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	41,49	360			R\$ 111,21	8,68	
MRC-6594 - F	PALIO				Α	gricultura				
LINHARES	- FS									
20/12/2012 10:00:41	026111 - CELIO SANTOS ESPINOSA,	19837206 - AUTO POSTO 3 PONTOS	GASOLINA COMUM	41,76	387	71558	R\$ 2,690	R\$ 112,34	9.27	
						Total na	Cidade:	R\$ 112,34	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	41,76	387			R\$ 112,34	9,27	
MRC-6603 - F	PALIO				Α	gricultura				
LINHARES	ES					9				
06/12/2012 10:34:20	6004493 - PAULO SÉRGIO ALVES PIROLA	19827600 - POSTO OURO NEGRO	GASOLINA COMUM	37,39	427	52504	R\$ 2,691	R\$ 100,60	11.42	
14/12/2012 10:34:20	0004492 - HILTON CARLOS ALMEIDA DE OLIVEIR.		GASOLINA COMUM	36,50		52930	R\$ 2,691	R\$ 98.20		
27/12/2012 10:41:11	019709 - ATILIO HENRIQUE COSER	19837206 - AUTO POSTO 3 PONTOS	GASOLINA COMUM	33,80		53358	R\$ 2,691	R\$ 90,95		
						Total na	Cidade:	R\$ 289,75		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 3	Total Veículo:	107,69	1.281			R\$ 289,75	11,90	
MRC-6626 - F	PALIO				Α	gricultura				
VILA VELH	A - ES									
17/12/2012 12:02:08	0026071 - JORGE LUIZ BECALLI	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	37,47	10.298	38045	R\$ 2,680	R\$ 100,42	274.83	
						Total na	Cidade:	R\$ 100,42		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	37,47	10.298			R\$ 100,42	274.83	

Page 1 of 6

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico



Usuário: 399149

Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			N	úmero Frota	C	Centro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustivel	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horimet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
MRO-8023 -	PARATI				А	gricultura				
VENDA NO	OVA DO IMIGRANTE - ES									
05/12/2012 08:09:33	0032572 - VICENTE CALIMAN	19827502 - GRUPO VENTURIM	GASOLINA COMUM	33,22	415	39334	R\$ 2,890	R\$ 96,01	12.49	0
14/12/2012 09:57:19	0032572 - VICENTE CALIMAN	19827502 - GRUPO VENTURIM	GASOLINA COMUM	30,45	385	39719	R\$ 2,890	R\$ 88,00	12.64	0
							a Cidade:	R\$ 184,01		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	63,67				R\$ 184,01	12,56	
MRY-5676 - I	L200				А	gricultura				
LINHARES	S ES									
28/12/2012 17:03:06	0723826 - CLOVIS GOMES FERREIRA JUNIOR	19837206 - AUTO POSTO 3 PONTOS	DIESEL COMUM	53,42	436	29180	R\$ 2,090	R\$ 111,67	8.16	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 111,67	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	53,42	436			R\$ 111,67	8,16	
MRY-5679 - I	L200				Д	gricultura				
JAGUARE	-FS									
12/12/2012 12:52:03	24785 - MARIO CESAR SALVATICE	19846302 - POSTO CAILA	DIESEL COMUM	56,74	536	49372	R\$ 2,221	R\$ 126,01	9.45	0
						Total na	Cidade:	R\$ 126,01	•	
LINHARES	s ES									
14/12/2012 14:58:32	24785 - MARIO CESAR SALVATICE	19827600 - POSTO OURO NEGRO	DIESEL COMUM	62,55	578	49950	R\$ 2,040	R\$ 127,60	9.24	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 127,60		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	119,29	1.114			R\$ 253,61	9,34	
MRY-9913 - 0	CLIO RL 1.0 16V				Д	gricultura				
VITORIA -	ES									
11/12/2012 12:29:00	1086567 - RUSTON GOUVEA	19812904 - POSTO LEITAO	GASOLINA COMUM	34,60	377	24668	R\$ 2,890	R\$ 100,00	10.9	0
						Total na	a Cidade:	R\$ 100,00		
VILA VELH	IA - ES									
28/12/2012 09:04:24	0026071 - JORGE LUIZ BECALLI	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	38,38	345	25013	R\$ 2,790	R\$ 107,07	8.99	501
						Total na	a Cidade:	R\$ 107,07		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	72,98	722			R\$ 207,07	9,89	
MSK-2037 - S	SANDERO EXPRESSION 1				A	gricultura				
VITORIA -	FS					_				
10/12/2012 09:38:57	004439 - JOAQUIM LOPES GUILHERME	19816500 - POSTO MARLIM	GASOLINA COMUM	33.34	363	21923	R\$ 2,790	R\$ 93.02	10.89	0
				,			,			-

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico



Usuário: 399149

Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			N	úmero Frota	C	entro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustivel	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horimet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
						Total na	a Cidade:	R\$ 93,02		
CACHOEIF	RO DO ITAPEMIRIM - ES									
12/12/2012 17:16:59	004439 - JOAQUIM LOPES GUILHERME	19854305 - POSTO SAO JUDAS TADEU LTDA	GASOLINA COMUM	33,90	459	22382	R\$ 2,980	R\$ 101,02	13.54	
						Total na	a Cidade:	R\$ 101,02		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	67,24	822			R\$ 194,04	12,22	
MSK-2047 - F	PALIO 1.0				А	gricultura				
ANCHIETA	- FS									
18/12/2012 13:09:25	004452 - RUY ROSSI	19824902 - POSTO CARAVELAS	GASOLINA COMUM	39,24	434	26590	R\$ 2,970	R\$ 116,54	11.06	
						Total na	a Cidade:	R\$ 116,54		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	39,24	434			R\$ 116,54	11,06	
MSK-5183 - F	PALIO				Д	gricultura				
VITORIA -	FS					•				
13/12/2012 07:07:03	0032512 - ALBERTO PESSANHA NEGRIS	19833405 - POSTOS ARARA AZUL	GASOLINA COMUM	40.33	436	23360	R\$ 2.790	R\$ 112.52	10.81	
28/12/2012 07:46:46	0032512 - ALBERTO PESSANHA NEGRIS	19833405 - POSTOS ARARA AZUL	GASOLINA COMUM	41,65		23814	R\$ 2,790	R\$ 116,20		
						Total na	a Cidade:	R\$ 228,72	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	81,98	890			R\$ 228,72	10,86	
MSK-5184 - F	PALIO				Α	gricultura				
LINHARES	ES									
05/12/2012 14:45:07	026111 - CELIO SANTOS ESPINOSA,	19827600 - POSTO OURO NEGRO	GASOLINA COMUM	37,74	396	20616	R\$ 2,690	R\$ 101,53	10.49	
						Total na	a Cidade:	R\$ 101,53	•	
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	37,74	396			R\$ 101,53	10,49	
MSK-5185 - F	PALIO				A	gricultura				
LINHARES	- FS									
13/12/2012 07:10:13	30890 - RENAN DE SOUZA AZEVEDO	19827600 - POSTO OURO NEGRO	GASOLINA COMUM	29,79	381	23202	R\$ 2,690	R\$ 80,14	12.79	
						Total na	a Cidade:	R\$ 80,14		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	29,79	381			R\$ 80,14	12,79	
MSK-5198 - F	RONTIER				А	gricultura				
JAGUARE	- ES					-				
04/12/2012 11:46:49	1573939 - DANIEL NOGUEIRA MARTINS	19846302 - POSTO CAILA	DIESEL COMUM	57.21	574	44042	R\$ 2.150	R\$ 123.00	10.03	
				,	51.1		a Cidade:	R\$ 123,00		

27/03/13 09:32 Page 4 of 6

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico



Usuário: 399149

Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA

Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			Nt	úmero Frota	C	entro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustivel	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horimet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
LINHARES	ES									
06/12/2012 13:35:06	0997732 - ANTONIO ALFREDO GUSELLA	19827600 - POSTO OURO NEGRO	DIESEL COMUM	54,90	556	44598	R\$ 2,040	R\$ 112,00	10.13	
						Total na	Cidade:	R\$ 112,00		
VITORIA -	ES									
19/12/2012 16:38:19	24785 - MARIO CESAR SALVATICE	19849603 - POSTO MODELO	DIESEL COMUM	56,56	525	45123	R\$ 2,170	R\$ 122,74	9.28	
						Total na	Cidade:	R\$ 122,74		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 3	Total Veículo:	168,67	1.655			R\$ 357,74	9,81	
MSK-5199 - F	RONTIER				Α	gricultura				
COLATINA	- ES									
12/12/2012 16:03:25	004444 - JOSE ROBERTO PERES DA SILVA	19838504 - POSTO RIO DOCE	DIESEL COMUM	41,40	415	39062	R\$ 2,210	R\$ 91,50	10.02	
18/12/2012 08:22:52	004439 - JOAQUIM LOPES GUILHERME	19838504 - POSTO RIO DOCE	DIESEL COMUM	54,31	533	39595	R\$ 2,210	R\$ 120,04	9.81	
						Total na	Cidade:	R\$ 211,54		
NOVA VEN	ECIA - ES									
19/12/2012 16:43:55	004439 - JOAQUIM LOPES GUILHERME	19827901 - POSTO ESTRELA	DIESEL COMUM	31,84	467	40062	R\$ 2,200	R\$ 70,05	14.67	
						Total na	Cidade:	R\$ 70,05		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 3	Total Veículo:	127,55	1.415			R\$ 281,59	11,09	
MSW-6828 -	FIESTA SEDAN				Α	gricultura				
COLATINA	- ES									
06/12/2012 10:42:21	0052983 - ALEXANDRE JOSE ALBANE	19838504 - POSTO RIO DOCE	GASOLINA COMUM	41,68	471	19504	R\$ 2,880	R\$ 120,04	11.3	
13/12/2012 07:42:39	0052983 - ALEXANDRE JOSE ALBANE	19838504 - POSTO RIO DOCE	GASOLINA COMUM	28,13	298	19802	R\$ 2,880	R\$ 81,01	10.59	
						Total na	Cidade:	R\$ 201,05		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	69,81	769			R\$ 201,05	11,02	
MSW-6836 -	SANDERO EXPRESSION 1				Α	gricultura				
VITORIA -	ES									
12/12/2012 09:28:15	1573591 - EDUARDO FARINA DE FREITAS	19849603 - POSTO MODELO	GASOLINA COMUM	33,59	574	23225	R\$ 2,679	R\$ 90,00	17.09	18131
						Total na	Cidade:	R\$ 90,00		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	33,59	574			R\$ 90,00	17,09	
MTX-5991 - F	IESTA SEDAN FLEX				А	gricultura				
VILA VELH					,	J				
VILA VELH 06/12/2012 09:12:05	A - ES 0016124 - JOAO JORGE DE FREITAS	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	46.20	419	3440	R\$ 2.680	R\$ 123.82	9.07	
uor 12/2012 09:12:05	00 10 124 - JUAU JURGE DE FREITAS	19070900 - NO210 240 FOIS	GASOLINA COMUM	46,20	419		Cidade:	R\$ 123,82	9.07	'
						i Otal III	oladuo.	110 120,02		

Análise de Consumo de Combustível da Frota por Veículo - Analítico



Usuário: 399149

Cliente: MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABA

Periodo: 01/12/2012 ate 31/12/2012

Veículo			N	úmero Frota	C	Centro Resutado				
Data/Hora	Motorista	Estabelecimento	Combustivel	Quantidade	Distância	Hodômetro/Horímet	Vlr Unit.	Valor Total	Consumo	Cupom Fiscal
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 1	Total Veículo:	46,20	419			R\$ 123,82	9,07	
MTX-5994 - F	FIESTA SEDAN				А	gricultura				
VILA VELH	IA - ES									
11/12/2012 09:59:45	00677485 - ARIOSMAR DA SILVA VITAL	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	41,10	127	7848	R\$ 2,681	R\$ 110,17	3.09	(
19/12/2012 10:07:40	00677485 - ARIOSMAR DA SILVA VITAL	19828908 - POSTO SAO LUIZ	GASOLINA COMUM	42,95	139	7987	R\$ 2,681	R\$ 115,13	3.24	0
						Total na	Cidade:	R\$ 225,30		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 2	Total Veículo:	84,05	266			R\$ 225,30	3,16	
MTX-6003 - F	FIESTA SEDAN FLEX				А	gricultura				
VITORIA -	ES									
05/12/2012 09:11:10	702302 - IRECI FRANCISCO LOPES	19816500 - POSTO MARLIM	GASOLINA COMUM	36,61	463	14414	R\$ 2,790	R\$ 102,14	12.65	0
						Total na	Cidade:	R\$ 102,14		
SAO MATE	EUS - ES									
12/12/2012 09:01:45	1501953 - RAPHAEL MASSAUD CONDE	19850008 - POSTO PIONEIRO	GASOLINA COMUM	36,33	410	14824	R\$ 2,950	R\$ 107,19	11.29	0
						Total na	Cidade:	R\$ 107,19		
VITORIA -	ES									
19/12/2012 09:54:59	0024783 - MARCOS LUIZ SANTOS BARBOSA	19860607 - RENOVA COMERCIO	GASOLINA COMUM	44,83	624	15448	R\$ 2,790	R\$ 125,08	13.92	0
27/12/2012 10:55:57	24785 - MARIO CESAR SALVATICE	19849603 - POSTO MODELO	GASOLINA	45,00	505	15953	R\$ 2,710	R\$ 121,95	11.22	204036
						Total na	Cidade:	R\$ 247,03		
		Quantidade Abastecimentos Veículo: 4	Total Veículo:	162,77	2.002			R\$ 456,36	12,30	
		Quantidade Abastecimentos Cliente: 46	Total:	1.890.97	29.871			R\$ 4.829,15		

7.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LO	OCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	PROPRIEDADE RESPONSABII	DE IMÓVEIS DE E DA UNIÃO DE LIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
	UF - ES	06	09
	Município Vitória	02	02
	Município Colatina	01	02
BRASIL	Município Cachoeiro de Itapemirim	01	01
DKASIL	Município de Vila Velha		01
	Município Cariacica	01	01
	Município Aracruz	00	01
	Subtotal Brasil	06	09
	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
EXTERIOR	cidade "n"		
EXTERIOR	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
	Total (Brasil + Exterior)	06	09

Fonte: SMP/SAD

7.2.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACICIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

		QUANTIDADI	E DE IMÓVEIS
LO	OCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	LOCADOS DE TEI	RCEIROS PELA UJ
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF ES	01	01
DRASIL	Município Vitória	01	01
	Subtotal Brasil	01	01
	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
EXTERIOR	cidade "n"		
EXTERIOR	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
	Total (Brasil + Exterior)	01	01

Fonte:SMP/SAD

7.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA SFA

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	v	alor do Imó	vel	Despesa com Manutenção no exercício		
			Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
	5623.00014.500-								
130060	_	13	4	55.912,45	28.08.2001	-	-		
	5625.00002.500-		6						
130060	4	13		398.787,22	16.08.2000	-	-		
	5629.00013.500-		6						
130060	7	13		163.111,71	22.08.2001	-	=-		
	5703.00032.500-		3						
130060	3	11		221.353,76	18.08.2000	-	=-		
	5705.00058.500-		7						
130060	1	11		68.763,69	23.10.2000	-	-		
	5705.00059.500-		7						
130060	7	11		40.144,44	23.10.2000		-		
			Total				-		

Fonte: SMP/SAD

OBS.: A atualização das avaliações estão desatualizadas em razão do SPU, não possuir profissionais disponíveis para avaliar e esta SFA não possuir recursos para contratação de pessoal para esse fim.

8 – PARTE A, ITEM 8 – GESTAO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTAO DO CONHECIMENTO

8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

_			
	A	В	C
1	Pa	rte A,	item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012
2	Qı	uadro	A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada
3	Qı	uesitos	a serem avaliados
4	1.	Em re	lação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:
5		Aprov	ou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
6			monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
7			nsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso ativos de TI.
8			aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
9			aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
10			aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
11			aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
12			aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
13			aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
14		Desigr de TI.	nou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos
15		Design	nou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de

		TI.							
16		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.							
_		Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração							
17		instituição:							
18		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.							
19		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.							
20		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.							
21		Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.							
22		Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.							
23		Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.							
24		Os indicadores e metas de TI são monitorados.							
25		Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a							
26		respeito quando as metas de resultado não são atingidas.							
27		Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.							
28		Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 112, por iniciativa da própria instituição:							
29		Auditoria de governança de TI.							
30		Auditoria de sistemas de informação.							
31		Auditoria de segurança da informação.							
32		Auditoria de contratos de TI.							
33		Auditoria de dados.							
34		Outra(s).							
35		Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.							
36		Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento ongênere:							
37		A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.							
38		A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.							
39		A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.							
40		A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.							
41		O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.							
42		O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).							
43		O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.							
44		O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.							
45		O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.							
46		O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.							
47		O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:							
48	5.	Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:							
49		Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.							
50		Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.							
		Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de							
51		informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.							
51 52		informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e iblicou) os seguintes processos corporativos:							
	pυ	Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e							
52	pu	Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e iblicou) os seguintes processos corporativos:							

de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Gestão dos incidentes de segurança da informação. 7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. 59 () nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. () no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). 8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo) O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). 71 9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov? Entre 1 e 40%. Entre 41 e 60%. Acima de 60%. Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov). 76 Comentários Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para 77 situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

8.2 – ANÁLISE CRÍTICA

A gestão de Tecnologia da Informação é feita pela Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI/MAPA – em Brasília-DF, que elabora os contratos e diretrizes dessa área e os descentraliza para execução. *Portanto, não há conteúdo a ser declarado*.

Quanto a Carta de Serviços ao Cidadão a SE/MAPA está ultimando providências para disponibilização dos serviços prestados e os compromissos de atendimento. Divulgando a Carta de Serviços, o MAPA estará fortalecendo e legitimando sua imagem perante a sociedade.

9 – PARTE A, ITEM 9 – GESTAO DO USO DOS RECURSOS RENOVAVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

	A	В	C	D	E	F
1	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012					
2	Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
3	Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
4	Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
	1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que				x	

	ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
6	Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Economicio	lade e prote	ção ao meio	ambiente	
7	2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
8	3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
9	4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
10	Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
11	5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
12	Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
13 14	6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
15	Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Соро				
16	7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	*	*	*	*	*
17	Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	* S	im()		* Não	()
18	8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
19	Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Tonner, cop	pos e papel			
20	9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
21	10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à					x

	utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	
22	11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x
23	12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x
24	Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Confecção e fixação de baner, folder's e adesivos sobre o tema.
25	13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x
26	Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Confecção e fixação de baner, folder's e adesivos sobre o tema.
27	Considerações Gerais:	
28	<u>LEGENDA</u>	
29	Níveis de Avaliação:	
30	(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento o UJ.	descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da
31	(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento porém, em sua minoria.	descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ,
32	(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a prontexto da UJ.	roporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no
33	(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento porém, em sua maioria.	descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ,
34	(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento des	crito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

* Não houve, no exercício, aquisição de veículos.

9.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.

	A	В	C	D	E	F	G
1	Quadro A.9.2 –	Consumo de I	Papel, Energia	Elétrica e Ági	ıa		
2	Adesão a Progr	amas de Suste	ntabilidade				
3	Noi	me do Progran	na	Ano de Adesão	Resultados		
4	Plano de Gestão	de Logística S	ustentável	2012	Redução no consumo de papel, água e energia		
13	Quantidade				Valor		
14	Recurso Consumido	Exercícios					
15	Consumuo	2012	2011	2010	2012	2011	2010
16	Papel	777	827	850	7.266,12	6.134,34	6.304,94
17	Água	242	2.477	1.382	74,44	1.033,12	300,91
18	Energia Elétrica	150.286	175.795	188.103 ,00	69.196,52	73.052,08	74.560,29
19				Total	76.533,08-	80.219,54-	81.166,11-
20	Fonte:SAG/SA	D					

10 – PARTE A, ITEM 10 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

10.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

	A	В	0 1001	C		D	E	F	G
1	Parte A, iter	m 10, do Anexo II da	a DN TCU 1	n.º 119, DE 18/1	/2012			<u> </u>	
2	Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício								
3	Unidade Jui	Unidade Jurisdicionada							
4	Denominaçã	io Completa							Código SIORG
5	SUPERINT	ENDENCIA FEDER	AL DA AG	RICULTURA N	IO ESP	ÍRITO SA	ANTO		14
6	Deliberaçõe	s do TCU							
7	Deliberaçõe	s Expedidas pelo TO	CU						
8	Ordem	Processo		Acórdão		Item	Tipo	Comu	nicação Expedida
9		015.449/2010-6		3362/2011					
10	Órgão/Entid	lade Objeto da Dete	erminação e	ou Recomenda	ıção				Código SIORG
11	SUPERINT	ENDENCIA FEDER	AL DA AG	RICULTURA N	IO E. S	SANTO			14
12	Descrição da	a Deliberação							
13	devolução da novo ato con	as quantias indevidar cessório, escoimado	nente recebi	das de boa fé e s	suspend				SILVA, dispensar a e encaminhar ao TCU
14	retificação janexas). A Gratificaç Para a corre servidor foi Em fevereir	Portaria de conce publicada no DOU ção GDPGPE foi sus eção dos proventos o	de 13/10/0 spensa em n de acordo co AP/MAPA- etornou sen	08. Em 2012, nov.2011 (anexa om o novo fund DF, tendo em v n a devida corro	public mos fic amento ista ino eção do	ado novo cha finano o, em mai existir nes os vencim	ceira) io/2012 o sta SFA/E entos.	aposenta Processo S, autori	OU de 08/05/06 e a doria (cópia DOU's de aposentadoria do zação para esse fim.
15	Setor Respo	nsável pela Implem	entação						Código SIORG
16	Seção de Ge	estão de Pessoas – SC	SP/SAD/SFA	A-ES					14
17	Síntese da P	rovidência Adotada	l						
18	Aposentado do vencimen		igida, Proce	sso encaminhado	à CG	AP/MAPA	A-DF, em	12/03/20	13, para regularização
19	Síntese dos l	Resultados Obtidos							
20	Irregularida	de apontada em fase	de conclusão).					
21	Análise Crí Gestor	tica dos Fatores Po	sitivos/Nega	ativos que Faci	litaran	n/Prejudi	caram a	Adoção o	le Providências pelo

	A	В	C	D	E	F	G		
1	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012								
2	Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício								
3	Unidade Jurisdicionada								
4	Denominação C	Completa					Código SIORG		
5	SUPERINTENI	DENCIA FEDERAL I	DA AGRICULTURA NO ES	SPÍRITO SAI	NTO		14		
6	Deliberações do	TCU							
7	Deliberações Ex	xpedidas pelo TCU							
8	Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comu	nicação Expedida		
9			6687/2009						

10	Órgão/Entidad	e Objeto da Detern	ninação e/ou Recomendação				Código SIORG	
11	SUPERINTEN		14					
12	Descrição da D	eliberação						
13	1.5.1 – Determinar a SFA-ES que: 9.5.4 – promova a apuração de responsabilidade pela inexecução parcial do objeto do Contrato nº06/2001, firmado pela então Delegacia Federal de Agricultura com a Fundação Dalmo Giacometti e, se for o caso, providencie, em 15 (quinze) dias a implementação de medidas tendentes a garantir a aplicação de sanções contratuais estabelecidas, posto que permanece sem a efetiva implementação o Sistema de Visualização de Pragas Quarentenárias, e busque agilizar o atendimento do determinado no item 1.2 do Acórdão TCU/2ª Câmara nº 1874/05, em relação ao funcionamento dos microscópios para captura de imagens							
14	Providências A	dotadas						
15	Setor Responsá	ivel pela Implement	tação				Código SIORG	
16	SAD							
17		ridência Adotada						
18	9.5.4 – Resposta Em relação a este item, a SFA instaurou uma Comissão de Sindicância, através da Portaria nº 43/2011 para apuração da responsabilidade, no prazo de 30 dias. Esta Superintendência pesquisou nesta data a situação cadastral da referida empresa junto ao SICAF, INSS, FGTS e Receita Federal, que demonstra situação de não cadastrado no SICAF, regular com FGTS e situação vencida com INSS e Receita Federal. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, as eventuais sanções contratuais serão efetivamente implementadas. Considerando que os trabalhos da Sindicância não puderam ser concluídos, em face da não localização do processo, foi constituído, através da Portaria nº175/2011 de 02/09/2011 uma outra Comissão Sindicância para apurar e localizar nos arquivos da Superintendência o referido processo. Com o êxito dos trabalhos, em 03/11/2011/ a Comissão encaminhou ao Superintendente os autos originais referente a sindicância realizada.							
19		ultados Obtidos						
20	O processo foi	localizado e sugerido	o abertura de Processo Administra	tivo Discipl	inar			
21	Análise Crítica Gestor	dos Fatores Positi	ivos/Negativos que Facilitaram/	Prejudicar	am a Ado	ção de	Providências pelo	
22	Como ponto po através de Sindi		a localização do processo e o p	rosseguime	nto de apu	ração (de responsabilidade	
10	.1.2 – DELIBER	RAÇÕES DO TCU	NÃO ATENDIDAS NO EXERC	cício				
	A	В	C	D	E	F	G	
1	Ouadro A.10.2	- Situação das delib	perações do TCU que permaneco	em nenden	tes de atend	liment	o no exercício	
		,	1.1	F				
2	Unidade Jurisd	licionada						
	Denominação Completa Código SIORG							
3	Denominação (Completa					coungo siono	
3 4		•	L DA AGRICULTURA NO E. SA	NTO			14	
		DENCIA FEDERAI	L DA AGRICULTURA NO E. SA	NTO				
4	SUPERINTEN Deliberações de	DENCIA FEDERAI		NTO				
4 5	SUPERINTEN Deliberações de	DENCIA FEDERAI TCU TCU TCU TCU	Acórdão	NTO Item	Tipo	Comi		
4 5 6	SUPERINTEN Deliberações de Deliberações E	DENCIA FEDERAI TCU TCU TCU TCU			Tipo	Comu	14	
4 5 6 7	SUPERINTEN Deliberações de Deliberações E Ordem	DENCIA FEDERAL TCU TCU TCU Processo	Acórdão		Tipo	Comu	14	
4 5 6 7 8	SUPERINTEN Deliberações de Deliberações E Ordem Órgão/Entidad	DENCIA FEDERAL TCU TCU Processo e Objeto da Detern	Acórdão 1173/2010/TCU PLENARIO	Item	Tipo	Comu	14 unicação Expedida	

9.5.2 – atente para a necessidade de que os pagamentos a título de adicional de insalubridade estejam condicionados à apresentação mensal de tabelas e/ou relatórios demonstrativos das atividades praticadas por cada contemplado com o adicional, independente de cargo ou de unidade em que esteja em exercício o servidor, onde se comprove a exposição a agentes insalubres de forma permanente ou intermitente, e com isso o direito à percepção do pagamento dessa natureza com vista a dar cumprimento ao que já determinado pelos Acórdãos TCU/2ª Câmara nº 1874/05 e TCU/1ª câmara nº 555/2005.

13 Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

14 Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Providencias adotadas

Mensalmente é exigida a apresentação do Demonstrativo de Ações Fiscais, de todos servidores envolvidos, para fins do pagamento do adicional de insalubridade.

A não apresentação implica na suspensão do benefício, para todos que exercem suas atividades em área insalubre, exceto a suspensão do benefício dos Fiscais Federais Agropecuários em cumprimento a Decisão Judicial.

Em face da determinação judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0007550-15 46.2012.4.01.3400 movida pelo Sindicato Nacional dos Fiscais Federal Agropecuários, com o intuito de obter provimento jurisdicional que declarasse a ilegalidade dos artigo 5º e 6º da Orientação Normativa nº 02/2010/SRH/MPOG, no que se refere ao tempo de exposição necessário para a percepção do adicional de insalubridade, a SFA/ES voltou a proceder ao pagamento do adicional de insalubridade aos substituídos na forma como vinha fazendo antes da edição da mencionada Orientação Normativa, ou seja, com base em laudo técnico de insalubridade.

O novo Laudo Técnico Pericial foi instituído pela Portaria SFA/ES nº 162/2012 e providenciadas Portarias individuais de concessão, para os servidores localizados em áreas insalubres.

16 Justificativa para o seu não Cumprimento:

17

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

10.1.3 RECOMENDAÇÃO DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

	A	В	C	D	E				
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio								
2	Unidade Juri	Unidade Jurisdicionada							
3	Denominação	Completa			Código SIORG				
4	SUPERINTE	NDENCIA FEDERAL DA AGRI	ICULTURA NO E. S	ANTO	14				
5	Recomendaçã	ões do OCI							
6		ões Expedidas pelo OCI							
7	7 Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comunicação Expedida				pedida				
8		201109065	7.1.1.1	e-mail s/n 07/10/2	20121				
9	Órgão/Entida	nde Objeto da Recomendação			Código SIORG				
10	Superintende	ência Federal de Agricultura no	Espírito Santo SFA	/ES	14				
11	Descrição da	Recomendação							
12	Financeira do	gamento da VPNI prevista no Interessado de Matricula SIAPE r teressado a ampla defesa e ao con	n°2086489, obedecen						
13	Providências Adotadas								
14	Setor Respon	sável pela Implementação			Código SIORG				
15	SGP/SAD/SF	A-ES			14				
16	Síntese da Pr	ovidência Adotada							
17		VPNI do servidor Antonio de F posição ao erário da mesma forma		uído conforme res	posta ao Relatório de				

18	Síntese dos Resultados Obtidos								
	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto da VPNI na folha de pagamento do servidor e o lançamento da reposição ao erário dos valores indevidamente pagãos. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação.								
20	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								
21									
22									

	A	В		C	D	E		
	<u> </u>				_			
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio							
-	Unidade Jurisdio							
	Denominação Co	ompleta				Código SIORG		
4	SUPERINTEND	ENCIA FEDERA	AL DA AGRICU	LTURA NO E. SAN	ТО	14		
5	Recomendações	do OCI						
6	Recomendações l	Expedidas pelo	OCI					
7	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Comunicação				o Expedida			
8		201109065		7.1.1.1				
9	Órgão/Entidade	Objeto da Reco	mendação			Código SIORG		
10	Superintendênci	ia Federal de Ag	gricultura no Esp	órito Santo SFA/ES	•	14		
11	Descrição da Rec	comendação						
12	Implementar o re 2086489, nos tern			pagos indevidamento	e ao interessad	lo de matricula SIAPE n.		
13	Providências Ad	otadas						
14	Setor Responsáv	el pela Impleme	entação			Código SIORG		
15	SGP/SAD/SFA-F	ES				14		
16	Síntese da Provio	lência Adotada						
17	Providenciado a o	devolução ao erá	rio					
18	Síntese dos Resu	ltados Obtidos						
19		osição ao erário			1 0	amento do servidor e o CGU considerou atendida		
20	Análise Crítica d pelo Gestor	los Fatores Posi	tivos/Negativos q	ue Facilitaram/Pre	judicaram a A	Adoção de Providências		

_									
	A	В	C	D	E				
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio								
2	Unidade Jurisdicionada								
3	Denominação (Completa			Código SIORG				
4	SUPERINTEN	DENCIA FEDERAL DA AGRICI	ULTURA NO E. SA	NTO	14				
5	Recomendaçõe	s do OCI							
6	Recomendaçõe	s Expedidas pelo OCI							
7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação E	xpedida				
8		201109065	6.1.1.2						
9	Órgão/Entidad	e Objeto da Recomendação			Código SIORG				
10	Superintendên	cia Federal de Agricultura no Es	spírito Santo SFA/I	ES	14				
11	Descrição da R	ecomendação							
12	Corrigir os valo o beneficio da p	ores das pensões dos instituidores opensionista de matricula siape 025	de matricula siape 0 40487, obedecendo	032545, 0020096 o devido process	o e 0009729, bem como o legal e preservando o				

	direito à ampla defesa e ao contraditório aos interessados.				
13	Providências Adotadas				
14	Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG			
15	SGP/SAD/SFA-ES	14			
16	Síntese da Providência Adotada				
17	Procedemos a correção dos valores dos pagamentos das referidas pensões.				
18	8 Síntese dos Resultados Obtidos				
19	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto do pagamento dos i pensionista. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação	instituídos incluisive do			
20	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a pelo Gestor	Adoção de Providências			

_						
	A	B	C	D	E	
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercício					
2	Unidade Jurisdi	cionada				
3	Denominação Co	ompleta			Código SIORG	
4	SUPERINTEND	ENCIA FEDERAL DA AGRICUI	LTURA NO E. SAN	TO	14	
5	Recomendações	do OCI				
6	Recomendações	Expedidas pelo OCI				
7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação	Expedida	
8		201109065	6.1.1.2			
9	Órgão/Entidade	Objeto da Recomendação			Código SIORG	
10	Superintendênc	ia Federal de Agricultura no Esp	írito Santo SFA/ES	\$	14	
11	Descrição da Re	comendação				
12	comunicar forma	res das pensões dos instituidores almente aos interessados a conclueio dos processo n. 21018.00631	usão das analise d	los recursos a	dministrativos por eles	
13	Providências Ad	otadas				
14	Setor Responsáv	el pela Implementação			Código SIORG	
15	SGP/SAD/SFA-	ES			14	
16	Síntese da Provi	dência Adotada				
17	Procedeu-se a correção dos valores das pensões dos instituidores de matriculas indicadas.					
18	Síntese dos Resu	ltados Obtidos				
19		PE feita pela CGU confirmou o ac GU considerou atendida a referida 1		los instituídos	inclusive do pensionista.	
20	Análise Crítica o pelo Gestor	los Fatores Positivos/Negativos q	ue Facilitaram/Pre	judicaram a A	Adoção de Providências	

	A	В	C	D	E
1	Quadro A.10.3 -	Relatório de cumprimento das rec	comendações do OC	atendidas no	Exercício
2	Unidade Jurisdi	cionada			
3	Denominação Completa Código SIORG				
4	SUPERINTEND	DENCIA FEDERAL DA AGRICU	LTURA NO E. SAN	TO	14
5	Recomendações	do OCI			
6	Recomendações	Expedidas pelo OCI			
7	Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Comunicação Expedida				Expedida
8		201109065	6.1.1.1		
9	Órgão/Entidade Objeto da Recomendação Código SIORG				

10	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES	14		
11	Descrição da Recomendação			
	Providenciar a imediata devolução à CGU os processos de pensão civil identificados na descrição do fato desta constatação – descumprimento dos prazos estabelecidos pelo TCU para o encaminhamento de processos de aposentadoria e de pensão civil ao Controle Interno para Analise.			
13	Providências Adotadas			
14	Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
15	SGP/SAD/SFA-ES	14		
16	Síntese da Providência Adotada			
17	Os processos dos detentores das matriculas 32516, 26339 e 751428 foram encaminh guia de expedição.	ados a CGU, conforme		
18	Síntese dos Resultados Obtidos			
19	A CGU considerou atendida a recomendação.			
20	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a A pelo Gestor	doção de Providências		

_	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências					
20	pelo Gestor		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			
	A	В	C	D	E	
1	Quadro A.10.3 -	Relatório de cumprimento das r	ecomendações do OCI	atendidas no E	xercício	
2	Unidade Jurisd	icionada				
3	Denominação (Completa			Código SIORG	
4	SUPERINTEN	DENCIA FEDERAL DA AGRIC	ULTURA NO E. SAN	ТО	14	
5	Recomendaçõe	s do OCI				
6	Recomendaçõe	s Expedidas pelo OCI				
7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação 1	Expedida	
8		201109065	6.1.1.1			
9	Órgão/Entidad	e Objeto da Recomendação			Código SIORG	
10	Superintendên	cia Federal de Agricultura no E	spírito Santo SFA/ES		14	
11	Descrição da R	ecomendação				
12	Realizar o cada SICACNET	stramento dos atos de concessão	e de alteração de apos	entadoria e de p	ensão civil no sistema	
13	Providências A	dotadas				
14	Setor Responsá	vel pela Implementação			Código SIORG	
15	SGP/SAD/SFA	-ES			14	
16	Síntese da Prov	ridência Adotada				
17	Através da Port	aria nº 176/2011 foi determinado e	e adotado a providênci	a pertinente		
18	Síntese dos Res	ultados Obtidos				
19	CGU/Es consid	era atendida a Recomendação				
20	Análise Crítica pelo Gestor	dos Fatores Positivos/Negativos	que Facilitaram/Prej	udicaram a Ad	oção de Providências	
	A	В	C	D	E	
1	Quadro A.10.3 -	Relatório de cumprimento das r	ecomendações do OCI	atendidas no E	xercicio	
2	Unidade Jurisd	icionada				
3	Denominação (Completa			Código SIORG	
4	SUPERINTEN	DENCIA FEDERAL DA AGRIC	ULTURA NO E. SAN	ТО	14	
5	Recomendações	s do OCI				
6	Recomendações Expedidas pelo OCI					
7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação 1	Expedida	
8		201109065	6.1.1.1			

10	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES	14		
11	Descrição da Recomendação			
12	Realizar o atendimento relativas às análises de legalidade dos processos de concessão e alteração de aposentadoria e pensão civil, dentro do prazo de 120 dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados.			
13	Providências Adotadas			
14	4 Setor Responsável pela Implementação Código SIORG			
15	SGP/SAD/SFA-ES	14		
16	Síntese da Providência Adotada			
17	Através da Portaria 176/2011 foi determinado as providências pertinentes			
18	Síntese dos Resultados Obtidos			
	Recomendação atendida			
20	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Ad pelo Gestor	oção de Providências		

	A	В	C	D	E	
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio					
2	Unidade Juris	sdicionada				
3	Denominação	Completa			Código SIORG	
4	SUPERINTE	NDENCIA FEDERAL DA AGRIC	CULTURA NO E. S	SANTO	14	
5	Recomendaçõ	es do OCI				
6	Recomendaçõ	es Expedidas pelo OCI				
7	7 Ordem Identificação do Relatório de Auditoria Item do RA Comunicação Expedida				pedida	
8		201109065				
9	Órgão/Entidade Objeto da Recomendação Códi				Código SIORG	
10	Superintendê	encia Federal de Agricultura no	Espírito Santo SFA	/ES	14	
11	Descrição da	Recomendação				
12	.Fortalecer os estabelecidos p	controles internos da Seção de oelo TCU	Gestão de Pessoal	relativo aos acomp	anhamento dos prazos	
13	Providências .	Adotadas				
14	Setor Respons	sável pela Implementação			Código SIORG	
15	SGP/SAD/SF	A-ES			14	
16	Síntese da Providência Adotada					
17	Foi implantado uma sistemática de controle e acompanhamento dos processos, rotinas e fluxos operacionais, com agenda permanente para cada Unidade.					
18	Síntese dos Resultados Obtidos					
19	Recomendação atendida					
20	Análise Crít Providências	ica dos Fatores Positivos/Ne pelo Gestor	gativos que Fac	ilitaram/Prejudica	ıram a Adoção de	

	A	В	C	D	E		
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio						
2	Unidade Jurisdicionada						
3	B Denominação Completa				Código SIORG		
4	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO 14						
5	Recomendações do OCI						
6	Recomendaçõe	s Expedidas pelo OCI					

7	Ordem	Identificação Auditoria	do Relatório	de	Item do RA	Comunicação 1	Expedida
8		201109065			1.1.1.1		
9	Órgão/Entidad	e Objeto da Re	comendação				Código SIORG
10	Superintendên	cia Federal de	Agricultura n	o Es	spírito Santo SFA/E	S	14
11	Descrição da R	ecomendação					
12	.Continuar a ad	otar critérios de	sustentabilidad	de ar	nbiental		
13	Providências A	dotadas					
14	Setor Responsá	ivel pela Imple	mentação				Código SIORG
15	SGP/SAD/SFA	-ES					14
16	Síntese da Prov	ridência Adotao	da				
	A SFA-ES constituiu uma Comissão, através da Portaria nº 168/2011, para implementar as ações de conscientização sobre a importância da aplicação de critérios de sustentabilidade Produziu campanhas internas de uso racional de energia, água, papel através baner's, folder, plásticos, etc, além de inserir exigências de sustentabilidade nos editais de compras de bens e serviços.,						
18	Síntese dos Resultados Obtidos						
19	Recomendação atendida						
20	Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

	A	В	C	D	E	
1	Quadro A.10.3	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio				
2	Unidade Juriso	dicionada				
3	Denominação (Completa			Código SIORG	
4	SUPERINTEN	DENCIA FEDERAL DA AGRIC	CULTURA NO E. SA	NTO	14	
5	Recomendaçõe	es do OCI				
6		es Expedidas pelo OCI				
7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação E	xpedida	
8		201109065	5.1.1.1			
9	Órgão/Entidad	le Objeto da Recomendação			Código SIORG	
10	Superintendê	ıcia Federal de Agricultura no F	Espírito Santo SFA/I	ES	14	
11	Descrição da R	Recomendação				
12	.Que a unidad servidores.	le corrija as inconsistências ver	ificadas no SIASG/	SICONV e invis	sta no treinamento de	
13	Providências A	Adotadas				
14	Setor Responsa	ável pela Implementação			Código SIORG	
15	SGP/SAD/SFA	A-ES			14	
16	Síntese da Providência Adotada					
17	Além de providenciar as devidas retificações nos sistemas, viabilizou-se o terinamento de dois servidores que atuam na área de contrato.					
18	Síntese dos Resultados Obtidos					
19	Recomendação	atendida				
20	Análise Crític Providências p	ca dos Fatores Positivos/Neg elo Gestor	gativos que Facili	taram/Prejudica	aram a Adoção de	

10.1.4 -RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTE DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

	A	В	C	D	E	
1	Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercicio					
2	Unidade Jurisdicionada					
3	Denominação Completa				Código SIORG	
4	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO 14					
5	Recomendações do OCI					
6	Decemendo 5 co Evradidos noto OCI					

6 Recomendações Expedidas pelo OCI

7	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação	Expedida
8		201109065	6.1.12		
	,				

9 Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
10 Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES	14

11 Descrição da Recomendação

Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores de matricula siape n. 0004426, 0026090, 0025529, 1114082 e 0032545, bem como à pensionista de matricula siape 02540487, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/90.

13 Providências Adotadas

14 Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
15 SGP/SAD/SFA-ES	14

16 Síntese da Providência Adotada

1) Matricula Siape 0004426 – Instituidor Bruno Thedoro Filho

Pensionista: Ruth dos Santos Theodoro.

Situação atual: A pensionista entrou com recurso através de advogado, processo nº 21018.008170/2012-65, que foi encaminhado à CGAP/MAPA o qual foi indeferido. Foi comunicado a parte interessada e a reposição ao erário será implementada a <u>partir de abril/2013</u>.

2)Matricula Siape 0026090 – Instituidor Fernando Teixeira da Fonseca

Pensionista: Yrani Ayres Farias da Fonseca e Fernanda Farias da Fonseca

Situação Atual: A decisão proferida nos autos concede parcialmente a antecipação de efeito de tutela para determinar a ré (MAPA) que se abstenha de efetuar quaisquer desconto sobre o valor da pensão, especificamente a titulo de reposição ao erário.

3)Matricula Siape 0025529 – Instituidor Walter Lopes

Pensionista: Dilma Rodrigues Lopes

Situação Atual: A decisão proferida nos autos concede parcialmente a antecipação de efeito de tutela para determinar a ré (MAPA) que se abstenha de efetuar quaisquer desconto sobre o valor da pensão, especificamente a titulo de reposição ao erário.

4) Matricula Siape 1114082 – Instituidor Geraldo Browner Ribeiro

Pensionista: Rosimeyre Andrade

Situação Atual: O processo 21018.001199/2010-54 foi encaminhado à CGAP/MAPA para fins de atendimento à diligencia da CGU desde 29/01/2012. A CGAP /MAPA orientou o seguimento do processo registrando que os servidores oriundos da extinta EMBRATER anistiados neste ministério pela Lei 8.878/94 foram transposto para o regime jurídico único de que trata a lei 8.112/90

Matricula Siape 0032545 - Instituidor Jose Job Laurett França

Pensionista: Maria Angélica Malta Varejão

Situação Atual: A pensionista tem valores para repor ao erário que seria implementado a partir de janeiro de 2013. Entretanto, face a inundação ocorrente de vazamento no andar imediatamente superior, houve danos a muitos documentos deste processo dificultando a implementação prevista. Assim a reposição será implementada no próximo mês de abril de 2013.

Matricula Siape 02540487 – Instituidor Manoel Vasconcellos

Pensionista: Miriam Thomy de Vasconcelos

Situação Atual: A reposição ao erário foi implementada a partir de Março de 2013.

18 Síntese dos Resultados Obtidos

19 Não implementação plena da Recomendação

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

10.3 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93 10.3.1 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

	30/73	_		_	_
	A	В	C	D	E
1	Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
2	Detentores de Cargos e	e Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
3			Exercício de Cargo, Emprego	Cargo Emprego	Final do Exercício Financeiro
4		Obrigados a entregar a DBR			04
5	(Incisos I a VI do art. 1° da Lei n° 8.730/93)	Entregaram a DBR			04
6		Não cumpriram a obrigação			-0-
7		Obrigados a entregar a DBR			
8	Cargos Eletivos	Entregaram a DBR			
9		Não cumpriram a obrigação			
10	Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR			
11	(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR			
12		Não cumpriram a obrigação			
13	Fonte:SGP/SAD				

10.3.1.1 – ANÁLISE CRÍTICA

Todos os servidores e empregados públicos lotados na SFA-ES obrigados a entregar a DBR, conforme estabelece a Lei 8.730/93, § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429/92, bem como o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483/2005, assinaram a autorização de acesso às Declarações Anuais apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com respectivas retificações. Anualmente, o SGP/SAD/SFA-ES, convalida as informações, que ficam arquivadas no assentamento funcional do servidor ou empregado, permitindo ao TCU e /ou Órgão de controle interno consultar as declarações.

10.4 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

	A				
1	Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV DECLARAÇÃO				
2					
3	Eu, JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR, CPF n° 073.659.423-04, Superintendente, exercido na Superintendência da Agricultura no Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.				
4					
-5	Vitória-ES 28 de março de 2013.				
6	- XXX(III)				
7	JOSÉ ARSALIO DE ATENCAR				
- 8	<u>OP</u> F n° 073.659.423-04				
9	//				

11- PARTE A, ITEM 11 - INFORMAÇÕES CONTABEIS

11.1 – INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

Toda atividade contábil é feita pela Setorial Contábil do MAPA em Brasília.

11.1.1 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.

Toda atividade contábil é feita pela Setorial Contábil do MAPA em Brasília.

11.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.2 – DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ):	Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /ES	130060	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, F		
Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico)		
e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprova		
1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação		
patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, E	EXCETO no tocante a:	

004 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA

006 FALTA DE ATUALIZ. MONET. DE ATIVOS CIRCULANTES

101 FALTA E /OU ATRASO DE REMESSA DO RMB

999 NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ORGÃO CONTAB SET/CENTRAL

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012	
Contador	Alberto Jerônimo Pereira	CRC n°	006624/T-8 GO	
Responsável	7 Hoorto serommo i erenti	CIC II	000021/1 0 00	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 11 parte A, do anexo II á Decisão Normativa TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012

Alberto Jerônimo Pereira José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSÉ LUÍS DA SILVA

Coordenador Geral de Administração de Pessoas

Ministério da Agricultura, Pequéria e Abastecimento - MAPA

Confere com o Original

Data: 11103113

arto Jeronimo Pereira denador de Contablidade RC-006624/T-8 GO

12 - PARTE A - ITEM 12 - ANEXO II DA DN TCU 119/2012 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTAO

12.1 – OUTRAS INFORMAÇOES CONSIDERADAS RELEVANTES

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES, no exercício de 2012, executou tarefas/trabalhos de forma participativa e transparente para o desempenho de suas competências regimentais e institucionais e no fortalecimento da consolidação da Gestão Estratégica. Foi dada uma atenção especial aos setores e serviços técnico-administrativos, com relação à Gestão Operacional e Relatório de Gestão, com orientações na elaboração e na conclusão dos mesmos, assim como esclarecimento de dúvidas aos chefes envolvidos nos assuntos em questão.

PARTE B DO ANEXO II DA DN 119 – CONTEUDO ESPECIFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA. PARTE B – ITEM 21

O Plano Estratégico do MAPA tem a abrangência no período de 2006-215, cujas estratégias estão representadas por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações. Os Objetivos Setoriais do MAPA no PPA, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa

Estratégico, são:

- 1. Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.
- 2. Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
- 3. Garantir a Segurança Alimentar.
- 4. Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz energética.

A execução das estratégias do MAPA é realizada por meio das iniciativas estratégicas, representadas no planejamento operacional do MAPA, nas ações componentes do Plano Plurianual

(PPA).

ELEMENTOS DO PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA

O MAPA, buscando se alinhar às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de um modelo de gestão de, ao mesmo tempo, estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em Resultados mensuráveis, que possibilitem gerir a sua implementação.

Essa metodologia é o **Balanced Scorecard – BSC**, desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumida na seguinte equação:

Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão de Estratégia.

A estratégia da organização MAPA foi desenhada a partir de sua Missão, foi também estabelecido um horizonte de tempo preestabelecido (2006-2015), onde a organização pretende chegar, isto é sua Visão de Futuro.

Foi estabelecido o Mapa Estratégico, composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e de Indicadores de Desempenho e Metas associadas a estes objetivos.

• MISSÃO: Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio

em Benefício da Sociedade Brasileira.

• VISÃO: Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na

Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

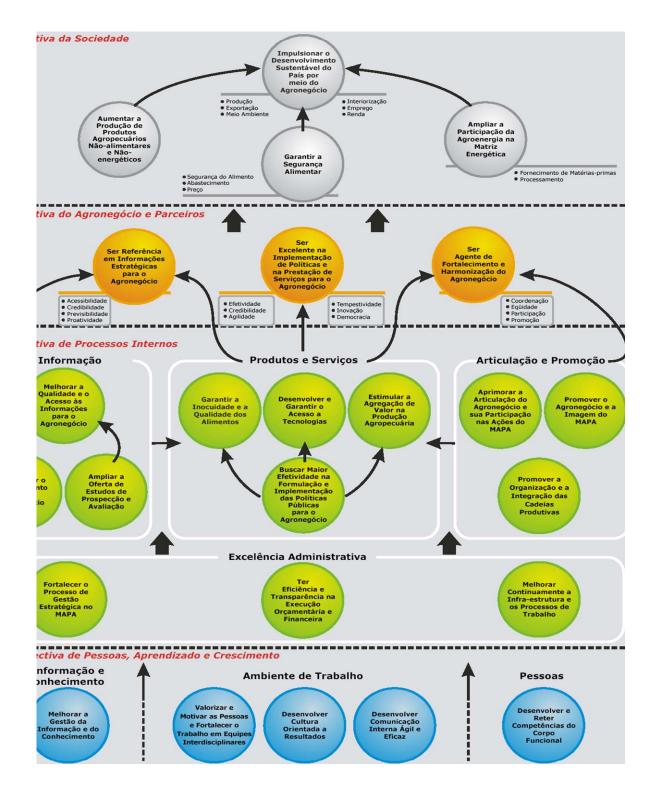
- MAPA ESTRATÉGICO: instrumento de gestão elaborado a partir das tendências globais
- e do agronegócio, da Missão e Visão de Futuro do MAPA e das necessidades dos

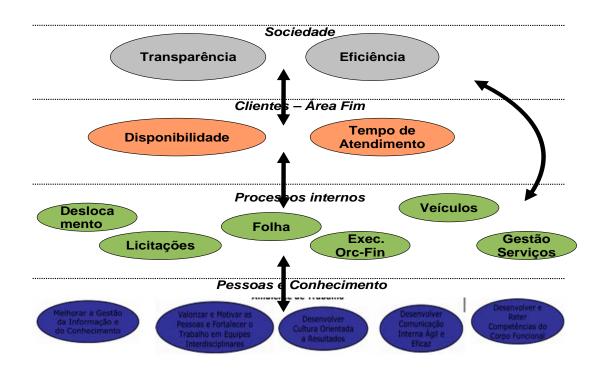
interesses públicos.

MAPA ESTRATÉGICO

O MAPA sintetizou sua estratégia em um **Mapa Estratégico**, em forma de representação **gráfica** do conjunto de desafios ou **Objetivos Estratégicos**, conforme se apresenta, a seguir: Foi dividido em quatro objetivos, que são:

- 1. Perspectivas de Pessoas Aprendizado e Crescimento;
- 2. Perspectivas Processos Internos
- 3. Perspectivas do Agronegocios e Parceiros
- 4. Perspectivas da Sociedade





PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Transparência

- •Número de Ressalvas na Prestação de Contas à CGU
- Número de PAD abertos

Eficiência

- •Execução Orçamentário-Financeira (custeio)
- •Servidores da Área Administrativa/ Servidores Totais
- Custeio Área Administrativa / Custeio Total da SFA
- Custeio Área Administrativa / Processos Área Técnica



PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

Recursos Humanos

- ·Índice de Produtividade do SRH
- •Índices de Afastamento de Servidores
- ·Índice de Concessão de Aposentadorias em 30 dias

Transporte

- •Custo Médio de Manutenção de Veículos
- Consumo Médio de Combustível

<u>Gestão de Serviços</u> (Energia, Telefone, Correio, Vigilância, Limpeza, etc)

•Realizado em relação ao Programado por serviço





PERSPECTIVA DA ÁREA FIM

<u>Disponibilidade e Tempo de Atendimento -</u> Materiais, Veículos, Espaço Físico, Serviços (energia, telefone, reprografia, etc), Diárias, Suprimentos, Aquisição de Bens, Vencimentos e Beneficios Funcionais (RH)

• Pesquisa com a Área Técnica sobre os serviços prestados pela Área Administrativa







PERSPECTIVA DAS PESSOAS E DO CONHECIMENTO

Desenvolver e Reter Competências

•Servidores Administrativos que receberam treinamento / Servidores Administrativos

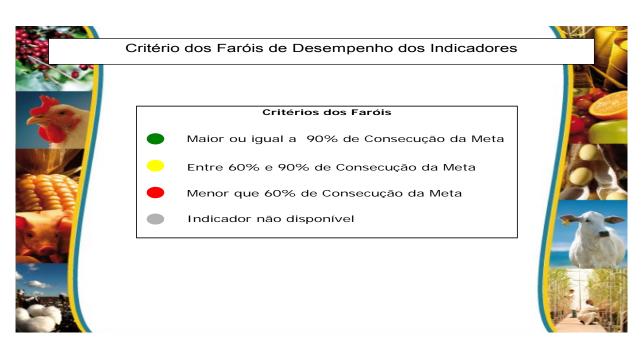
<u>Valorizar e Motivar as Pessoas e Promover o Desenvolvimento da Equipe</u>

•Reuniões com a Equipe

Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

- •Reunião Nacional
- •Reunião Regional





Obs.: Em complementação aos resultados dos indicadores estratégicos - item 2.2 parte A deste Relatório. A mensuração dos resultados da gestão estratégica do MAPA a nível macro, para cada perspectiva, é feita pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA –AGE/SE/MAPA.

É o Relatório.

Vitória-ES, 30 de Março de 2013

Vitória, março de 2013

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR Superintendente da SFA-ES Portaria de Nomeação nº 909 de 25/09/2008 Publicada no DOU 26/09/2008 CPF 073.659.423-04